



**Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Fundação de Assistência Social e Cidadania**



**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO/
ÁREA DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL**

Plano Municipal Plurianual de Assistência Social

2014 - 2017

Presidente: Kevin Krieger

Diretora Técnica: Marta Borba

Porto Alegre, outubro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - PMPA
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA – FASC

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO/
ÁREA DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL**

Plano Municipal Plurianual de Assistência Social
2014 - 2017

Simone Ritta dos Santos
Coordenadora da Área de Vigilância Socioassistencial

Porto Alegre, outubro de 2013.

SUMÁRIO

1. Apresentação	06
2. Diagnóstico Socioterritorial do Município	10
2.1 Aspectos Históricos de Porto Alegre - Povos Formadores	10
2.2 Aspectos Geográficos	12
2.3 Aspectos Demográficos	13
2.4 Aspectos Econômicos e mercado de trabalho	16
2.5 Aspectos sociais	17
2.5.1 Pobreza e transferência de renda	17
2.5.2 Assistência Social	19
2.5.3 Educação	21
2.5.4 Saúde	24
3. Operacionalização da Política	32
3.1 Gestão do Sistema Municipal	32
3.1.1 Instância Coordenadora	32
3.1.2 Instância de Controle Social	34
3.1.3 Instância Executora	37
3.1.3.1 Estrutura de Gestão	37
4. Planejamento do Quadriênio – 2014/2017	40
4.1 Rede de Proteção Social Básica – PSB	40
4.1.1 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	40
4.1.2 Descrição das Ações	41
4.1.3 Quadro I - Recursos Humanos PSB/CRAS	74
4.2 Proteção Social Especial de Média Complexidade – PSEMC	76
4.2.1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS	76
4.2.2 Centro Dia do Idoso	77
4.2.3 Centro de Referência Especializado para População Adulta em Situação de Rua – CentroPop	77
4.2.4 Casa de Convivência Ilê Mulher	78

4.2.5 Descrição das Ações	78
4.2.6 Quadro II - Recursos Humanos CREAS	116
4.3 Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – PSEAC	118
4.3.1 Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Criança e Adolescente..	118
4.3.1.1 Descrição das Ações	119
4.3.2 Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Indivíduos em Situação de Rua	122
4.3.2.1 Descrição das Ações	124
4.3.3 Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Família.	127
4.3.3.1 Descrição das Ações	127
4.3.4 Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Repúblicas	128
4.3.4.1 Descrição das Ações	129
4.3.5 Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Pessoa com Deficiência - PCD	130
4.3.5.1 Descrição das Ações	130
4.3.6 Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Idoso	132
4.3.6.1 Descrição das Ações	132
4.3.7 Quadro III - Recursos Humanos PSEAC	135
4.4 Coordenação de Gestão de Benefícios e Cadastro Único – CGBCAD	137
4.4.1 Área de Benefícios	137
4.4.1.1 Descrição das Ações	138
4.4.2 Área de Cadastro para Programas Sociais do Governo Federal	141
4.4.2.1 Descrição das Ações	142
4.4.3 Quadro IV - Recursos Humanos CGBCAD	149
4.5 Coordenação de Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação	150
4.5.1 Área de Monitoramento e Avaliação.	150
4.5.1 Descrição das Ações	151
4.5.2 Quadro V - Recursos Humanos COMGI	164

4.6 Área de Vigilância Socioassistencial	165
4.6.1 Descrição das Ações	165
4.6.3 Quadro VI - Recursos Humanos AVS	176
4.7 Coordenação de Gestão de Recursos Humanos – CGRH	177
4.7.1 Descrição das Ações	177
4.1.3 Quadro VII - Recursos Humanos CGRH	187
4.8 Considerações Finais	188
4.9 Referências Bibliográficas	190
4.10 Anexos	192
4.10.1 Planilhas Orçamentárias	192
4.10.1.1 Ações PPA - Proteção Social Básica - 2014-2017	192
4.10.1.2 Ações PPA - Proteção Social Especial de Média Complexidade - 2014-2017	193
4.10.1.3 Ações PPA - Proteção Social Especial de Alta Complexidade – 2014-2017	194
4.10.1.4 Ações PPA - Gestão - 2014-2017	195
4.10.2 Quadro Resumo Metas do Pacto de Gestão	196

1. Apresentação:

A Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social na cidade de Porto Alegre, vem apresentar o Plano Plurianual de Assistência Social 2014-2017 com as ações, programas, serviços e benefícios a serem executados no período. Convém, contudo, situar a trajetória da FASC na construção da política de Assistência Social no município.

Em 1994, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre delegou à FASC, na época Fundação de Educação Social e Comunitária - FESC, a responsabilidade legal de implementar a política de assistência social na cidade, conforme os princípios legais da Constituição Brasileira e da Lei Orgânica.

Desde então, a Fundação adequou-se no sentido de qualificar sua rede socioassistencial através da contratação e qualificação de recursos humanos, da ampliação dos atendimentos com construção de equipamentos e da ampliação de convênios e parcerias, culminando em 2003 com uma rede especializada e básica. Na condução desse conjunto de ações, abre-se um novo desafio: readequar-se aos princípios previstos no Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

No período de 2010 a 2013 a gestão deu continuidade ao processo de implantação do SUAS, através do reordenamento da sua estrutura institucional, da rede de serviços socioassistenciais, da ampliação do quadro de recursos humanos, da criação de instrumentos e processos de avaliação e monitoramento, dentre outras premissas do sistema.

O projeto de reordenamento institucional consistiu na elaboração da nova sistemática administrativa, da reforma do regimento interno e do novo organograma da Fundação. Tal processo ocorreu com a revisão das competências do Regimento Interno vigente, do acréscimo e extinção de estruturas discutidas em conjunto com a Direção, com as Coordenações, Chefias de Áreas e trabalhadores. Como primeiro resultado dessa discussão, foi regulamentado em Porto Alegre o SUAS, através do Decreto nº. 17.256/2011, em 16 de setembro de 2011. E, em 01 de fevereiro de 2013, foi aprovado o Decreto N. 18.198, que estabelece o Regimento Geral da FASC definindo a organização e estrutura da instituição conforme as orientações do SUAS.

A fim de sanar a insuficiência de cargos na FASC, foi elaborado o Projeto de Reordenamento Institucional, que prevê a adequação da estrutura de gestão bem como a atualização e previsão de criação de cargos para cumprir com as demandas do SUAS. O projeto foi aprovado

pelo Gabinete do Prefeito e encaminhado para a Câmara Municipal de Vereadores no dia 18 de outubro de 2013, onde se encontra, no aguardo de aprovação.

Apesar das limitações de vagas para o chamamento de cargos, razão pela qual se encontra em tramitação os projetos já referidos anteriormente, no período de 2010 a 2013, foi ampliado o quadro funcional a fim de implantar os serviços de proteção social básica e especial. Foram chamados 23 assistentes sociais, 35 psicólogos, 24 assistentes administrativos, 2 enfermeiros, 2 nutricionistas e 1 terapeuta ocupacional. Nesse ano, serão chamados mais 4 profissionais de nível superior, a ser definida, ainda, a formação profissional. Contudo, devido à insuficiência de cargos de nível superior na FASC, foi realizada a contratação emergencial de 44 novos profissionais, 22 assistentes sociais, 22 psicólogos, além de 40 educadores mediante a modalidade de convênio.

A instituição também reordenou suas estruturas de gestão e, a partir de 2010, instituiu as coordenações de Proteção Social Básica, de Especial de Média Complexidade, de Especial de Alta Complexidade e de Coordenação de Monitoramento e Avaliação. Em 2013, foram criadas a Coordenação da Gestão de Benefícios e do Cadastro Único e a Área de Vigilância Socioassistencial vinculada à Assessoria de Planejamento.

A rede socioassistencial da Proteção Social Básica é formada por uma rede socioassistencial própria e conveniada. No período de 2010 a 2013, foram implantados na rede própria 22 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, onde o principal serviço ofertado é o PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (22000 famílias atendidas/ano), o qual desenvolve ações de acompanhamento grupal e familiar, bem como atividades comunitárias e preventivas no território. Além do PAIF, também oferta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV para diferentes faixas etárias: de 6 a 14 anos e 11 meses (760 metas), o Pro Jovem Adolescente para jovens na faixa etária de 15 a 17 anos e 11 meses (88 coletivos e 2200 metas em parceria com entidades da sociedade civil) e o atendimento para a população idosa com mais de 60 anos (850 metas). Na rede conveniada de serviços de proteção social básica são ofertadas 9056 metas do Serviço de Convivência para Fortalecimento de Vínculos – SCFV na faixa etária dos 6 aos 14 anos e 11 meses e 1884 metas dos 15 aos 17 anos e 11 meses, através de uma rede formada por 124 entidades. No SCFV para pessoas acima de 60 anos de idade são ofertadas 850 metas, distribuídas em 21 entidades e o Serviço de Atendimento Familiar – SAF (36 entidades e 18000 metas).

Na rede de Proteção Especial de Média Complexidade, foram implantados os 09 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS. O CREAS oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI (720 famílias); o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC. Foi implantado, ainda em 2011, o Serviço Especializado de Atendimento à População Adulta em Situação de Rua – CentroPop, que atende uma média de 60 indivíduos diferentes/dia. Em 2013 será implantado o segundo CentroPop com capacidade para atendimento de 160 indivíduos/dia. O município conta também com o Serviço de Atendimento à População Idosa – Centro Dia do Idoso (25 indivíduos/dia) atendendo os idosos durante o dia, pertencentes à região norte da cidade e, em novembro desse ano, inaugurou outro serviço, que abrangerá a região sul com capacidade de 30 indivíduos/dia.

Na rede conveniada, a proteção social especial de média complexidade oferta 2211 metas de atendimento para pessoas com deficiência, em 20 clínicas de habilitação e reabilitação, 1 Casa de Convivência para Adultos em situação de rua (150 metas) e o Serviço de Abordagem para crianças e adolescentes – Ação Rua (13 Núcleos).

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade coordena o conjunto de serviços que garantem o atendimento integral a indivíduos e/ou famílias, em situação de risco pessoal e social no que tange ao abandono, a ameaça ou à violação de direitos, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e situação de rua. Esta população necessita de acolhimento institucional provisório ou de longa permanência, fora do seu núcleo familiar e, ou, comunitário. A rede de acolhimento a crianças e adolescentes, executadas nessa Proteção, já se encontra reordenada em 12 serviços de acolhimento institucional de pequeno e médio porte, com 190 metas.

A rede de atendimento à população adulta em situação de rua está em processo de reordenamento dos serviços, conforme previsto no Plano Municipal de Enfrentamento a Situação de Rua¹, o qual define ações para o período de 2011 a 2014. Compõem a rede própria 2 serviços de acolhimento institucional para indivíduos com 123 metas e 1 Albergue com 120 metas. Em 2011, foi implantado o serviço de Acolhimento Institucional para Famílias com 20 metas e, em 2013, 2 Repúblicas com total de 24 metas.

¹ O Plano Municipal de Enfrentamento a Situação de Rua consiste em ferramenta de gestão municipal, que compreende um conjunto de ações públicas envolvendo várias políticas sociais, voltadas para o atendimento das pessoas em situação de rua. (FASC, 2011).

A rede de alta complexidade conveniada compreende: Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes composta por 45 Casas Lares, com 394 metas e 9 abrigos residenciais com 199 metas. A rede de população adulta é formada por 1 abrigo para mulheres com filhos de até 12 anos, com 40 metas e 2 albergues com 235 metas.

A rede de acolhimento para idosos é constituída por 4 serviços de longa permanência com 408 metas. Da mesma forma, a rede de acolhimento para pessoas com deficiência é formada por 3 serviços de acolhimento institucional para neurolesionados, com 126 metas e 1 serviço de acolhimento institucional para idoso com deficiência visual, com 10 metas.

Com base na apresentação das ações implementadas pela FASC, ao longo dos últimos 4 anos, fica evidente o esforço da gestão municipal na implantação das orientações previstas no Sistema Único de Assistência Social, tanto no que diz respeito a sua rede própria no diálogo estabelecido com as entidades parceiras, quanto nas instâncias de participação e controle social, além dos órgãos do sistema de garantia de direitos.

No próximo quadriênio, pretende-se ampliar a rede de serviços de proteção social básica através da criação de 3 novos grupos de SCFV para idosos, ampliando em 75 metas a capacidade de atendimento. Na rede de proteção social especial de média complexidade pretende-se implantar um CREAS a ser localizado na região Humaitá e Navegantes. Na rede de proteção social especial destinada à população adulta em situação de rua, pretende-se implantar 2 Repúblicas (20 metas) e 1 abrigo para indivíduos (60 metas). Na rede de criança e adolescente está prevista a implantação de 7 unidades de acolhimento com um total de 140 metas.

Pretende-se, ainda, realizar concurso público para chamamento de profissionais de nível superior e educadores para viabilizar a estruturação dos serviços e das áreas de gestão da fundação.

A seguir, será apresentado o diagnóstico do município de Porto Alegre, a estrutura da gestão municipal e do controle social. Após, apresentaremos as ações das Coordenações de Proteção Social Básica, de Especial de Média e de Alta Complexidade, da Coordenação de Monitoramento e Gestão da Informação, da Coordenação de Benefícios e Cadastro Único, da Área de Vigilância Socioassistencial e da Coordenação de Gestão de Recursos Humanos.

2. Diagnóstico Socioterritorial do Município

2.1 Aspectos Históricos de Porto Alegre - Povos Formadores

Os povos indígenas foram os primeiros habitantes do município de Porto Alegre, há pelo menos três mil anos. Eles viviam da caça, pesca e coleta de frutos. Índios tupi-guaranis, por problemas ecológicos ou de superpopulação migraram da Amazônia e, como uma horda bárbara, invadiram a região de Porto Alegre, apavorando os índios nômades com seus rituais antropofágicos. Os tupi-guaranis eram horticultores seminômades e foram os primeiros a fixar-se na região de Porto Alegre.

Os grupos indígenas, que viviam junto ao Guaíba, acabaram encurralados por vários inimigos: charruas vindos do Sul, outros povos indígenas que desciam do Planalto fugindo dos bandeirantes e caçadores de escravos vindos do litoral Norte. Assim, os primeiros tropeiros vindos de Laguna - Santa Catarina, em 1732 já não encontraram população indígena estruturada. Com a concessão de sesmarias no Rio Grande do Sul (1732), europeus e descendentes estabelecem-se. Entretanto, seu objetivo era criar gado e não formar cidades; 20 anos depois é que se teria o núcleo inicial do povoado, na península.

A primeira presença de negros é registrada com a Frota de Magalhães, incursão de aventureiros e lagunistas com objetivo de conquista e povoamento que partiu de Laguna, em 1752, com “escravos pardos”. Também há registro da presença negra na Estância de Jerônimo de Ornellas, um dos primeiros sesmeiros, e nos trabalhos de demarcação do Tratado de Madri na capitania.

Laguna, em Santa Catarina, e a Colônia do Sacramento, eram os referenciais do domínio português. No século XVIII, pelo Tratado de Madri (1750), a Região das Missões foi incorporada por Portugal que enviou colonos açorianos para povoamento. O Tratado de Madri determinava a troca das reduções jesuíticas pela Colônia do Sacramento e levou à dispersão do povo guarani entre os exércitos dos dois reinos.

Os colonos enviados acamparam em Porto Alegre, aguardando o fim dos conflitos entre índios e portugueses na Região Missioneira. Isto porque os guaranis (leia-se guaranis e jesuítas) resistiram fortemente à decisão de que as Missões, com suas benfeitorias passassem para o domínio português. A espera se tornaria permanente. Ou seja, Porto Alegre nasceu a partir do acampamento provisório de migrantes açorianos abandonados à própria sorte - sem terras e sem ferramentas.

Os espanhóis nunca aceitaram a perda do território gaúcho e, em 1763, tomaram a Vila de Rio Grande, sendo que a população em fuga (de Rio Grande, das margens do Rio Jacuí e da Colônia

de Sacramento) se instalou preferentemente no Porto dos Casais e na Capela Grande de Viamão. Assim, o Porto tornou-se um entreposto comercial e suporte para as operações militares no Rio Jacuí. Porto Alegre, conforme o historiador Moacyr Flores, nasce fortificada e com objetivo militar - a data de sua fundação é o ano de 1772 - como resistência ao inimigo espanhol localizado na outra extremidade da Lagoa dos Patos.

Foi estabelecida a paz, no final do século XVIII, pelo Tratado de Santo Ildefonso, através do qual, Portugal reconheceu a Colônia de Sacramento e as Missões como pertencentes à Espanha (as Missões seriam retomadas por Portugal, em 1801).

Advém, então, o progresso econômico. Novas construções estimulam o surgimento de olarias e cresce a produção de trigo, que chega a ser exportado. Porto Alegre vai consolidando uma característica que perduraria: a de centro comercial.

O trabalho escravo participou intensamente da economia da época. Toda família de colonos que progredia, tinha como projeto, a aquisição de um escravo: o sonho de consumo das classes emergentes de então. Em 1780, quando se realizou o primeiro Censo de Porto Alegre, os escravos chegavam a um terço da população - 545 de 1512. Os escravos trabalhavam na lavoura, charqueadas e no mercado de escambo, vendendo produtos da horta do senhor.

Como foi visto, índios, negros e portugueses formam a base étnica de Porto Alegre. É possível depreender-se do breve histórico acima exposto que, desde sua formação, Porto Alegre possui uma elite e os “demais”, ou seja, os estancieiros, de origem européia, donos de sesmarias, que vêm para cá criar gado e, submetidos aos interesses destes, os outros setores sociais: índios, negros e colonos. Índios deslocados de seu habitat e negros arrancados do país de origem, sofrendo ambos um processo de aculturação. Os colonos açorianos, cujo acampamento provisório originou, afinal, a cidade, embora não se diferenciem, etnicamente, da elite estancieira, a eles contrapõem-se por não disporem de terras, instrumentos de trabalho e poder político, naquele momento, para alterar a situação. (Texto extraído do Plano Municipal de Assistência Social de Porto Alegre 2002/2005, PMPA/FASC).

A lógica excludente, já perceptível na origem da cidade, aponta a produção e a reprodução da exclusão social, expondo famílias e indivíduos às situações de risco e vulnerabilidade. A simples existência da pobreza e da exclusão social é um constante desafio para a Assistência Social, que visa garantir o acesso aos direitos sociais fundamentais dos setores vulnerabilizados.

2.2 Aspectos Geográficos

O município de Porto Alegre possui área de 496,1 Km², que está distribuída em parte continental de 452,68 Km² e ilhas, com 43,42 Km². A área urbana ocupa 352,02 Km² e 144,08 Km² é considerada área rural. Os 40 morros que, abrangem 65% da extensão territorial, circundam a cidade em sua parte continental, que é limitada pela orla fluvial de 72 Km².

O ponto mais alto da cidade localiza-se no Morro Santana, com 311 metros. O ponto mais baixo, na parte continental situa-se no Aeroporto Salgado Filho, 1,1 metros e na parte do conjunto de ilhas é na Ilha das Flores, com apenas 0,1 metros. Os limites de Porto Alegre são: oeste e sul o Rio (lago) Guaíba; leste os municípios de Alvorada e Viamão; norte o Rio Gravataí.

Porto Alegre destaca-se pela sua arborização, distribuída em vias públicas, praças, parques e áreas de propriedades particulares. As áreas verdes têm papel preponderante na qualidade de vida da população promovendo a estabilidade climática, melhoria das condições do solo, redução da poluição atmosférica, aproximação com o ambiente natural, desta forma contribuindo para o equilíbrio psicossocial humano e com a preservação ambiental.

Na capital, a área verde pública de cobertura vegetal é composta por 2 unidades de conservação, 11 áreas destinadas a parques, 620 destinadas a praças e aproximadamente 500 verdes complementares, correspondendo a 17,60 m²/habitante. Deste total, 5,90 m²/habitante, correspondem à área verde pública de lazer distribuída entre 8 parques e 456 praças que estão à disposição da população porto-alegrense. (PMPA, 2004).

O clima de Porto Alegre é subtropical úmido, estações definidas, sendo que, no inverno, verificam-se temperaturas muito baixas. Em decorrência dos rigores do inverno, a FASC desenvolve ações emergenciais de atendimento à população em situação de rua, abrangendo os quatro meses mais frios.

A cidade é ponto de convergência de diferentes formações geológicas, distinguíveis pelas vegetações produzidas: as araucárias do Planalto que chegam à Zona Norte; a cobertura característica da Serra do Mar que alcança Itapuã; as matas de galeria e os campos da Depressão Central que cruzam para leste até o mar, em Tramandaí.

Porto Alegre fica à beira do Lago Guaíba, o qual une as águas navegáveis do Rio Jacuí e da Lagoa dos Patos. Próximo à cidade, o Rio Jacuí recebe as águas do Taquari, do Caí, do Sinos e do Gravataí, formando um delta, uma bacia de decantação, na qual se acumula a terra arrancada das encostas do Planalto (onde nasce o Rio Jacuí, 400 m acima do nível do mar). O Guaíba desemboca na Lagoa dos Patos que, por sua vez, lança as águas no Atlântico (CEEE, 1997).

Com a incidência de chuvas mais intensas, tem-se o problema das cheias, desabrigando a população ribeirinha, o que requer ações de Defesa Civil onde a FASC, o DEMHAB, a SMOV e outras secretarias intervêm no atendimento de abrigagem, de remoção da área de risco e demais providências junto à população atingida.

Comparada às demais capitais do País, Porto Alegre tem, como peculiaridade, uma extensa área rural, parte exclusivamente agricultável e outra mista ou de preservação ambiental. As terras são destinadas, em sua maior parte, à pastagem natural (34%) e às culturas anuais (24%). Há ênfase na fruticultura: planta-se muito pêssego e ameixa (a produção de pêssego de mesa é a maior do Brasil), conforme dados da História Ilustrada de Porto Alegre (CEEE/RS, p.183).

A proximidade da área rural com o centro consumidor e centros de ensino e pesquisa, financeiro e administrativo são vantagens potenciais. Entretanto, tal proximidade leva a uma valorização da terra muito superior à média do Estado e a restrições na oferta de força de trabalho, obrigando a uma alta rentabilidade dos investimentos produtivos. De outra parte, a preservação do sítio ecológico da Zona Sul, além de contribuir para a qualidade de vida do município, enriquece seu potencial turístico.

2.3 Aspectos Demográficos

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, a taxa de 0,36% ao ano, passando de 1.360.033 para 1.409.351 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,49% ao ano e inferior a cifra de 0,88% ao ano da Região Sul.

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 97,07% e, em 2010, passou a representar 100% do total.

A estrutura demográfica também apresentou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -1,7% ao ano. Crianças e jovens detinham 23,1% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 313.645 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 18,8% da população, totalizando 264.269 habitantes.

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 0,52% ao ano), passando de 886.404 habitantes em 2000 para 933.186 em 2010. Em 2010, este grupo representava 66,2% da população do município e verificou-se a ampliação da população idosa que cresceu 2,8% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 11,8% da população, já em 2010 detinha 15,0% do total da população municipal.

Dados Populacionais Total e por Faixa Etária de Porto Alegre por ROP 2010 Modelo AVS (Área de Vigilância Socioassistencial)														
Nº ROP	ROP	População Total 2010	Faixa Etária											
			0 a 5 anos e 11 meses de idade	% 0 a 5 anos e 11 meses sobre o total da região	6 a 14 anos e 11 meses de idade	% 6 a 14 anos de idade sobre o total da região	15 a 17 anos e 11 meses de idade	% 15 a 17 anos e 11 meses sobre o total da região	18 a 21 anos e 11 meses de idade	% 18 a 21 anos e 11 meses sobre o total da região	22 a 59 anos e 11 meses de idade	% 22 a 59 anos e 11 meses sobre o total da região	60 anos e mais de idade	% 60 anos e mais sobre o total da região
1	Humaitá/Navegantes	43.689	3.314	7,59%	5.752	13,17%	1.946	4,45%	2.851	6,53%	24.059	55,07%	5.745	13,15%
2	Noroeste	130.810	6.375	4,87%	11.276	8,62%	4.343	3,32%	6.987	5,34%	76.045	58,13%	25.784	19,71%
3	Leste	114.309	8.123	7,11%	15.286	13,37%	5.414	4,74%	7.341	6,42%	61.980	54,22%	16.165	14,14%
4	Lomba do Pinheiro	62.315	5.912	9,49%	10.479	16,82%	3.741	6,00%	4.508	7,23%	32.242	51,74%	5.433	8,72%
5	Norte	91.366	7.308	8,00%	13.007	14,24%	4.568	5,00%	6.100	6,68%	49.590	54,28%	10.793	11,81%
6	Nordeste	37.234	4.002	10,75%	7.391	19,85%	2.403	6,45%	2.704	7,26%	18.331	49,23%	2.403	6,45%
7	Partenon	118.923	8.687	7,30%	15.585	13,11%	5.571	4,68%	7.936	6,67%	65.080	54,72%	16.064	13,51%
8	Restinga	60.729	5.912	9,74%	10.398	17,12%	3.441	5,67%	4.224	6,96%	31.038	51,11%	5.716	9,41%
9	Glória	42.286	3.454	8,17%	6.270	14,83%	2.204	5,21%	2.834	6,70%	22.360	52,88%	5.164	12,21%
10	Cruzeiro	65.408	5.413	8,28%	9.817	15,01%	3.502	5,35%	4.308	6,59%	33.983	51,96%	8.385	12,82%
11	Cristal	27.661	1.787	6,46%	3.163	11,43%	1.131	4,09%	1.584	5,73%	15.746	56,92%	4.250	15,36%
12	Centro Sul	110.889	7.443	6,71%	13.565	12,23%	4.905	4,42%	6.737	6,08%	61.904	55,83%	16.123	14,54%
13	Extremo Sul	34.873	2.813	8,07%	5.289	15,17%	1.841	5,28%	2.315	6,64%	18.262	52,37%	4.224	12,11%
14	Eixo Baltazar	100.418	7.033	7,00%	12.588	12,54%	4.648	4,63%	6.431	6,40%	56.974	56,74%	12.743	12,69%
15	Sul	83.312	5.716	6,86%	10.220	12,27%	3.657	4,39%	5.000	6,00%	46.785	56,16%	11.884	14,26%
16	Centro	276.799	10.686	3,86%	17.630	6,37%	7.053	2,55%	15.671	5,66%	165.226	59,69%	60.114	21,72%
17	Ilhas	8.330	851	10,22%	1.522	18,27%	529	6,35%	628	7,54%	3.980	47,78%	803	9,64%
Total	Porto Alegre	1.409.351	94.829	6,73%	169.238	12,01%	60.897	4,32%	88.217	6,26%	784.023	55,63%	211.896	15,04%

Fonte:

IBGE - Censo Demográfico 2010.

ObservaPOA (Observatório da cidade de Porto Alegre)

Área de Vigilância Socioassistencial - AVS / FASC.

Dados do Censo de 2010 informam que, conforme o quadro de gênero abaixo, do total de habitantes no município, 53,61% são do sexo feminino. E, nos dados de **raça/etnia** declarados pelos informantes, conta-se com 79,23% de população branca, 0,29% de raça amarela, 0,23% de população indígena e 20,24% de raça negra. O próximo quadro ilustra os dados comentados:

Dados Populacionais Total e por Gênero de Porto Alegre por ROP 2010						
N° ROP	ROP	População Total	Gênero			
			Valor Absoluto Masculino	% Masculino referente ao total da região	Valor Absoluto Feminino	% Feminino referente ao total da região
1	Humaitá/Navegantes	43.689	20.404	46,70%	23.285	53,30%
2	Noroeste	130.810	58.999	45,10%	71.811	54,90%
3	Leste	114.309	53.459	46,77%	60.850	53,23%
4	Lomba do Pinheiro	62.315	30.337	48,68%	31.978	51,32%
5	Norte	91.366	43.418	47,52%	47.948	52,48%
6	Nordeste	37.234	18.154	48,76%	19.080	51,24%
7	Partenon	118.923	56.675	47,66%	62.248	52,34%
8	Restinga	60.729	28.876	47,55%	31.853	52,45%
9	Glória	42.286	19.990	47,27%	22.296	52,73%
10	Cruzeiro	65.408	30.730	46,98%	34.678	53,02%
11	Cristal	27.661	12.668	45,80%	14.993	54,20%
12	Centro Sul	110.889	51.143	46,12%	59.746	53,88%
13	Extremo Sul	34.873	17.015	48,79%	17.858	51,21%
14	Eixo Baltazar	100.418	46.765	46,57%	53.653	53,43%
15	Sul	83.312	39.318	47,19%	43.994	52,81%
16	Centro	276.799	121.580	43,92%	155.219	56,08%
17	Ilhas	8.330	4.256	51,09%	4.074	48,91%
Total	Porto Alegre	1.409.351	653.787	46,39%	755.564	53,61%

2.4 Aspectos Econômicos e Mercado de Trabalho

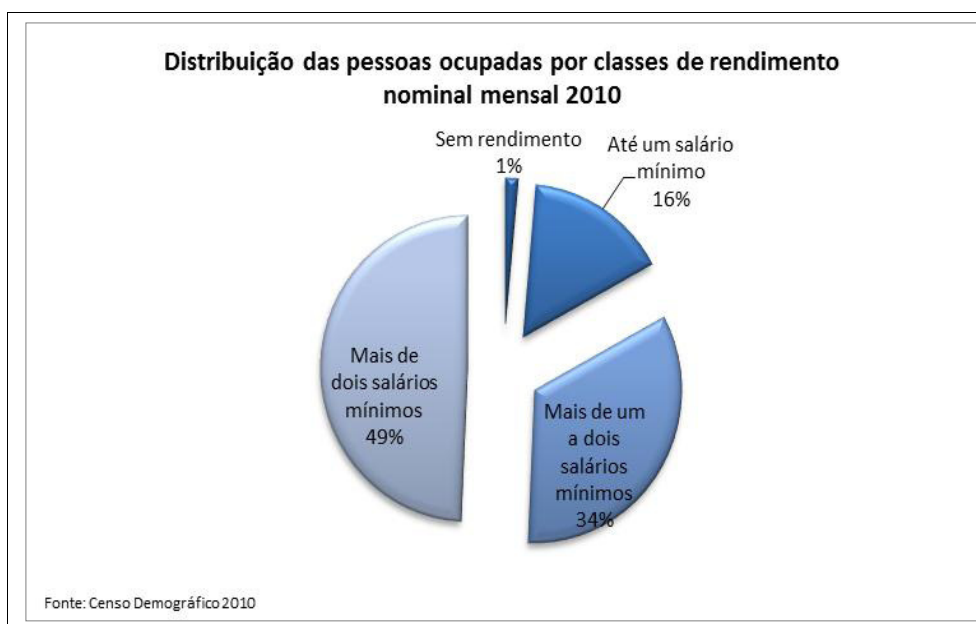
Com relação à produção econômica entre os anos de 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 34,3%, passando de R\$ 28.133,0 milhões para R\$ 37.787,9 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado, que foi de 49,7%. A participação do PIB do município, na composição do PIB estadual, diminuiu de 19,51% para 17,51% no período de 2005 a 2010.

A participação dos setores econômicos do PIB em 2010 estava assim distribuída: 11,5% na Administração Pública, 58,9% no setor de Serviços, 16,5% no recolhimento de impostos, 0,1% no setor agropecuário e 13,0% na Indústria. A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviço, o qual respondia por 71,2% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 12,3% em 2010, contra 11,7% em 2005. Variação similar à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 11,7% em 2005 para 25,6% em 2010.

Com relação ao mercado de trabalho, os dados do último Censo Demográfico mostram que o município possuía em 2010, 771.005 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 728.252 estavam ocupadas e 42.753 desocupadas. A taxa de participação ficou em 61,9% e a taxa de desocupação municipal foi de 5,5%.

A distribuição das pessoas ocupadas, por posição, mostra que 52,7% tinham carteira assinada, 13,7% não tinham carteira assinada, 21,4% atuam por conta própria e 3,7% são empregadores. Servidores públicos representavam 7,3% do total de ocupados e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 1,2% dos ocupados. No período de 2008 a 2011, a quantidade de vagas no mercado formal de trabalho aumentou em 65.743 postos, sendo que a maior elevação concentrou-se no grupo de trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados, com 21.752 postos.

Das pessoas ocupadas, 1,4% não tinham rendimentos e 17,1% ganhavam até um salário mínimo por mês. O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 2.561,66. O rendimento dos homens aponta uma diferença maior de 45,39% em comparação com as mulheres.



Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por oito anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 155.183. O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 726.098 postos, 26,0% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 27,8% no mesmo período.

2.5 Aspectos Sociais

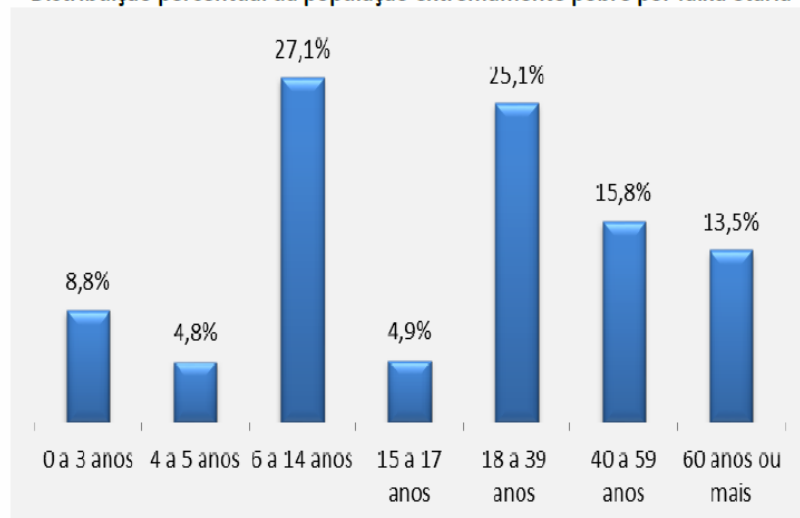
2.5.1 Pobreza e Transferência de Renda

Conforme dados do Censo Demográfico de 2010, a população total era de 1.409.351 residentes, dos quais 23.430 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 1,7% da população municipal vivia nessa situação e, desse total de extremamente pobres, 100% vivia no meio urbano. No gráfico abaixo, podemos visualizar a incidência destes índices nas faixas etárias descritas.

População em situação de extrema pobreza por faixa etária

Idade	Quantidade
0 a 3	2.064
4 a 5	1.136
6 a 14	6.356
15 a 17	1.145
18 a 39	5.882
40 a 59	3.694
65 ou mais	3.152
Total	23.430

Distribuição percentual da população extremamente pobre por faixa etária



Do total de extremamente pobres no município, 13.211 são mulheres (56,4%) e 10.219 são homens (43,6%). E, deste total, 61,4% são classificados como brancos, 37,5% como negros, 18,0% se declararam pretos e 19,5% são pardos. Além disso, neste Censo havia 607 indivíduos com alguma deficiência mental, 4.736 com alguma dificuldade para enxergar, 1.417 para ouvir e 2.396 para se locomover.

Conforme dados deste Censo, no município, a taxa de extrema pobreza dos beneficiários do Programa Bolsa Família (**PBF**), segundo a renda pré-benefício era de 10,91%. No censo demográfico de 2000, o percentual de moradores com 60 anos ou mais e renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo era de 2,5%, percentual esse que diminuiu para 2,7% no censo de 2010.

2.5.2 Assistência Social

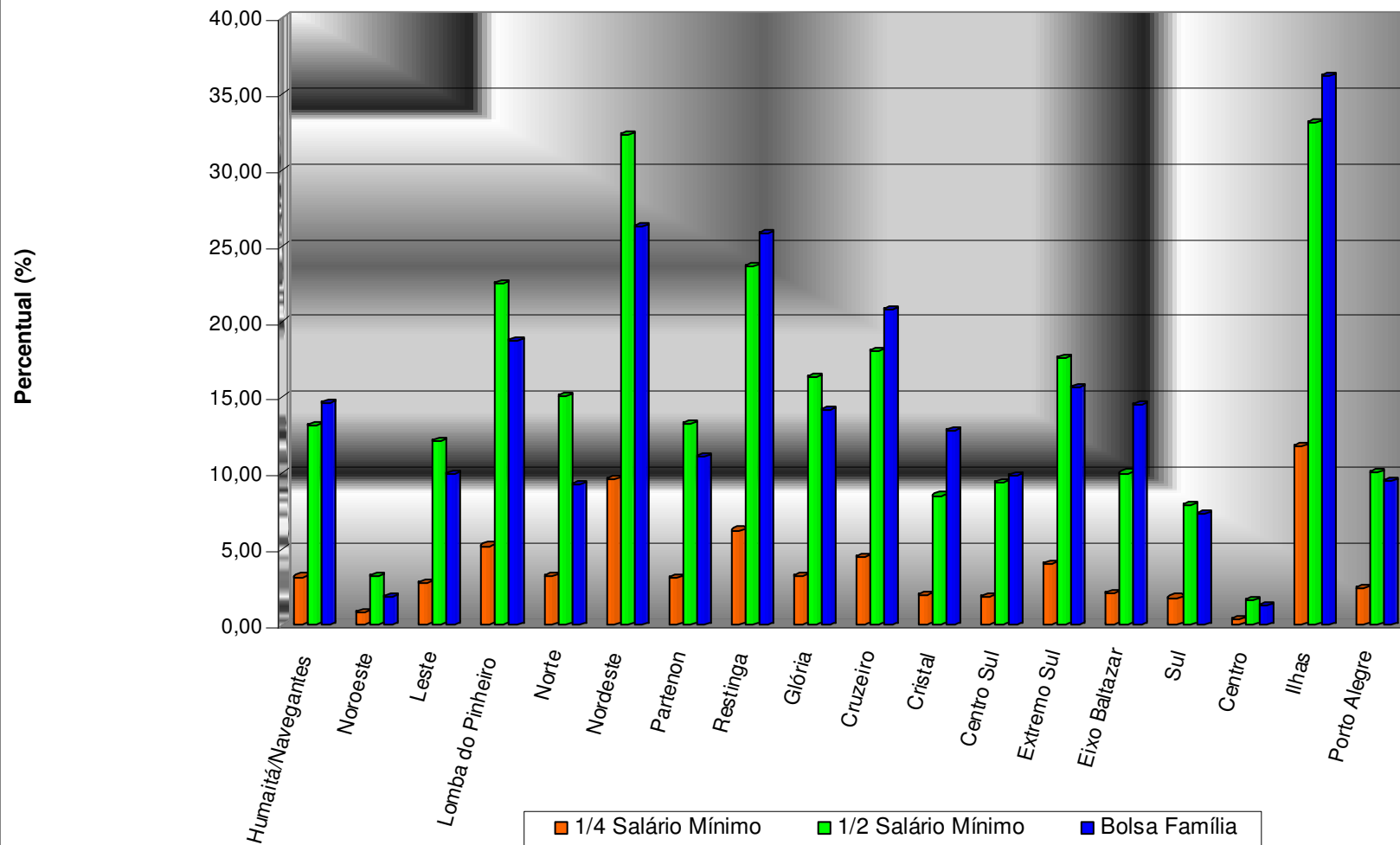
De acordo com os registros de junho de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamento de julho de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com:

- 1.177 famílias registradas no Cadastro Único (no mês)
- 48.496 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (11,01 % da população do município)
- 166 famílias quilombolas cadastradas e, destas, 80 são beneficiárias do Programa Bolsa Família
- 11.763 são beneficiários do BPC Idosos
- 14.204 são beneficiários do BPC PCD
- 470 famílias indígenas cadastradas e, destas, 173 são beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Os dados demonstram que o município apresenta uma cobertura cadastral importante, que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços na qualificação das informações registradas e na atualização dos dados familiares. De junho de 2011 a maio de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 10.900 famílias em situação de extrema pobreza. Agora, todas as famílias que entram no programa superam esse patamar e possuem uma garantia de renda. Com isso, o município poderá abrir espaço para incluir as famílias em extrema pobreza, já cadastradas no PBF, e que ainda não recebem os benefícios.

O quadro abaixo apresenta o comparativo no processo de acesso à renda e do impacto devido ao recebimento do benefício do Programa Bolsa Família, considerando-se, também, os parâmetros da obtenção do salário mínimo. Juntos, estes benefícios indicam a possibilidade de promover a inclusão social e as condições de proteção social mínima deste segmento populacional.

Comparativo Renda 1/4 Salário Mínimo (IBGE - 2010) x 1/2 Salário Mínimo (IBGE - 2010) x Bolsa Família (2012)



Em março de 2013, o benefício do Programa Brasil Carinhoso, inicialmente pago a famílias extremamente pobres com filhos de 0 a 15 anos, foi estendido a todas as famílias do Bolsa Família. Com esta mudança, todas as famílias do programa superaram a condição de extrema pobreza.

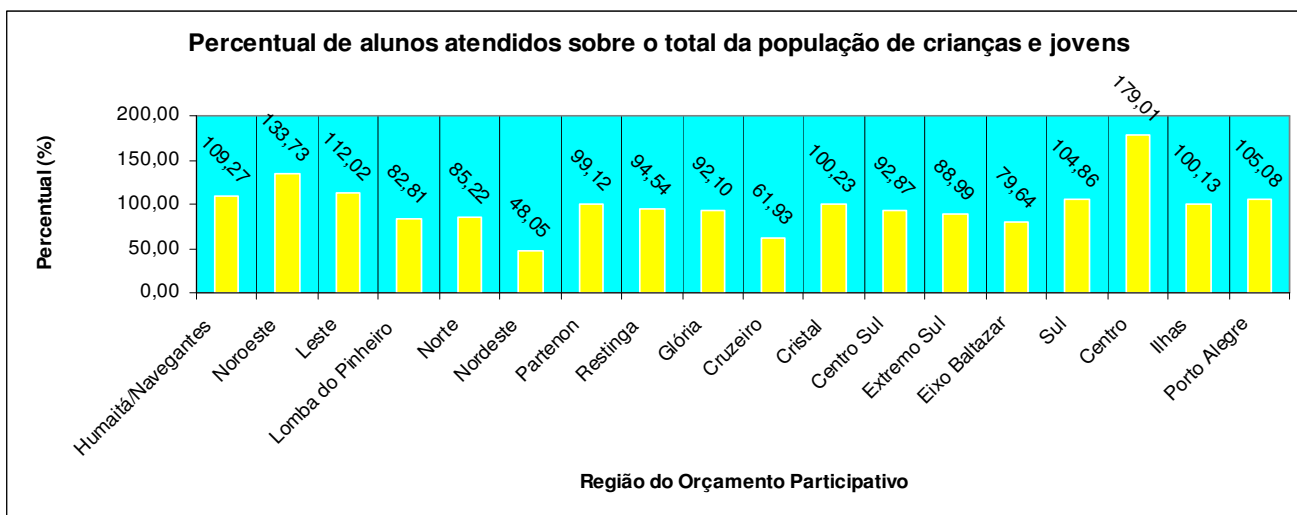
No município, 94,63 % das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 86,69%. O município está acima da média, mas, é importante que as Secretarias de Assistência Social e de Educação possam instituir mecanismos de aproximação e de articulação, de modo a qualificar o atendimento da população inserida nas duas políticas.

No que se refere à inclusão produtiva, o município recebeu recursos do MDS para apoiar as ações do Acesso ao Trabalho, com meta de mobilização de 45.770 pessoas. O acesso a serviços da Assistência Social será, detalhadamente, apresentado e descrito nos demais capítulos deste Plano Plurianual, nos dados sistematizados pelas Proteções Sociais desta Política Pública.

2.5.3 Educação

Os aspectos educacionais constituem-se em importantes fontes de dados para a Assistência Social, pois através de seus indicadores podemos inferir as principais vulnerabilidades que afetam a população da cidade e, através dos dados obtidos, planejar ações e políticas que contemplem os déficits existentes, bem como suas causas que, muitas vezes, envolvem necessidades atendidas por outras políticas. Atualmente, a educação (frequência escolar) é uma das condicionalidades do Programa do Bolsa Família que beneficia as famílias de baixa renda. As famílias com crianças infrequentes ou evadidas devem ser trabalhadas no sentido de se reverter essa e outras vulnerabilidade que estejam associadas à infrequência escolar.

O Índice de Desenvolvimento Humano, em Porto Alegre, é de 0,805, considerado muito alto na escala do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). Dentro deste, os índices educacionais têm um papel significativo. Para elaboração deste indicador, é considerado o fluxo escolar por faixa etária e a população com 18 anos ou mais, com ensino fundamental completo. A seguir os resultados de 2012, considerando o percentual que é o número de alunos matriculados de 4 a 17 anos de idade, dividido pela população dessa faixa etária, respectivamente em cada região da cidade:



Fontes: IBGE - Censo 2010 - População por idade - População trabalhada pelo ObservaPOA e MEC - INEP - Matrícula Inicial por idade - Educacenso 2011

Com relação ao número de alunos frequentando o ensino público e privado, os dados do município demonstram que há uma predominância de alunos nos níveis fundamental e médio na rede pública, enquanto a rede particular prevalece no ensino superior.

Outro dado significativo, apontado pelos estudos municipais, revela que encontramos na população escolar um descompasso entre a idade e a série escolar que de fato frequenta – é isto que mostra a chamada escolarização líquida. A taxa de escolarização líquida indica a proporção da população em determinada faixa etária que se encontra frequentando a escola, no nível adequado a sua idade. A baixa escolarização de adolescentes deve-se a atrasos ocorridos no ensino fundamental, que podem levar à repetência, ao analfabetismo funcional e ao fracasso escolar. Estas questões explicitam-se nos dados abaixo:

Região Metropolitana	Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente, de 6 a 17 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino (%)	
	6 a 14 anos no Ensino Fundamental	15 a 17 anos no Ensino Médio
Porto Alegre	91,9	52,4

Fonte: IBGE PNAD/2009

Notamos que no ensino fundamental, a taxa de frequência líquida é alta, já no ensino médio a taxa cai sensivelmente, apenas 52,4 % dos jovens estão frequentando o nível adequado a sua idade. Os motivos deste déficit devem ser enfrentados com profundidade para que sejam superados. A taxa de abandono escolar com o índice de aprovação e reprovação, também é um indicador importante da educação na nossa cidade, pois aponta os resultados dos processos educacionais na região. E, pode ser uma das consequências da baixa frequência líquida, porque

jovens, freqüentando séries não adequadas a sua idade, ficam desmotivados, levando ao fracasso escolar e aumentando a probabilidade de abandono dos estudos.

A seguir, o desempenho da taxa de abandono escolar no Ensino Fundamental em Porto Alegre por região do Orçamento Participativo:

Região do O.P.	2010		2011	
	indicador	Absoluto	indicador	absoluto
Porto Alegre	1,43	2.614	1,26	2.258
Ilhas	4,14	79	6,83	128
Nordeste	3,11	166	1,92	99
Humaitá / Navegantes	1,14	70	1,82	107
Cristal	3,01	125	1,64	41
Leste	1,77	287	1,62	289
Lomba do Pinheiro	1,16	123	1,61	195
Extremo Sul	1,96	115	1,52	72
Partenon	1,94	331	1,45	229
Cruzeiro	2,41	152	1,33	117
Sul	1,23	138	1,29	151
Centro Sul	0,87	139	1,20	169
Restinga	1,27	128	1,16	119
Centro	0,79	181	0,98	213
Glória	1,06	72	0,94	64
Eixo Baltazar	1,43	259	0,91	118
Norte	1,00	81	0,55	67
Noroeste	1,04	168	0,54	80

Fonte: Censo 2010 – IBGE - MEC/INEP – EDUCACENSO; SE/RS; adaptado pelo ObservaPOA 2012.

Esses dados relativos ao abandono escolar ajudam a identificar as regiões mais problemáticas, em termos de evasão e fornecem elementos para a elaboração de políticas mais focadas nas especificidades locais. Outro aspecto importante, a ser mencionado, são os dados sobre o analfabetismo. Nota-se que houve uma redução no índice, que era de 3,44% no ano de 2000, diminuindo para 2,3% em 2010.

Os melhores níveis de escolaridade garantem melhores oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho, portanto é importante verificar se as pessoas economicamente ativas têm uma escolaridade de pelo menos 11 anos de estudo completos, equivalente ao ensino médio. Este nível, atualmente, é exigido para praticamente todos os postos de trabalho no mercado formal.

A mensuração da escolaridade da população jovem de 18 a 24 anos de idade, com 11 anos de estudo, é considerada essencial para avaliar a eficácia do sistema educacional de um país, bem como a capacidade de uma sociedade para combater a pobreza e melhorar a coesão social, segundo

avaliação da Comissão das Comunidades Europeias (Statistical Office of the European Communities - EUROSTAT). No caso do Brasil, a proporção de jovens que possuem essa escolaridade ainda é baixa, apenas 37,9%, de acordo com os dados da PNAD 2009 (SIS - IBGE 2010). Em Porto Alegre temos a seguinte média de anos de estudo nesta faixa etária:

Região Metropolitana	Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade		
	18 anos	19 anos	20 a 24 anos
Porto Alegre	9,1	9,7	10,1

Fonte: IBGE 2009

Embora seja maior que a média nacional, ainda não atingiu o ideal, de no mínimo onze anos de estudo nesta faixa etária.

E, por último, apresenta-se a taxa de analfabetismo entre os moradores de Porto Alegre, que era de 3,44% no ano de 2000, diminuiu para 2,3% em 2010. Revelando uma redução importante de quase 1,0% .

2.5.4 Saúde

A Saúde representa um importante fator que concorre para a qualidade de vida. Seus indicadores apontam os graus de vulnerabilidade da população e as necessidades de investimento público.

Na análise dos indicadores, por região do Orçamento Participativo, é possível fazer uma comparação dos bairros da cidade em relação às condições de saúde da população, permitindo também identificar processos de maior vulnerabilidade social.

Porto Alegre pode ser apontada como uma cidade que segrega socialmente as pessoas do ponto de vista do acesso à saúde. Nas áreas centrais, há melhor qualidade e mais opções de atendimento, que vão rareando e se tornando mais distantes na medida em que se avança rumo à periferia. A avaliação é da professora, de Medicina Social da UFRGS, Maria Inês Azambuja, que pesquisa a relação entre a exclusão social e seu impacto na saúde. Ela destaca que “uma urbanização sem planejamento agrava, sobretudo, as condições de saúde da população mais empobrecida” (Sul 21, nov., 2011).

Em especial, as vulnerabilidades sociais afetam ao desenvolvimento infantil, falam das situações que se caracterizam em risco para os grupos humanos que habitam cada região da

cidade. É medido, principalmente, pelas condições propiciadas ao crescimento saudável das crianças que nelas vivem.

Com relação à mortalidade infantil, os diferenciais observados, especialmente, nas proporções de óbitos infantis, apontam para as realidades das condições socioeconômicas de cada uma das regiões da cidade e, mais especificamente, para as desigualdades existentes nas condições sanitárias e de acesso aos serviços de saúde. A seguir vemos o desempenho deste indicador nas regiões:

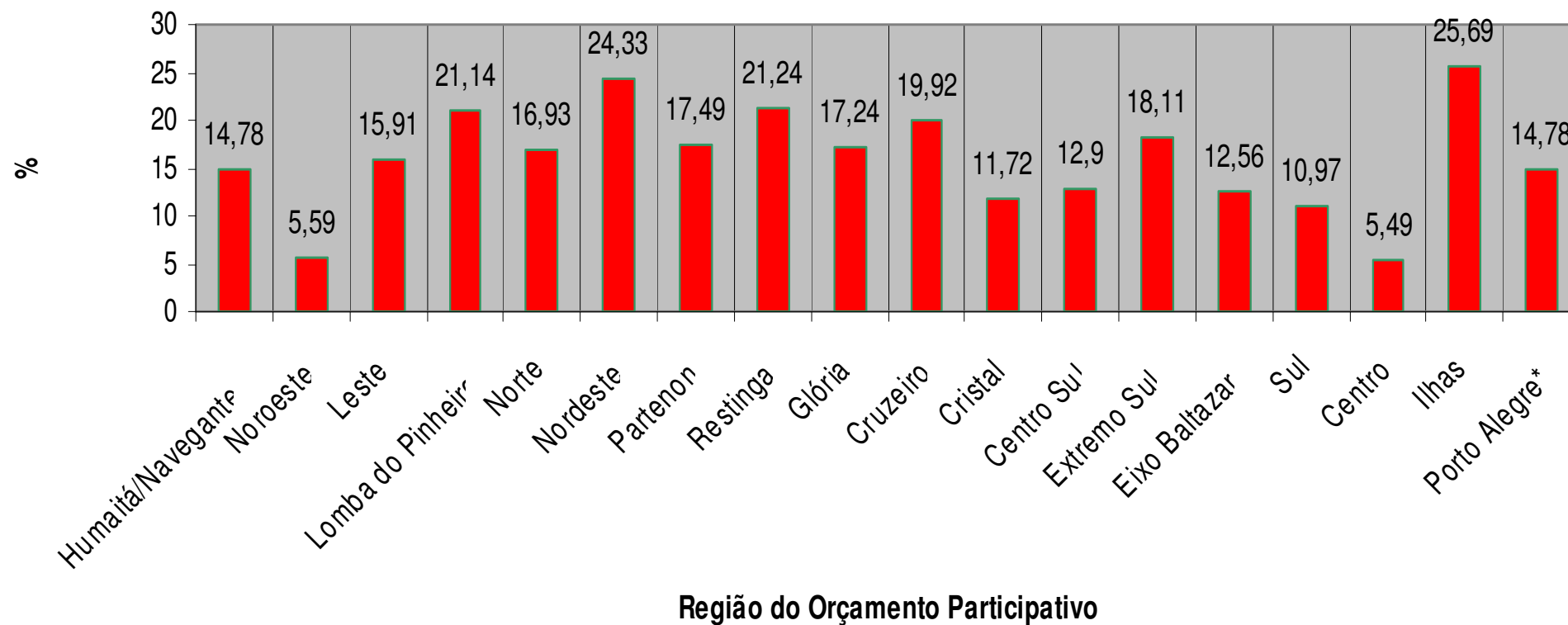
MORTALIDADE INFANTIL DE MENORES DE 1 ANO – ANO 2011		
REGIÃO	INDICADOR	ABSOLUTO
PORTO ALEGRE	9,14	171
CRUZEIRO	5,13	5
HUMAITÁ/NAVEGANTES	5,22	3
NOROESTE	5,43	7
ILHAS	6,94	1
SUL	7,57	8
EIXO BALTAZAR	7,59	9
CRISTAL	7,81	3
NORTE	7,99	11
EXTREMO SUL	8,23	4
CENTRO	8,24	21
RESTINGA	9,66	9
PARTENON	9,75	17
LESTE	10,14	16
LOMBA DO PINHEIRO	10,43	11
CENTRO SUL	11,67	17
NORDESTE	14,21	8
GLÓRIA	14,37	10

Unidade do indicador: mortes por mil. Valor absoluto: Número de óbitos até 364 dias de vida.

Fonte: adaptado - SINASC (Sistema de Informações de Nascidos Vivos)/SMS (Secretaria Municipal da Saúde) in ObservaPOA.

Esta tabela mostra a Região Glória com o maior índice de mortalidade entre crianças com menos de um ano de idade. Os números chegam a 14,37 óbitos para cada mil crianças, quase três vezes mais do que o registrado na região Cruzeiro, que apresenta atualmente o menor número de casos, com 5,13 óbitos para cada mil. Na próxima Tabela encontramos os índices associados de nascimentos com a faixa etária das mães. Com eles, podemos traçar o paralelo com a tabela da baixa escolaridade das mães, nestas faixas etárias.

Percentual de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos sobre o total de nascidos



Obs.: O número de nascidos vivos da cidade é superior ao somatório dos valores disponibilizados por bairros e regiões. A diferença deve-se aos registros que não possuem endereço para sua localização. FONTE: ObservaPOA 21/06/2013.

As mães de 25,69% dos nascidos vivos na Região Ilhas possuem 19 anos ou menos. Outras regiões, que mantêm esse indicador alto, são a Nordeste e a Restinga, com 24,33% e 21,24% respectivamente. Na Região Centro esse índice é mais baixo, com 5,49% e a Ilhas apresenta um histórico elevado desse indicador.

Outro indicador importante para a análise das condições de saúde da população é o de nascidos vivos de mães com cuja escolaridade é menor que o ensino fundamental (completo), pois o nível de escolaridade também é um indicador de vulnerabilidade social. A seguir a Tabela deste índice por região de Porto Alegre:

REGIÃO	INDICADOR	ABSOLUTO
PORTO ALEGRE	24,27	4.589
NOROESTE	8,62	111
CENTRO	8,67	221
EIXO BALTAZAR	18,89	224
SUL	19,11	202
CENTRO SUL	21,28	310
CRISTAL	22,14	85
NORTE	24,49	337
LESTE	26,36	416
PARTENON	28,44	496
HUMAITÁ/NAVEGANTES	31,30	180
EXTREMO SUL	32,51	158
LOMBA DO PINHEIRO	32,51	343
GLÓRIA	33,05	230
RESTINGA	33,05	308
NORDESTE	34,81	196
CRUZEIRO	36,24	353
ILHAS	44,44	64

Fonte: adaptado - SINASC (Sistema de Informações de Nascidos Vivos)/SMS (Secretaria Municipal da Saúde) in ObservaPOA - ANO 2011

Em relação a este indicador, a região que apresentou pior desempenho foi a das Ilhas, seguida da região Cruzeiro.

Ainda, outro indicador relevante no âmbito da saúde se relaciona aos indicadores de mortalidade da população. A tabela a seguir mostra indicadores de mortalidade da população, os cinco primeiros indicadores revelam as principais causas de mortalidade, principalmente da população juvenil e adulta, com números expressivos. Mas, entre estas causas, relacionadas diretamente às questões da saúde, estão as que se inter-relacionam com os aspectos socioeconômicos, aspectos educacionais e com a garantia dos direitos sociais e humanos.

Percentual de ocorrência das principais causas de morte:

Ano	2009		2010		2011	
Indicadores	Indicador	Absoluto	Indicador	Absoluto	Indicador	Absoluto
Doenças do aparelho circulatório	29,28	3262	29,46	3333	30,10	3422
Neoplasias	23,03	2566	23,02	2605	23,76	2701
Doenças do aparelho respiratório	9,85	1098	8,85	1001	9,88	1123
Causas externas de mortalidade	9,21	1026	8,76	991	8,30	944
Doenças infecciosas e parasitárias	6,63	739	6,73	761	6,33	719
Doenças do sistema nervoso	4,73	527	5,66	640	5,52	627
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	5,47	610	5,30	600	5,30	602
Doenças do aparelho digestivo	4,30	479	4,33	490	4,45	506
Outras causas	5,26	421	4,13	467	3,65	420
Resultados anormais de exames clínicos e laboratoriais	1,48	165	1,76	199	1,88	214
Afecções originadas no período perinatal	2,23	249	2,00	226	0,78	89

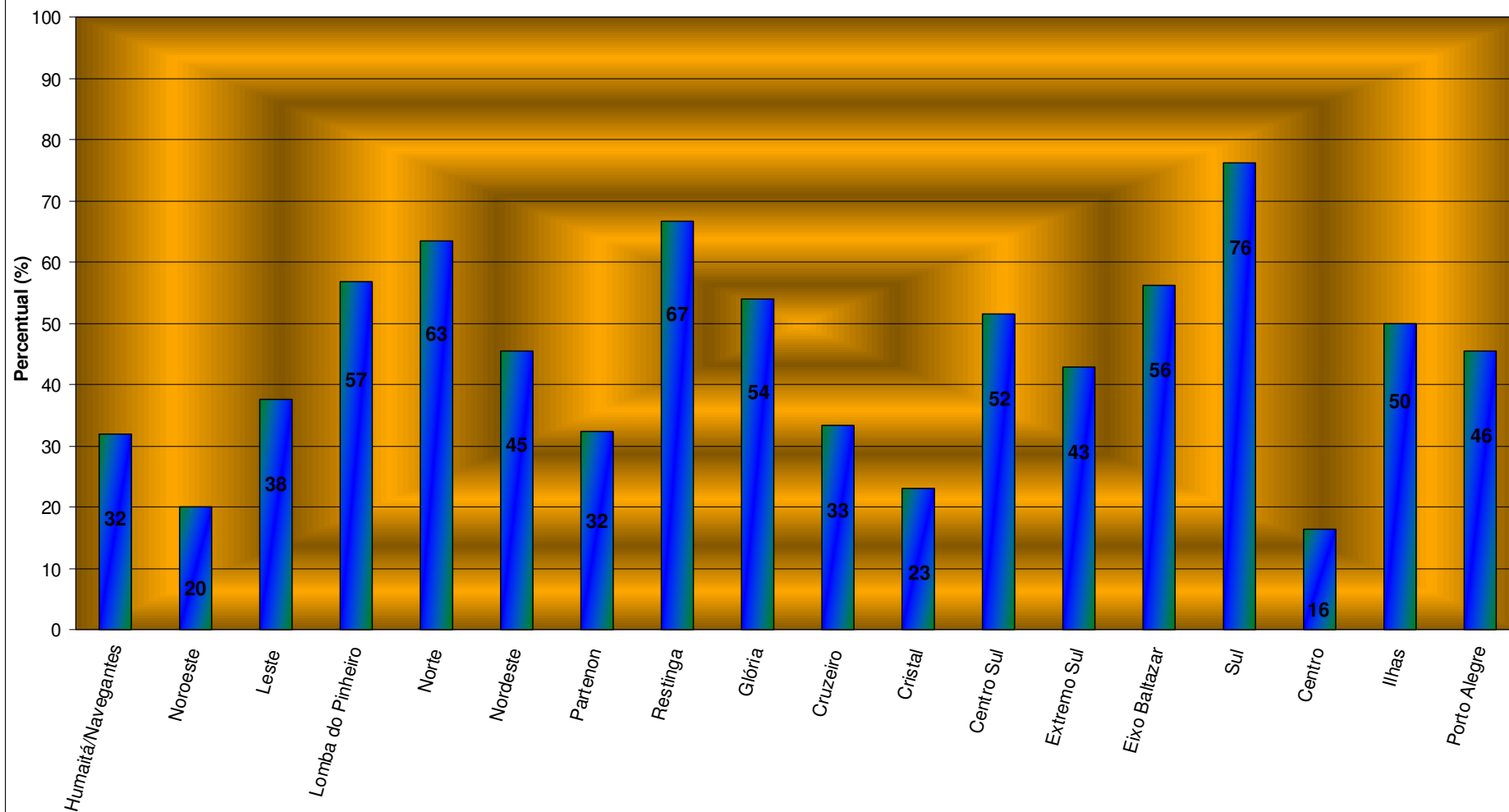
Fontes: SIM/SMS (Secretaria Municipal de Saúde) in ObservaPOA

Valor absoluto: Número de mortes por cada uma das principais causas. Unidade do indicador: %

Segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID), *as causas externas* de mortalidade referem-se a lesões, traumatismos, envenenamentos ocasionados nas pessoas, queimaduras, quaisquer tipos de acidentes, homicídios e suicídios. Ou seja, são as chamadas razões de *morte prematura* e calcula-se pelo indicador “Anos potenciais de vida perdidos” (APVP). O tempo não vivido, ocasionado pelas causas externas, ocorre, principalmente, nas faixas etárias jovens, fazendo com que as pessoas deixem de viver anos que lhes eram destinados, segundo a esperança de vida do país.

O gráfico exibido abaixo, contendo os dados dos homicídios na camada populacional mais vulnerável da capital gaúcha, mostra outro aspecto da saúde relacionada com a questão da segurança pública.

**1.3 Percentual de mortes por homicídio de jovens do sexo masculino de 15 a 29 anos,
sobre o total de mortes dessa faixa etária e sexo por região do Orçamento Participativo - SMS 2011**



É importante assinalar as principais *causas externas* de óbito, oriundas da relação saúde e segurança pública. De acordo com o Censo Demográfico 2010, o total da população de **15 a 29 anos** era de 351.676 indivíduos, sendo que 716 faleceram em função de eventos e/ou causas externas. No gráfico citado, observa-se esta questão da violência como problemática deste grupo populacional e sua repercussão nas regiões da cidade.

Acidentes e violências estão presentes na vida social, mas, a violência *lato sensu*, tem sido considerada um problema de saúde pública porque, ao lado de afetar a saúde individual e coletiva, exige, para a sua prevenção e tratamento, a formulação de políticas específicas e a organização de práticas e de serviços peculiares.

O diagnóstico socioterritorial apresentou dados demográficos e indicadores de trabalho e renda, assistência social, educação e saúde com o objetivo de compreender possíveis fatores que contribuem para a ampliação das situações de vulnerabilidade e risco da população do município.

Os dados revelam que a cidade de Porto Alegre, por se constituir em metrópole, contém as contradições inerentes a qualquer cidade brasileira. O município ainda não conseguiu superar índices de analfabetismo, apesar da sua redução nos últimos dez anos, nem a infrequência escolar dos jovens. Acompanha junto com as demais cidades, dados relativos à condição de baixa escolaridade e mulheres com maior número de filhos. Bem como, revela que as taxas de homicídios entre jovens pobres se concentram nas regiões com menor renda, confirmando a vulnerabilidade entre juventude e pobreza.

A correlação entre regiões com população com menor renda e maior condição de vulnerabilidade indica a relevância do fortalecimento de medidas intersetoriais articuladas no conjunto de políticas públicas municipais com a política de Assistência Social na busca da garantia de direitos à população. A ampliação da cobertura dos serviços da política de Assistência Social tem permitido identificar as regiões com maior vulnerabilidade e tem desenvolvido ações de inclusão de mulheres, crianças e jovens, população adulta em situação de rua e idosos em um conjunto de programas, projetos, serviços e benefícios visando garantir medidas de proteção social, de modo a incidir sobre as condições de risco e vulnerabilidade. Cabe reiterar, contudo, que essas medidas devem ser complementares às políticas de saúde, habitação, educação, esporte e lazer, cultura, etc., para que incidam de fato na redução das desigualdades sociais na cidade de Porto Alegre.

3. Operacionalização da Política

3.1 Gestão do Sistema Municipal

3.1.1 Instância Coordenadora:

De acordo com o Decreto n. 18.198 de 1 de fevereiro de 2013, que estabelece o Regimento Geral da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e revoga o Decreto 15.558, de 7 de maio de 2007, fica definido que a FASC é pessoa jurídica de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, instituída pela Lei n. 4.308, de 13 de julho de 1977, transformada em pessoa jurídica de direito público pela Lei n. 7.414, de 14 de abril de 1994, alterada sua denominação pela Lei 8.509, de 7 de junho de 2000, com competências estabelecidas pelo Decreto n. 14.213, de 18 de junho de 2003, alterado pelo Decreto n. 16.291, de 11 de maio de 2009, e de acordo com o Decreto n. 14.585, de 1. de julho de 2007, Decreto n. 15.557, de 7 de maio de 2007, e Decreto n. 15.558, de 7 de maio de 2007, que consolidam a estrutura geral da FASC, com sede e foro no município de Porto Alegre, tem por finalidade atuar nas seguintes áreas de sua competência.

- I – coordenar e executar a Política de Assistência Social no município com primazia na sua condução;
- II – prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;
- III – contribuir com a inclusão e equidade dos usuários e grupos específicos ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais no município;
- IV – assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária;
- V – estruturar os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em áreas de maior vulnerabilidade social, para gerenciar e executar as ações de proteção básica no território referenciado;
- VI – inserir, no Cadastro Único, as famílias em situação de vulnerabilidade social e risco conforme critérios do Programa Bolsa Família;
- VII – participar da gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), integrando-o à Política de Assistência Social do Município, garantindo o acesso às informações sobre os seus beneficiários;
- VIII – executar programas ou projetos de promoção da inclusão produtiva e promoção do desenvolvimento das famílias em situação de vulnerabilidade social;
- IX – estruturar os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), voltados às ações de enfrentamento das situações de violação de direitos relativos ao nível de proteção social especial de média complexidade;

- X – alimentar e manter atualizadas as bases de dados dos subsistemas e aplicativos da Rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), componentes do Sistema Nacional de Informação;
- XI – instalar e coordenar o sistema municipal de monitoramento e avaliação e estabelecer indicadores de todas as ações da assistência social por nível de proteção básica e especial, em articulação com o sistema estadual, validado pelo sistema federal;
- XII – preencher o Plano de Ação no sistema SUAS-WEB e apresentar o Relatório de Gestão como forma de prestação de contas;
- XIII – implantar, em consonância com a União e Estados, programas de capacitação de gestores, profissionais, conselheiros e prestadores de serviços, observados os planos de assistência social;
- XIV – prestar os serviços de proteção social especial de alta complexidade podendo ser executados em parceria com a rede socioassistencial conveniada;
- XV – estabelecer e cumprir pactos de resultados com a rede prestadora de serviços, com base em indicadores sociais comuns, previamente estabelecidos, para serviços de proteção social básica e especial;
- XVI – estruturar a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), com profissional de nível superior;
- XVII – realizar diagnóstico de áreas de vulnerabilidade e risco, a partir de estudos e pesquisas realizadas por instituições públicas e privadas de notória especialização;
- XVIII – gerenciar o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- XIX – elaborar e executar a política de recursos humanos, com a implantação do plano de carreira, cargos e salários para os servidores públicos que atuam na área da assistência social;
- XX – oferecer condições adequadas de trabalho quanto ao espaço físico, material de consumo e permanente;
- XXI – acompanhar a execução da Política Nacional de Capacitação para Trabalhadores da Assistência Social e conselheiros Municipais, bem como elaborar e implantar o Plano Municipal de Capacitação;
- XXII – garantir no âmbito municipal o cofinanciamento para implementação da gestão do trabalho para o SUAS, especialmente para implantação de plano de carreira, cargos e salários e capacitação dos trabalhadores.

3.1.2 Instância de Controle Social

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS foi instituído pela Lei Complementar n. 352, de 08 de agosto de 1995, que “Dispõe sobre a política de assistência social no Município e dá outras providências”.

Suas atribuições, composição e funcionamento estão descritos do Art. 7º , Título II, ao Art. 17, da Lei Complementar supracitada, como segue:

TÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 7º – Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social, instância colegiada de caráter permanente entre Governo e Sociedade Civil, com poder normativo, deliberativo e controlador da política de assistência social do Município de Porto Alegre.

Art. 8º – Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I – deliberar sobre a política municipal de assistência social;
- II – fixar diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social para o Município de Porto Alegre, conforme deliberação da Conferência Municipal de Assistência Social;
- III – normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada de assistência social;
- IV – regular critérios de funcionamento das entidades e organizações de assistência social;
- V – fixar normas e efetuar o registro de entidades não governamentais de assistência social;
- VI – efetuar a inscrição e aprovar os programas de assistência social das Organizações Não Governamentais – ONGs – e dos órgãos não governamentais;
- VII – fiscalizar as entidades e organizações de assistência social;
- VIII – cancelar o registro das entidades que incorrerem em irregularidades na aplicação dos recursos que lhe forem repassados pelos poderes públicos e não obedecerem aos princípios e diretrizes da Lei nº 8742/93 e desta Lei;
- IX – zelar pela efetivação do Sistema Municipal de Assistência Social;
- X – instituir e regulamentar o funcionamento das Comissões Regionais de Assistência Social;
- XI – articular-se com as instâncias deliberativas do Município, tendo em vista a organicidade da política de assistência social com as demais políticas setoriais para a integração das ações;
- XII – deliberar sobre o Fundo Municipal de Assistência Social;
- XIII – deliberar sobre a transferência de recursos financeiros às entidades não-governamentais de assistência social;

- XIV – emitir parecer sobre o orçamento municipal destinado a assistência social;
- XV – convocar, a cada dois anos ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, com objetivo de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do SMAS;
- XVI – incentivar a realização de estudos e pesquisas na área, sugerindo medidas de prevenção, controle e avaliação;
- XVII – elaborar e deliberar sobre seu Regimento Interno;
- XVIII – exercer outras atribuições que lhe forem delegadas por lei;
- XIX – apresentar ao Chefe do Poder Executivo propostas que viabilizem a regulamentação desta Lei.

Art. 9º – O Conselho Municipal de Assistência Social, composto por 45 (quarenta e cinco) membros titulares e respectivos suplentes, representantes do governo e sociedade civil, constituir-se-á da seguinte forma:

I – 21 (vinte e um) do Executivo Municipal, a serem escolhidos dentre os servidores públicos municipais; *(Inciso com redação determinada pela Lei Complementar nº 660, de 07 de dezembro de 2010).*

II – Revogado. *(Inciso revogado pela Lei Complementar nº 660, de 07 de dezembro de 2010).*

III – 03 (três) representantes de entidades prestadoras de serviços de assistência social, com atuação municipal;

IV – 01 (um) representante das categorias profissionais do setor;

V – 02 (dois) representantes de entidades de organização e/ou representação dos usuários, com atuação municipal;

VI – 17 (dezessete) de usuários oriundos das Comissões Regionais de Assistência Social (CRAS); e *(Inciso com redação determinada pela Lei Complementar nº 660, de 07 de dezembro de 2010).*

VII – 01 (um) representante da União das Associações de

Moradores de Porto Alegre – UAMPA. *(Incisos III, IV e V alterados pela Lei Complementar nº 559, de 29 de dezembro de 2006).*

Art. 10 – São representantes da sociedade civil os usuários, as organizações de usuários, as entidades não-governamentais prestadores de serviços assistenciais e as entidades representativas das categorias profissionais do setor.

§ 1º – Considera-se entidade de organização de usuários aquela entidade com atuação municipal que congrega, representa e defende os interesses dos segmentos previstos na Lei nº 8742/93 – crianças, adolescentes, idosos, famílias e pessoas portadoras de deficiência.

§ 2º – Considera-se usuário oriundo das Comissões Regionais de Assistência Social – CRAS – o(s) representante(s) eleitos(os) em Foros Regionais conforme disposição do Regimento Interno do CMAS.

§ 3º – Considera-se entidade não governamental prestadora de serviços assistenciais, com atuação municipal, aquela que presta, sem fins lucrativos, atendimentos assistenciais específicos ou assessoria aos beneficiários abrangidos por lei.

§ 4º – A participação, no CMAS, de entidade não-governamental prestadora de serviços assistenciais, com atuação em mais de um município do mesmo Estado, está condicionada a regulamentação específica pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, conforme art. 9º, § 1º, da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.

§ 5º – Consideram-se categorias profissionais do setor entidades de representação dos profissionais que têm como área de atuação a assistência social.

Art. 11 – Os representantes do Executivo Municipal serão indicados pelo Prefeito Municipal. *(Artigo com redação determinada pela Lei Complementar nº 660, de 07 de dezembro de 2010).*

Art. 12 – Os representantes dos usuários serão eleitos nas CRAS e os representantes das entidades não-governamentais prestadoras de serviços assistenciais, das categorias profissionais do setor e de entidades de organização e/ou representação dos usuários com atuação municipal, serão eleitos em foro próprio, especialmente convocado para este fim.

Art. 13 – O mandato dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social terá duração de 02 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução por igual período. *(Artigo alterado pela Lei Complementar nº 419, de 6 de julho de 1998)*

Art. 14 – O CMAS escolherá entre seus membros uma diretoria executiva, bem como poderá prever no seu Regimento Interno outras estruturas de funcionamento.

Art. 15 – A função de membro do CMAS é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 16 – As Comissões Regionais de Assistência Social – CRAS – são instâncias de caráter consultivo que tem a função de propor políticas e acompanhar a implantação destas nas respectivas regionais.

Parágrafo único – As CRAS terão sua composição definida no Regimento Interno do CMAS.

Art. 17 – O órgão do Executivo Municipal responsável pela Assistência Social dará suporte administrativo ao CMAS.

3.1.3 Instância Executiva

3.1.3.1 Estrutura de Gestão:

A estrutura atual da FASC, conforme Decreto nº 18.198 de 01 de Fevereiro de 2013 que estabelece o Regimento Geral, é formada por:

I – Presidência e Vice-Presidência;

II – Conselho Fiscal;

III – Diretoria Executiva;

IV – Órgãos de Assessoramento direto à Presidência:

- a) Gabinete da Presidência (GAB/P);
- b) Assessoria Jurídica (ASSEJUR);
- c) Assessoria de Comunicação Social (ASSECOM);
- d) Assessoria de Planejamento (ASSEPLA);

VI – Órgãos de Execução e Apoio à Direção Administrativa (DA):

- a) Gabinete da Direção Administrativa (GAB/DA);
- b) Coordenação Administrativa (COADM):
 - 1. Área de Material (AMAT);
 - 2. Área de Transportes (ATRANSP);
 - 3. Área de Serviços e Protocolo (ASPRO);
 - 4. Área de Arquivo Permanente (AARQ);
 - 5. Área de Patrimônio (APAT);
 - 6. Área de Informática (AINFO);
 - 7. Área de Compras (ACOMP);
- c) Coordenação de Obras e Projetos (COOP):
 - 1. Área de Projetos (APRO);
 - 2. Área de Manutenção (AMAN);
- d) Coordenação de Gestão de Recursos Humanos (CGRH):
 - 1. Área de Apoio Técnico-Administrativo (AATA);
 - 2. Área de Educação Permanente e Acompanhamento do Trabalho (AEPAT);
 - 3. Área de Pessoal (APE);
 - 4. Área de Ingresso e Estágios (AIES).

VII – Órgãos de Execução e Apoio à Direção Financeira (DF):

- a) Gabinete da Direção Financeira (GAB/DF);
- b) Coordenação de Licitações e Contratos (CLIC):
 - 1. Área de Licitações (ALIC);
 - 2. Área de Contratos (ACO);
- c) Coordenação de Gestão de Convênios (CGCONV):
 - 1. Área de Apoio Administrativo e Recepção (AAAR);
 - 2. Área de Prestação de Contas (APC);
 - 3. Área de Controle Técnico-Administrativo de Repasses (ACOR);
- d) Coordenação Financeira (COFIN):
 - 1. Área de Contabilidade (ACON);
 - 2. Área de Tesouraria (ATES);
 - 3. Área de Análise de Despesas (AADESP);

VIII – Órgãos de Execução e Apoio à Direção Técnica (DT):

- a) Gabinete da Direção Técnica (GAB/DT);
- b) Coordenação de Proteção Social Básica (PSB):
 - 1. Centros de Referência de Assistência Social (CRAS);
 - 2. Centro de Inclusão Produtiva (CIP);
- c) Coordenação de Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSEMC):
 - 1. Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);
 - 2. Centros Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP);
 - 3. Centro Dia do Idoso (CDI);
- d) Coordenação de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSEAC):
 - 1. Rede de Acolhimento Institucional e Serviços para crianças e adolescentes;
 - 2. Rede de Acolhimento Institucional e Serviços para população adulta;
 - 3. Área de Enfermagem (AENF);
- e) Coordenação de Monitoramento e Gestão da Informação (COMGI):
 - 1. Área de Monitoramento e Avaliação (AMAS);
 - 2. Área de Gestão da Informação (AGI).
- f) Coordenação da Gestão de Benefícios e do Cadastro Único (CGBCAD):
 - 1. Área de Benefícios (AGBEN);
 - 2. Área do Cadastro Único (ACAD).
- g) Coordenação de Alimentação e Nutrição (COANUT).

Cabe destacar que a rede executora da política de Assistência Social compreende os níveis de proteção social básica e especial de média e de alta complexidade. A rede se constitui através de serviços e equipamentos próprios e conveniados, distribuídos nas 17 regiões do Orçamento Participativo da cidade de Porto Alegre. Para melhor compreensão da rede socioassistencial, a seguir, serão apresentados os objetivos, as ações e as estratégias para implementação, metas estabelecidas, resultados e impactos esperados, recursos materiais, disponíveis e necessários, mecanismos e fontes de financiamento, indicadores de monitoramento e de avaliação, o espaço temporal de execução e a rede de serviços de acordo com os níveis de proteção, considerando inclusive, as metas pactuadas no Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS – 2014/2017.

4. PLANEJAMENTO DO QUADRIÊNIO 2014-2017

4.1 REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – PSB

A gestão da rede de proteção social básica é realizada pela Coordenação de Proteção Social Básica. É de sua responsabilidade responder pelos serviços, projetos e programas que possuem caráter preventivo, protetivo e pró-ativo.

É competência desta coordenação, coordenar os serviços, projetos e programas executados no CRAS e nas unidades conveniadas, a eles referenciados, bem como, planejar e executar a totalidade das ações sob sua competência.

A equipe é formada por 09 profissionais de nível superior, sendo uma destas a Coordenadora, 04 assistentes administrativos e 02 estagiários de nível superior que referenciam os projetos, serviços e programas em execução, representam a instituição em fóruns e representações e atuam como retaguarda para a execução das ações da rede de proteção social básica no município.

4.1.1 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS tem como funções a gestão da proteção social básica no seu território e a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias – PAIF, oferta obrigatória e exclusiva do CRAS e o Serviço de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos.

Tem por objetivos prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Nesses equipamentos são ofertados o PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos destinados a população de 0 a 6, de 06 a 15, de 15 a 18, de 17 a 24, de 25 a 59 anos e acima de 60 anos; Concessão de benefícios eventuais (auxílio natalidade, cestas básicas emergenciais e auxílio alimentação às populações indígenas e quilombolas, auxílio para documentação, vale foto, transporte municipal, intermunicipal e interestadual); orientação e encaminhamento para o Benefício de Prestação Continuada (Idoso e PCD); Cadastro Único. O auxílio funeral é um serviço disponibilizado na cidade, portanto, os CRAS estarão aptos a orientar os usuários a acessar o benefício.

Nos CRAS Básicos e Ampliados são ofertados os mesmos serviços e benefícios com

exceção das ações voltadas ao público de 6 a 15 anos, ofertados exclusivamente nos CRAS Ampliados, em virtude da sua estrutura física. Os CRAS Ampliados caracterizam-se pela disponibilidade de espaço físico adequado ao atendimento diário das ações socioeducativas voltadas ao público dos 06 aos 15 anos.

A equipe mínima prevista para o funcionamento do CRAS Básico é formada por 1 coordenador de Nível Superior, 2 assistentes sociais, 2 psicólogos, 1 assistente administrativo, 6 estagiários de Nível Superior e 2 estagiários de Nível Médio. No CRAS Ampliado é previsto 1 Coordenador de Nível Superior, 2 Assistentes Sociais, 2 psicólogos, 1 pedagogo, 1 assistente administrativo, 6 estagiários de Nível Superior e 2 estagiários de Nível Médio.

A rede de proteção social básica é formada por 22 CRAS distribuídos nas 17 regiões do Orçamento Participativo. Seguindo as orientações da política, a rede socioassistencial conveniada está referenciada no CRAS. No CRAS, a população é acolhida de forma individual e coletiva, para orientação e encaminhamentos diversos quanto aos seus direitos. Assim como, o Serviço de PAIF, que envolve o atendimento intergeracional às famílias, prioritariamente, aquelas oriundas do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada. Nos CRAS, são realizadas as ações de cadastramento do Cadastro Único.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV para a faixa etária de 6 a 15 anos é ofertado em 7 CRAS, denominados Ampliados, enquanto as ações voltadas para a população acima de 60 anos e dos 15 aos 18 anos incompletos – ProJovem Adolescente são ofertadas em todos os serviços.

Nos territórios onde existam populações Quilombolas e Indígenas faz-se o monitoramento e acompanhamento por profissionais de referência dos CRAS.

A seguir as ações que serão desenvolvidas no próximo quadriênio 2014-2017:

4.1.2 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES:

AÇÃO: PAIF - Acompanhamento familiar pelo PAIF de percentual de famílias cadastradas no CadÚnico – Pacto de Gestão

Objetivo geral:

Prevenir situações de risco, através do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014:

- consolidar o plano de estágio de Serviço Social para integrar de forma efetiva o Cadastro Único ao PAIF, viabilizando a identificação das famílias cadastradas com perfil para acompanhamento PAIF;
- manter as reuniões sistemáticas de orientação e alinhamento conceitual e metodológico articuladas com a CGBCAD junto aos coordenadores e referências do CADÚnico e PBF, fomentando o trabalho unificado e padronizado de acompanhamento das famílias;
- incluir as famílias com perfil de acompanhamento nas ações de atendimento do PAIF, prevendo plano de intervenção e de avaliação para o desligamento das famílias que atingirem os objetivos propostos;
- prestar assessoria e acompanhamento técnico às equipes de CRAS em relação as ações de acompanhamento das famílias do CADÚnico, através de reuniões sistemáticas com coordenadores e as equipes in loco, nos espaços de reuniões instituídas nas regiões e, diretamente, nos equipamentos, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas do SUAS;
- receber listagens das famílias cadastradas no CadÚnico, conforme os territórios, da Área de Vigilância Socioassistencial.

2015:

- dar continuidade ao plano de estágio de Serviço Social para integrar de forma efetiva o Cadastro Único ao PAIF, viabilizando a identificação e o acolhimento das famílias cadastradas com perfil para acompanhamento PAIF;
- dar continuidade às reuniões sistemáticas de orientação e alinhamento conceitual e metodológico articuladas com a CGBCAD junto aos coordenadores e referências do CADÚnico e PBF, fomentando o trabalho unificado e padronizado de acompanhamento das famílias;
- dar continuidade ao processo de inclusão das famílias com perfil de acompanhamento nas ações de atendimento do PAIF, prevendo plano de intervenção e de avaliação para o desligamento das famílias que atingirem os objetivos propostos;
- prestar assessoria e acompanhamento técnico às equipes de CRAS em relação as ações de acompanhamento das famílias do CADÚnico, através de reuniões sistemáticas com coordenadores e as equipes in loco, nos espaços de reuniões instituídas nas regiões e, diretamente, nos equipamentos, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas do SUAS;

- receber listagens da Área de Vigilância Socioassistencial, por território de CRAS.

2016:

- dar continuidade ao plano de estágio de Serviço Social para integrar de forma efetiva o Cadastro Único ao PAIF, viabilizando a identificação e o acolhimento das famílias cadastradas com perfil para acompanhamento PAIF;
- dar continuidade às reuniões sistemáticas de orientação e alinhamento conceitual e metodológico articuladas com a CGBCAD junto aos coordenadores e referências do CADÚnico e PBF, fomentando o trabalho unificado e padronizado de acompanhamento das famílias;
- dar continuidade ao processo de inclusão das famílias com perfil de acompanhamento nas ações de atendimento do PAIF, prevendo plano de intervenção e de avaliação para o desligamento das famílias que atingirem os objetivos propostos;
- prestar assessoria e acompanhamento técnico às equipes de CRAS em relação as ações de acompanhamento das famílias do CADÚnico, através de reuniões sistemáticas com coordenadores e as equipes in loco, nos espaços de reuniões instituídas nas regiões e, diretamente, nos equipamentos, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas do SUAS;
- receber listagens da Área de Vigilância Socioassistencial, por território de CRAS.

2017:

- dar continuidade ao plano de estágio de Serviço Social para integrar de forma efetiva o Cadastro Único ao PAIF, viabilizando a identificação e o acolhimento das famílias cadastradas com perfil para acompanhamento PAIF;
- dar continuidade às reuniões sistemáticas de orientação e alinhamento conceitual e metodológico articuladas com a CGBCAD, junto aos coordenadores e referências do CADÚnico e do PBF, fomentando o trabalho unificado e padronizado de acompanhamento das famílias;
- dar continuidade ao processo de inclusão das famílias com perfil de acompanhamento nas ações de atendimento do PAIF, prevendo plano de intervenção e de avaliação para o desligamento das famílias que atingirem os objetivos propostos;
- prestar assessoria e acompanhamento técnico às equipes de CRAS em relação as ações de acompanhamento das famílias do CADÚnico, através de reuniões sistemáticas com coordenadores e com as equipes in loco, nos espaços de reuniões instituídas nas regiões e, diretamente, nos equipamentos, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas do SUAS;

- receber listagens da Área de Vigilância Socioassistencial, por território de CRAS.

Metas:

- Atingir 10% de acompanhamento no PAIF das 99.227 famílias cadastradas no CadÚnico (fonte CGBCAD, mês de referência julho/2013, por região)
- distribuição 10% = 9.922 famílias / 9 Regiões da Assistência Social = 1102 famílias por região.

Período de execução

2014: 2480 famílias 2015: 4961 famílias 2016: 7441 famílias 2017: 9922 famílias

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017:

- Alcance das metas anuais de acompanhamento das famílias do CADÚnico estabelecidas pelo plano;
- Unificação e qualificação das ações de acompanhamento das famílias do CADÚnico estabelecidas pelo plano, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas do SUAS;
- Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS;
- Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território de abrangência do CRAS;
- Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
- Melhoria da qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade, residentes no território de abrangência do CRAS.

Recursos materiais: disponíveis e necessários

2014 a 2017

- Manutenção de um veículo para ações do PAIF em cada CRAS;
- Ampliação e adequação da infra-estrutura dos CRAS para a qualificação das ações do PAIF previstas para o alcance das metas do plano, de acordo com a necessidade de cada equipamento;

Recursos humanos: disponíveis e necessários

2014 a 2017

- Consolidação do processo de contratação do número de técnicos sociais previstos para cada CRAS, de acordo com o processo de reordenamento institucional/ diretrizes MDS;
- Consolidação do processo de contratação do número de técnicos sociais, previsto para cada CRAS;
- Suporte técnico aos profissionais contratados nas regiões, através de formação específica no ingresso e continuada.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Ampliação da busca ativa no território;
- Ampliação de ações coletivas integradas no território;
- Inclusão de usuários aos SCFV a partir da busca ativa das famílias do CADÚnico, inseridas em acompanhamento no PAIF

AÇÃO: SAF – Serviço de Atendimento Familiar

Objetivo geral:

Prevenir situações de risco, através do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014 a 2017

- Intensificar o acompanhamento dos SAF's de acordo com os termos do convênio, prevendo sua adequação técnica e administrativa aos preceitos da Proteção Social Básica no SUAS;
- Compartilhar as demandas regionais por território de CRAS, potencializando o alcance das metas previstas em cada prioridade de acompanhamento pelo PAIF no Pacto de Aprimoramento do SUAS e Plano Plurianual 2014 a 2017;
- Prestar assessoria e acompanhamento técnico às equipes dos SAF's, em relação às ações de acompanhamento das famílias, através de reuniões sistemáticas em espaços de reuniões instituídas das regiões, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas do SUAS;

Metas:

- 2500 famílias referenciadas ano por SAF
- 500 famílias de acompanhamento ano por SAF

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017:

- Atingir as metas anuais de acompanhamento das famílias estabelecidas como prioridades pelo Pacto de Aprimoramento do SUAS e pelo Plano Plurianual;
- Unificar e qualificar as ações de acompanhamento das famílias estabelecidas como prioridades pelo Pacto de Aprimoramento do SUAS e pelo Plano Plurianual, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas do SUAS;
- Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS;
- Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território de abrangência do CRAS;
- Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
- Melhoria da qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade, residentes no território de abrangência do CRAS.

Recursos materiais: disponíveis e necessários

Manutenção dos recursos materiais e físicos previstos no Convênio Serviço de Atendimento Familiar para 36 SAFs

Recursos humanos: disponíveis e necessários

2014 a 2017:

Manutenção dos recursos humanos previstos no Convênio Serviço de Acompanhamento Familiar

Indicadores de monitoramento e avaliação:

Adequação do SAF conforme orientações técnicas do convênio e diretrizes do SUAS;

AÇÃO: PAIF - Acompanhamento das famílias do PBF que apresentem outras vulnerabilidades além da insuficiência de renda - Pacto de Gestão

Objetivo geral:

Prevenir situações de risco, através do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014 a 2017:

- manter as reuniões sistemáticas de orientação e alinhamento conceitual e metodológico articuladas com a CGBCAD junto aos coordenadores e referências do CADÚnico e do PBF, fomentando o trabalho unificado e padronizado de acompanhamento das famílias do PBF;
- incluir as famílias do PBF com perfil de acompanhamento nas ações de atendimento do PAIF, prevendo plano de intervenção e de avaliação para o desligamento das famílias que atingirem os objetivos propostos;
- prestar assessoria e acompanhamento técnico às equipes de CRAS em relação às ações de acompanhamento das famílias do PBF, através de reuniões sistemáticas com coordenadores e equipes in loco, nos espaços de reuniões instituídas nas regiões e, diretamente, nos equipamentos, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas do SUAS;
- consolidar as ações da Proteção Social Básica a partir de seu caráter preventivo, protetivo e proativo, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas do SUAS, através de formação continuada para as equipes técnicas, com vistas ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, antecipando situações de descumprimento de condicionalidades das famílias beneficiárias do PBF;
- fomentar o trabalho em rede através da articulação entre a Política de Assistência Social e as demais Políticas de promoção de direitos sociais básicos, tais como: Educação, Saúde, Habitação, Trabalho, Cultura, Direitos Humanos, Meio Ambiente, etc, com vistas a viabilizar um trabalho integrado e o atendimento efetivo da demanda;
- Monitorar o acompanhamento das famílias através do Comitê Gestor do Bolsa Família, buscando construir as ações integradas entre Educação, Saúde e Assistência Social;
- Propor ações conforme listagens recebidas pela Vigilância Socioassistencial por território de CRAS.

Metas:

- Atingir 10% de acompanhamento no PAIF das 48000 famílias beneficiárias do PBF
- $10\% = 4800 \text{ famílias} / 9 \text{ regiões da Assistência Social} = 533 \text{ famílias}$ (fonte CGBCAD, mês de referência julho/2013 por região)

Período de execução:

2014: 1200 famílias 2015: 2400 famílias 2016: 3600 famílias 2017: 4800 famílias

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017

- Alcance das metas anuais de acompanhamento das famílias do PBF, estabelecidas pelo plano plurianual;
- Unificação e qualificação das ações de acompanhamento das famílias do PBF estabelecidas pelo plano, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas da Proteção Social Básica no SUAS;
- Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS;
- Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território de abrangência do CRAS;
- Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
- Melhoria da qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade, residentes no território de abrangência do CRAS.

Recursos materiais: disponíveis e necessários

2014 a 2017:

- manutenção de um veículo para ações do PAIF em cada CRAS;
- ampliação e adequação da infra-estrutura dos CRAS, para a qualificação das ações do PAIF previstas para o alcance das metas do plano, de acordo com a necessidade de cada equipamento.

Recursos humanos: disponíveis e necessários

2014:

- conforme previsão de contratação de RH PAIF;
- contratação do número de técnicos sociais previstos para CRAS, de acordo com o processo de reordenamento institucional;

2015 a 2017:

- consolidação do processo de contratação do número de técnicos sociais previsto para cada CRAS;
- suporte técnico aos profissionais contratados, através de formação específica no ingresso e continuada nas regiões;

Indicadores de monitoramento e avaliação

Ampliação do acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF.

AÇÃO: PAIF - Acompanhamento das famílias do PBF em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades, cujos motivos sejam da assistência social - Pacto de Gestão

Objetivo geral:

Prevenir situações de risco, através do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014 a 2017:

- manter as reuniões sistemáticas de orientação e alinhamento conceitual e metodológico articuladas com a CGBCAD, junto aos coordenadores e referências do CADÚnico e do PBF, fomentando o trabalho unificado e padronizado de acompanhamento das famílias do PBF em situação de descumprimento de condicionalidades;
- incluir as famílias do PBF em situação de descumprimento de condicionalidades, com perfil de acompanhamento nas ações de atendimento do PAIF, prevendo inclusão no SICON, plano de intervenção e de avaliação para o desligamento das famílias que atingirem os objetivos propostos;
- prestar assessoria e acompanhamento técnico às equipes de CRAS, em relação as ações de acompanhamento das famílias do PBF em situação de descumprimento de condicionalidades, através de reuniões sistemáticas com coordenadores na PSB e com as equipes in loco, nos espaços de reuniões instituídas nas regiões e, diretamente, nos equipamentos, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas do SUAS e especificidades de cada gestão;
- consolidar as ações da Proteção Social Básica a partir de seu caráter preventivo, protetivo e proativo, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas do SUAS, através de formação continuada para as equipes técnicas, com vistas ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários para superação das situações de descumprimento de condicionalidades das famílias beneficiárias do PBF;
- fomentar o trabalho em rede através da articulação entre a Política de Assistência Social e as demais Políticas de promoção de direitos sociais básicos, tais como: Educação, Saúde,

Habitação, Trabalho, Cultura, Direitos Humanos, Meio Ambiente, etc, com vistas a viabilizar um trabalho integrado que possibilite o atendimento efetivo da demanda;

- Monitorar o acompanhamento das famílias através do Comitê Gestor do Bolsa Família, buscando construir as ações integradas entre Educação, Saúde e Assistência Social;
- Propor ações, conforme listagens da Área de Vigilância Socioassistencial, por território de CRAS.

Metas:

Atingir 50% de acompanhamento no PAIF das 658 famílias em descumprimento em fase de suspensão (*média do número de famílias em descumprimento em fase de suspensão das listagens do ano de 2013*)

Nº de famílias notificadas em suspensão nos meses de repercussão do descumprimento:

Março: 1073 famílias em descumprimento por suspensão

Maior: 363 famílias em descumprimento por suspensão

Julho: 491 famílias em descumprimento por suspensão

Setembro: 705 famílias em descumprimento por suspensão

Média de famílias notificadas por suspensão: 658 - 50% = **329 famílias**

Período de execução:

2014 a 2017: 329 famílias por ano

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017

- Alcance das metas anuais de acompanhamento das famílias do PBF estabelecidas pelo plano plurianual;
- Unificação e qualificação das ações de acompanhamento das famílias do PBF estabelecidas pelo plano, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas da Proteção Social Básica no SUAS;
- Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS;
- Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território de abrangência do CRAS;
- Aumento de acesso a direitos e serviços socioassistenciais e setoriais;

- Melhoria da qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade, residentes no território de abrangência do CRAS.

Recursos materiais: disponíveis e necessários

2014 a 2017

- Manutenção de um veículo para ações do PAIF em cada CRAS;
- Ampliação e adequação da infra-estrutura dos CRAS, para a qualificação das ações do PAIF previstas para o alcance das metas do plano, de acordo com a necessidade de cada equipamento.

Recursos humanos: disponíveis e necessários

2014 a 2017

Idem RH PAIF;

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Ampliação da busca ativa no território;
- Ampliação do acompanhamento das famílias em situação de descumprimento do PBF em fase de suspensão

AÇÃO: PAIF - Acompanhamento pelo PAIF das famílias com membros beneficiários do BPC – Pacto de Gestão

Objetivo geral:

Prevenir situações de risco, através do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Assessoramento da PSB aos CRAS, com etapas para sensibilização e para planejamento de ações pelas equipes técnicas para busca ativa e atendimento das famílias com idosos e com PCD, enquanto demanda prioritária desta Proteção;
- Estabelecer ações de busca ativa para identificar público da Proteção Social Básica e posterior referenciamento;
- Definir critérios de atendimento de no mínimo 10% das famílias com membros idosos e/ou com pessoa com deficiência, de acordo com meta do plano plurianual;

- Articulação da PSB com a Vigilância Socioassistencial para obtenção dos dados acerca deste público, de forma organizada por território, a serem enviados para os CRAS;
- Unificação e qualificação das ações de atendimento e acompanhamento das famílias com membros idosos e/ou com pessoa com deficiência, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas da Proteção Social Básica no SUAS;

Metas:

- Atingir 10% taxa de acompanhamento do **PAIF** das famílias com membros beneficiários do BPC: 25.967, sendo 11.763 idosos e 14.214 PCD's
- 10% - 1421 Idosos e 1176 PCD's

Período de execução:

2014: 355 Idosos	2015: 710 Idosos	2016: 1065 Idosos	2017: 1421 Idosos
2014: 294 PCD's	2015: 588 PCD's	2016: 882 PCD's	2017: 1176 PCD's

Resultados e impactos esperados:

- Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS;
- Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território de abrangência do CRAS;
- Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
- Melhoria da qualidade de vida das famílias com membros beneficiários do BPC, idosos e PCD's, residentes no território de abrangência do CRAS.

Recursos materiais: disponíveis e necessários

2014 a 2017:

- Manutenção de um veículo para ações do PAIF em cada CRAS;
- Ampliação e adequação da infra-estrutura dos CRAS, para a qualificação das ações do PAIF previstas para o alcance das metas do plano, de acordo com a necessidade de cada equipamento.

Recursos humanos: disponíveis e necessários

2014

Conforme descrito na ação PAIF;

2015 a 2017

- Consolidação do processo de contratação do número de técnicos sociais, previsto para cada CRAS;
- Suporte técnico aos profissionais contratados, através de formação específica no ingresso e continuados, nas regiões;

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Cumprimento de 100% da meta prevista de acompanhamento dos BPC's idosos e PCD's;
- Aumento da autonomia e qualidade de vida das PCD's e Idosos BPC's.

AÇÃO: Ampliação da cobertura da PSB - Referenciar 100% da população constante no Cadastro Único com ½ salário mínimo - Pacto de Gestão

Objetivo geral:

Ampliar o acesso a direitos e a serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica das famílias cadastradas no CadÚnico, com renda mensal de até ½ salário mínimo *per capita*, prevenindo a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais no território de abrangência dos CRAS.

Ações e estratégias para implementação da ação:

Realização de ações comunitárias e de busca ativa nos territórios de CRAS para sensibilização e referenciamento das famílias do CadÚnico com renda de até ½ salário mínimo *per capita*;

- Articulação da PSB com a CGBCAD, para planejamento de ações conjuntas no referenciamento nos serviços socioassistenciais das famílias cadastradas com renda de até ½ salário mínimo *per capita*;
- Articulação Intersetorial para planejamento de ações conjuntas para o alcance das famílias cadastradas com renda de até ½ salário mínimo *per capita*;
- Inclusão no Formulário do Monitoramento e Avaliação do item de identificação do número de famílias referenciadas, cadastradas no CadÚnico com renda de até ½ salário mínimo *per capita*;
- Ação com base nas listagens obtidas da Vigilância Socioassistencial, por território de CRAS.

Metas:

89.355 famílias /4 anos= 22339 famílias

2014: 22339 famílias **2015:** 44676 famílias **2016:** 67016 famílias **2017:** 89355 famílias

Resultados e impactos esperados:

- Alcance das metas anuais de referenciamento das famílias do CadÚnico na PSB, estabelecidas pelo plano;
- Qualificação das ações de referenciamento das famílias do CadÚnico na PSB estabelecidas pelo plano, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas do SUAS;
- Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS;
- Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território de abrangência do CRAS;
- Melhoria da qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade, residentes no território de abrangência do CRAS;
- Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;

Recursos materiais: disponíveis e necessários

2014 a 2017

- Manutenção de um veículo para ações do Cadastro em cada CRAS;
- Ampliação e adequação da infra-estrutura dos CRAS para a qualificação das ações do PAIF previstas para o alcance das metas do plano, de acordo com a necessidade de cada equipamento;

Recursos humanos: disponíveis e necessários

2014:

Conforme descrito na ação PAIF;

2015 a 2017

- Consolidação do processo de contratação do número de técnicos sociais, previsto para cada CRAS;

- Suporte técnico aos profissionais contratados, através de formação específica no ingresso e continuados, nas regiões;

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Aumento de acesso a serviços socioassistenciais e setoriais;
- Cumprimento de 100% das metas de atendimento previstas;

AÇÃO: Reordenamento dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos de 0 a 6 anos de idade – Pacto de Gestão

Objetivo geral:

Afiançar a segurança de convívio familiar e comunitário, de desenvolvimento da autonomia e promover o fortalecimento de vínculos às famílias com crianças de até 6 anos de idade.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Levantamento da demanda por território de CRAS e dos dados da Vigilância Socioassistencial;
- Definição das regiões Centro-Sul e Eixo-Baltazar para início do desenvolvimento do Projeto Piloto no período de 2013 a 2014, às quais apresentaram o maior número de demanda do público específico;
- Processo de licitação para seleção de empresa que fará a contratação da equipe técnica;
- Capacitação da equipe técnica contratada para execução do Projeto nas duas regiões;
- Acompanhamento e assessoria técnica aos CRAS em relação às ações previstas no Projeto;
- Monitoramento e Avaliação do processo de desenvolvimento do Projeto Piloto, com vistas à ampliação deste Serviço para as demais regiões da Assistência;

Metas

- CRAS Centro-Sul: 30 crianças e 15 gestantes
- CRAS Eixo-Baltazar: 30 crianças e 15 gestantes

Resultados e impactos esperados:

- Alcance de 100% das metas propostas;
- Alcance dos objetivos específicos do SCFV de 0 a 6 anos, contribuindo para o rompimento do ciclo intergeracional de fragilização dos vínculos familiares;

- Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social, no território de abrangência do CRAS;
- Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território de abrangência do CRAS;
- Aumento de acessos a direitos e serviços socioassistenciais e setoriais;
- Melhoria da qualidade de vida das famílias com crianças de até 6 anos de idade, residentes no território de abrangência do CRAS.

Recursos materiais: disponíveis e necessários

- Kit de material pedagógico
- Fornecimento de lanche
- Disponibilização do veículo do CRAS para atendimento das demandas do SCFV
- Estrutura física do CRAS para o desenvolvimento do Serviço

Recursos humanos: disponíveis e necessários

Equipe técnica composta de 1 profissional de nível superior com especialização em psicopedagogia, 1 educador social de nível médio e 1 facilitador de oficina

Recursos financeiros: disponíveis e necessários

Cofinanciamento do Fundo Nacional de Assistência Social – piso básico variável no valor de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais)/mês.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Cumprimento de 100% das metas de atendimento previstas;
- Superação da fragilidade do vínculo familiar e comunitário;
- Ampliação da capacidade protetiva da família em relação aos cuidados das crianças de 0 a 6 anos

AÇÃO: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 06 a 15 anos – Pacto de Gestão

Objetivo geral:

Garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Execução do SCFV de acordo com o reordenamento firmado no GT Vínculo SUAS;
- Regionalização;
- Formações continuadas aos educadores para qualificação dos serviços;
- Ações conjuntas com monitoramento e avaliação;
- Consolidação da articulação com os serviços de proteção social de média e alta complexidade para implementar ações conjuntas.

Metas

- Atendimento de 14.586 (12.541 metas conveniadas + 1.285 OP 2013 + 760 metas próprias) crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos e 11 meses;
- Adequação do atendimento ao público prioritário do reordenamento do SCFV, no total de 50%, conforme meta do Pacto de Gestão, o que totaliza 7.293 crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 15 anos com o perfil prioritário para inclusão no SCFV.

Resultados e impactos esperados:

- Oferecer espaço de proteção com desenvolvimento de atividades socioeducativas com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários e prevenir situações de vulnerabilidade.
- Atingir 50% do público prioritário conforme pacto de gestão.
- Qualificação do RH próprio e conveniado e do que ingressará a partir do concurso, para a rede própria.

Recursos materiais: disponíveis e necessários

- material pedagógico;
- material esportivo;
- material de consumo;
- alimentação

Recursos humanos – Rede Própria

- Disponível nos 7 CRAS Ampliados

- 2 técnicos de Referência – servidores de 40h\s
- 4 técnicos de Referência –terceirizados de 40h\s
- 14 estagiários de pedagogia – 20h\s
- 14 estagiários de educação física – 20h\s
- 2.450 horas\ mês de oficinas culturais

- Necessário nos 7 CRAS Ampliados

- 7 técnicos de Referência – servidores de 40h\s
- 14 estagiários de pedagogia – 20h\s
- 14 estagiários de educação física – 20h\s
- 14 educadores Sociais - 40h\s
- 2.450 horas\ mês de oficinas culturais

Recursos humanos – Rede Conveniada – 108 entidades

- Disponível por entidade conforme número de metas

- 1 Coordenador de nível médio
- Educador Social de nível fundamental

- Necessário por entidade conforme número de metas

- 1 Coordenador de Nível superior
- Educador Social de Nível médio
- Facilitador de oficinas culturais nível médio
- Facilitador de oficinas esportivas nível médio

Indicadores de monitoramento e avaliação

- número de crianças atendidas, cujas famílias estejam referenciadas na rede da proteção social básica
- número de RH que foram qualificados
- crianças inseridas de acordo com o perfil previsto no reordenamento

Período de execução

2014: 14586 **2015:** 14586

2016: 14586 **2017:** 14586

OBS: De acordo com as demandas do Orçamento Participativo.

AÇÃO: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 14 a 17 a e 11 meses – Trabalho Educativo – Pacto de Gestão

Objetivo geral:

Garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Execução SCFV de acordo com o pactuado no GT Vínculo SUAS;
- Regionalização;
- Formações continuadas para educadores;
- Ações conjuntas com monitoramento e avaliação;
- Consolidação da articulação com os serviços de proteção social de média e de alta complexidade, para implementar ações conjuntas.

Metas

- Atendimento de 3254 adolescentes na faixa etária de 14 a 17 anos e 11 meses na rede conveniada (2684 + 570 OP 2013);
- Adequação do atendimento ao público prioritário do reordenamento do SCFV, no total de 50%, conforme meta do Pacto de Gestão, o que totaliza 1627 adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos com o perfil prioritário para inclusão no SCFV.

Resultados e impactos esperados:

- Oferecer espaço de proteção com desenvolvimento do protagonismo juvenil.
- Oferecer espaço de proteção com desenvolvimento de atividades socioeducativas com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários e prevenir situações de vulnerabilidade.
- Atingir 50% do público prioritário conforme pacto de gestão.
- Qualificação do RH próprio e conveniado e do que ingressará a partir do concurso, para a rede própria.

Recursos materiais: disponíveis e necessários

- material pedagógico;
- material esportivo;
- material de consumo;
- alimentação

Recursos humanos – Rede Conveniada – 61 entidades conveniadas

- Disponível por entidade conforme número de metas

- 1 Coordenador de Nível médio
- Educador Social de nível fundamental
- Oficineiros

- Necessário por entidade conforme número de metas

- 1 Coordenador de Nível superior
- Educador Social de Nível médio
- Facilitador de oficinas culturais nível médio
- Facilitador de oficinas esportivas nível médio

Indicadores de monitoramento e avaliação

- número de jovens atendidos
- número de RH que foram qualificados
- jovens inseridos de acordo com o perfil reordenamento

Período de execução

2014: 3524

2015: 3524

2016: 3524

2017: 3524

Obs.: Conforme demanda do OP

AÇÃO: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo 15 a 17 anos e 11 meses – ProJovem Adolescente – Pacto de Gestão

Objetivo geral:

Garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Reordenamento no GT Vínculo SUAS;
- Regionalização;
- Formações continuadas para educadores;
- Ações conjuntas com monitoramento e avaliação;
- Consolidação da articulação com os serviços de proteção social de média e de alta complexidade para implementar ações conjuntas.

Metas:

- Atendimento de 2.200 jovens na faixa etária de 15 a 17 anos e 11 meses;
- Inclusão de 1100 jovens na faixa etária de 15 a 17 anos e 11 meses que se enquadrem no público prioritário do reordenamento do SCFV;

Resultados e impactos esperados:

- Oferecer espaço de proteção com desenvolvimento do protagonismo juvenil.
- Oferecer espaço de proteção com desenvolvimento de atividades socioeducativas, com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários e prevenir situações de vulnerabilidade.
- Atingir 50% do público prioritário conforme pacto de gestão.
- Qualificação do RH próprio e conveniado e do que ingressará a partir do concurso, para a rede própria.

Recursos materiais: disponíveis e necessários

- material pedagógico;
- material esportivo;
- material de consumo;
- alimentação

Recursos humanos: disponíveis e necessários

- Disponíveis:

- 1 Articulador de Inclusão – nível superior
- 8 Coordenadores – nível superior
- 22 Orientadores Sociais – nível médio
- 8 Facilitadores de Oficinas Esportivas – nível médio
- 8 Facilitadores de Oficinas Esportivas – nível médio

- Necessários:

- 1 Articulador de Inclusão – nível superior
- 8 Coordenadores – nível superior
- 22 Orientadores Sociais – nível médio
- 8 Facilitadores de Oficinas Esportivas – nível médio
- 8 Facilitadores de Oficinas Esportivas – nível médio

Indicadores de monitoramento e avaliação

- número de jovens atendidos
- número de jovens encaminhados para o mercado de trabalho
- jovens inseridos de acordo com o perfil reordenamento

Período de execução

2014: 2200

2015: 2200

2016: 2200

2017: 2200

AÇÃO: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos acima 60 anos – Pacto de Gestão

Objetivo geral:

Promover ações de convivência e socialização, com intervenções no contexto de vulnerabilidades sociais, de modo a fortalecer vínculos e prevenir situações de exclusão e risco social.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Promover e estimular o debate técnico referente ao SCFV 60 anos, nas reuniões semanais da coordenação da Proteção Social Básica.
- Dar continuidade ao projeto de elaboração do Jornal do Idoso “A Voz do Idoso” como instrumento de divulgação das ações produzidas e promovidas pelos idosos, atendidos no SCFV da rede própria e conveniada e como fonte de expressão crítica das potencialidades dos idosos.
- Manter as reuniões mensais com idosos atendidos no SCFV, representantes da rede própria e conveniada, com vistas ao planejamento e elaboração do Jornal do Idoso “A Voz do Idoso”.
- Dar continuidade ao projeto “Semana do Idoso”, evento planejado em conjunto com os idosos atendidos no SCFV da rede própria e conveniada. Tem como objetivos: promover a integração e socialização da população idosa; estimular a reflexão e o debate sobre o processo de envelhecimento; oferecer espaço de informação sobre serviços e programas de atenção aos idosos; estimular a vivência em atividades culturais e sociais.
- Dar continuidade ao projeto “Colônia de Férias dos Idosos”, evento planejado em conjunto com os idosos atendidos no SCFV da rede própria e conveniada. Tem como objetivos: promover a participação dos idosos, integrantes do SCFV, num espaço de convivência, integração e socialização no litoral gaúcho; promover um período de férias aos idosos que não têm tal oportunidade devido às situações de vulnerabilidades sociais; estimular a participação dos idosos em oficinas culturais e sociais; estimular a participação na Colônia de Férias dos idosos atendidos nos serviços da rede especializada, promovendo a ampliação da circulação social e a integração entre os idosos que se encontram em diferentes situações de vulnerabilidades sociais.
- Dar continuidade ao processo de assessoria técnica às equipes de CRAS e às entidades conveniadas, quanto às diretrizes do SCFV Idosos, visando a promoção e a qualificação do atendimento aos idosos e seus familiares, a partir das necessidades indicadas pelas

Coordenações dos CRAS, supervisores, articuladores, Coordenação da PSB e Direção da FASC.

- Potencializar as reuniões técnicas quinzenais promovidas entre as Proteções Sociais Básica, Média e Alta, com vistas à articulação das ações, dos fluxos de encaminhamentos e dos serviços referentes à população idosa.
- Acompanhar o processo de reordenamento do SCFV na FASC, buscando implantar o serviço de acordo com as diretrizes da Política de Assistência Social, conforme o pacto de aprimoramento do SUAS.
- Fomentar o trabalho em rede através da articulação entre a política de Assistência Social e as demais políticas de promoção de direitos sociais da pessoa idosa, tais como: Educação, Saúde, Habitação, Transporte, Cultura, Meio Ambiente, e Direitos Humanos, com vistas ao trabalho integrado, possibilitando o atendimento efetivo da demanda.
- Viabilizar o processo de ingresso dos idosos beneficiários do BPC no SCFV, identificados na ação de Busca Ativa, realizada pelo serviço PAIF.

Período de execução

2014 – 2017

Metas

- Atender 1700 idosos para o período de 2014 a 2017, sendo 850 da rede própria e 850 da rede conveniada.
- Atingir 50% de 11.763 idosos, do público prioritário previsto no projeto de reordenamento do SCFV, a partir de Busca Ativa do PAIF, com base nas listagens de beneficiários do PBF e BPC, bem como, de encaminhamento pelas redes socioassistencial, intersetorial e do sistema de garantia de direitos.
- Plano de atendimento de 50% de 11.763 idosos = 5.880 de idosos para o período de quatro anos em 51 coletivos, sendo 34 próprios e 17 conveniados.

2014: 1470 idosos/ 51 coletivos (rede própria e conveniada) = 29 idosos

2015: 2.940 idosos / 51 coletivos (rede própria e conveniada) = 58 idosos

2016: 4.410 idosos / 51 coletivos (rede própria e conveniada) = 85 idosos

2017: 5.880 idosos / 51 coletivos (rede própria e conveniada) = 115 idosos

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Idosos prevê o atendimento em grupos com até 25 participantes. O público prioritário para inclusão no SCFV: beneficiários do BPC; pertencentes às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; em situação de isolamento; com vivência de violência e/ou negligência; com vínculos familiares e comunitários fragilizados; em situação de acolhimento; com vulnerabilidade que diz respeito aos idosos com deficiência.

Resultados e impactos esperados:

- Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade, isolamento social e abandono;
- Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência;
- Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
- Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais;
- Melhoria da qualidade de vida dos idosos e suas famílias;
- Fortalecimento de vínculos familiares e sociais.
- Atendimento de no mínimo 50% do público prioritário.
- Qualificação dos serviços da rede própria e conveniada.

Recursos materiais: disponíveis e necessários

- **Ambiente físico:** Sala de atendimento coletivo com capacidade mínima para 25 participantes, com iluminação, ventilação e acessibilidade adequadas ao público idoso. Instalações sanitárias acessíveis, com equipamentos adequados aos idosos com deficiência.
- **Materiais permanentes:** Cadeiras, mesas, ventiladores, armários, computadores, equipamento multimídia, quadro branco para avisos, aparelho de som.
- **Materiais de consumo pedagógico:** Cartolina, caneta, cola, fita adesiva, pincel atômico, caneta hidrocor, marcador para quadro branco, tesoura, papel A4, papel pardo, lápis, borracha, filmes, revistas, livros, pasta com elástico, pen drive.
- **Material de consumo para oficina cultural:** Artigos de acordo com a modalidade da oficina cultural (teatro, dança, expressão corporal, canto, percussão, outras).
- **Nutrição (kit lanche):** Xícaras, pratos, talheres, copos, chaleira, panela, garrafa térmica, potes plástico de multiuso, toalha, guardanapo, jarra.

Recursos humanos: disponíveis e necessários

Conforme orientação do MDS a equipe técnica de referência do SCFV é composta pelos seguintes profissionais, para grupos a partir de 25 idosos:

- Técnico de Referência: profissional de nível superior, integrante da equipe do CRAS, responsável pelo planejamento e avaliação das atividades, em conjunto com os demais profissionais do Serviço; pelo referenciamento do SCFV junto ao Serviço PAIF; pelo desenvolvimento de ações socioeducativas junto às famílias dos idosos.
- Educador Social: profissional de, no mínimo, nível médio, responsável pela execução do SCFV junto ao grupo de idosos.
- Facilitador de Oficinas: profissional com formação mínima de nível médio, responsável pela realização de oficinas recreativas e culturais.

AÇÃO: Contratação de recursos humanos, conforme diretriz do MDS, para implantação do reordenamento do SCFV acima de 60 anos (2014) e consolidação do quadro de recursos humanos do SCFV na rede própria e conveniada (2014 a 2017)

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Número de idosos participantes do SCFV da rede própria.
- Número de idosos participantes do SCFV da rede conveniada.
- Atingir o público prioritário, conforme plano de reordenamento do SCFV.

AÇÃO: ACESSUAS

Objetivo geral:

Promover a Inclusão dos usuários que buscam a assistência social no mundo do trabalho por meio de ações articuladas com o Programa Brasil Sem Miséria, Plano Viver Sem Limites e PRONATEC.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Ações de articulação:

- Análise do Mapa de Oportunidades do Município e levantamento vocacional;
- Mapeamento territorial e identificação do público do Programa;
- Articulação e discussão com o Sistema S, Institutos Federais, órgãos de intermediação de mão de obra;

- Ações de mobilização:

- Divulgação do Programa
- Identificação do Público Prioritário
- Prestação de orientações e informações (sobre cursos, ações de inclusão produtiva e intermediação de mão de obra).

- Ações de encaminhamento:

- Cursos – PRONATEC (Sistema S e Institutos Federais);
- Intermediação de mão-de-obra;
- Outros serviços da rede de políticas sociais;

- Ações de monitoramento da trajetória:

- Acesso a cursos e ações do mundo do trabalho;
- Serviços socioassistenciais;
- Ações conjuntas do Programa com órgãos e entidades que ofertem ações de preparação e inclusão no mundo do trabalho;

Metas:

60% de matrícula e permanência nos cursos ofertados pelo PRONATEC dos usuários encaminhados.

Resultados e impactos esperados

Encaminhamento dos usuários da assistência ao mundo do trabalho, visando melhoria da qualidade de vida dos mesmos, por meio da articulação com diversas políticas públicas.

Recursos materiais: disponíveis e necessários

- Copiadoras/ Impressoras: locação de impressoras durante o período de 6 meses
- Material de Consumo/Expediente
- Divulgação/Mobilização/Deslocamento: ações de comunicação social localizadas nos territórios, atividades como divulgação em jornais/rádios comunitárias, impressão de cartazes, carro de som e deslocamento de equipe técnica.

Recursos humanos

- 1 coordenadora técnica de referência na PSB

- 9 coordenadores regionais com formação superior em (Serviço Social, Psicologia, Pedagogia ou Sociologia)
- 22 Administrativos: (um por CRAS)

Recursos financeiros: disponíveis e necessários

R\$ 579.000,00 para Novembro de 2013 até Maio de 2014.

Indicadores de monitoramento e avaliação

nº de pré-matrículas efetuadas

Período de execução

Novembro de 2013 a Maio/2014

AÇÃO: BPC Trabalho

Objetivo geral:

Promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários com deficiência do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial e de outras políticas, à qualificação profissional e ao mundo do trabalho, priorizando a faixa etária de 16 a 45 anos.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Identificação e busca ativa dos beneficiários do BPC com deficiência, na faixa etária de 16 a 45 anos;
- Realização de diagnóstico social dos beneficiários e sua família, identificação de necessidades, avaliação em relação ao interesse pela qualificação profissional e pelo trabalho, e possibilidade de participação no Programa;
- Acompanhamento das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC e de suas famílias, com a finalidade de garantir a oferta de serviços e benefícios socioassistenciais e encaminhar para as demais políticas públicas;
- Articulação do CRAS com a equipe técnica do ACESSUAS Trabalho.

Metas estabelecidas

- Meta ACESSUAS = 16.626
- Quantidade de beneficiários BPC 16-45 anos= 5.611

Resultados e impactos esperados:

Superação de barreiras que impedem ou dificultam qualificação e inserção no mercado de trabalho.

Recursos materiais: disponíveis e necessários

Material de expediente, consumo e para deslocamento.

Recursos humanos: disponíveis e necessários

Equipe CRAS

Recursos financeiros: disponíveis e necessários

MDS com ênfase na resolução nº 5 do CNAS, articulado com fontes do ACESSUAS TRABALHO.

Mecanismos e Fontes de Financiamento

MDS (ACESSUAS – pelo período de um ano)

Indicadores de monitoramento e avaliação

- número de visitas realizadas aos beneficiários com deficiência do BPC;
- número de encaminhamentos aos cursos do PRONATEC /ACESSUAS
- nº de beneficiários do BPC em cursos de qualificação profissional ou com contrato de aprendizagem.

Período de execução

2014/2017

AÇÃO: BPC na Escola – Pacto de Gestão

Objetivo geral:

Desenvolver ações intersetoriais, visando garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência, de 0 a 18 anos, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Identificar, entre os beneficiários do BPC até 18 anos, aqueles que estão na escola e fora da escola;

- Identificar as principais barreiras para o acesso e a permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC;
- Desenvolver estudos e estratégias conjuntas para superação dessas barreiras;

Metas:

- Aplicação do questionário de levantamento de barreiras de acesso e permanência na escola em 50% do universo total de pessoas beneficiárias do BPC de 0 a 18 anos constantes no sistema BPC na escola e acompanhamento de 10% deste total.
- 2014/2017 Quantidade de beneficiários no Sistema BPC na Escola - 3208.

Resultados e impactos esperados:

- Identificar as barreiras que impedem ou dificultam a permanência de crianças e adolescentes com deficiência na escola;
- Desenvolvimento de ações intersetoriais, envolvendo as políticas de educação, de assistência social, de saúde e direitos humanos com vistas a superação destas barreiras;

Recursos humanos: disponíveis e necessários

Equipe do CRAS

Indicadores de monitoramento e avaliação

- número de visitas realizadas aos beneficiários com deficiência do BPC
- número de acompanhamentos aos beneficiários PCDs

Período de execução

2014: 802/22 CRAS =37

2015: 1604/22 CRAS =73

2016: 2406/22 CRAS =110

2017: 3208/22 CRAS =146

AÇÃO: Povos e Comunidades Tradicionais

Objetivo geral:

Garantir o acesso dos usuários às informações, aos bens, aos serviços, aos direitos socioassistenciais e às demais políticas setoriais e de defesa de direitos, exatamente como contraponto à invisibilidade do público.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Desenvolver espaços de convívios, de informações, de trocas de experiências, de esclarecimentos prevenindo situações de risco social e pessoal através de aquisições, de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- Promover capacitações sistemáticas direcionadas aos referências dos CRAS, abordando questões pertinentes aos Povos Tradicionais;
- Integração das ações entre SCFV e PAIF no que se refere aos povos tradicionais;
- Sensibilizar as equipes técnicas dos CRAS para ações junto aos povos tradicionais;
- Implementar ações de conhecimento e empoderamento através da socialização de informações, realização e divulgação de eventos de formação (seminários, fóruns, encontros, plenárias, campanhas, caminhadas, etc.), bem como a elaboração de material socioeducativo e de divulgação;
- Qualificar os referências dos povos tradicionais para planejar e monitorar as ações específicas para este público;
- Alinhamento com as políticas do governo estadual e federal;

Metas:

Sistematizar conhecimentos adquiridos e organizá-los de forma que possam subsidiar intervenções de modo proativo, protetivo, preventivo e territorializado, assegurando o acesso a direitos e a melhoria da qualidade de vida dos usuários.

Resultados e impactos esperados:

- Prevenção de situações de risco social e pessoal;
- Reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos e das comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais;
- Assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais;
- Garantir nos programas e ações de inclusão social, recortes diferenciados voltados, especificamente, para os povos e as comunidades tradicionais;

Recursos materiais: disponíveis e necessários

Material de expediente e consumo

Recursos humanos: disponíveis e necessários

Equipe CRAS

Recursos financeiros: disponíveis e necessários

Estas ações serão realizadas em parceria com o PAIF/SCFV e utilizarão recursos do IGD

Mecanismos e fontes de financiamento

FASC/IGD

Indicadores de monitoramento e avaliação

- nº de ações comunitárias de cunho intergeracional, realizadas em parcerias com os CRAS tendo como temática povos tradicionais
- nº de referências por CRAS que participaram das capacitações com a temática dos povos tradicionais

2014/2017

Prioridade:

- Potencializar e fomentar espaços de convívios, de informações, de trocas de experiências, de esclarecimentos, prevenindo situações de risco social e pessoal através de aquisições, de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Meta:

- Ações comunitárias intergeracionais em 100 % dos territórios de CRAS, tendo como público-alvo o SCFV dos diferentes ciclos de vida;
- Capacitação de 100 % dos referências dos CRAS sobre a temática dos Quilombolas, Ciganos, Povos de terreiro e indígenas.

Período de execução

2014

- Ofertar capacitações aos referências dos Povos Tradicionais dos CRAS
- Garantir uma ação comunitária intergeracional anual em cada território de CRAS com temas relativos aos povos tradicionais

2015

- Ofertar capacitações aos referências dos Povos Tradicionais dos CRAS
- Garantir duas ações comunitárias intergeracionais anuais em cada território de CRAS com temas relativos aos povos tradicionais;

2016

- Ofertar capacitações aos referências dos Povos Tradicionais dos CRAS
- Garantir duas ações comunitárias intergeracionais anuais em cada território de CRAS com temas relativos aos povos tradicionais

2017:

- Ofertar capacitações aos referências dos Povos Tradicionais dos CRAS
- Garantir duas ações comunitárias intergeracionais anuais em cada território de CRAS com temas relativos aos povos tradicionais.

AÇÃO: Construção do CRAS 5ª Unidade

Metas:

Ampliar o espaço físico da Unidade de Atendimento na Região Restinga.

Período de Execução:

2014

Resultado e Impacto Esperado:

- Qualificar o espaço de atendimento;
- Ampliar o espaço de atendimento.

Recursos Financeiros: disponíveis e necessários

R\$ 360.726,00, sendo R\$ 350.000,00 oriundos de recursos federal (MDS) e R\$ 10.726,00 de contrapartida do município.

Mecanismos e fontes de financiamento:

FNAS e FMAS.

Indicadores de Monitoramento e Avaliação

Execução da construção do prédio

AÇÃO: Reforma e ampliação do CRAS Extremo Sul

Metas:

Reformar e ampliar o espaço físico do CRAS Extremo Sul.

Período de Execução:

2014

Resultado e Impacto Esperado:

- Qualificar o espaço de atendimento;
- Ampliar o espaço de atendimento.

Recursos Financeiros: disponíveis e necessários

R\$ 155.185,02 oriundo de demanda do orçamento Participativo 2011/0333

Mecanismos e fontes de financiamento:

FMAS.

Indicadores de Monitoramento e Avaliação

Execução da reforma do Espaço Físico.

4.1.3 QUADRO I - RECURSOS HUMANOS CRAS

GRUPO	TE	TE	TS	TS	TS	TS	AT		AT		AT	AT					
PADRÃO	NS	NS	NS	NS	NS	NS	6		6		6	6	ESTAG				
CARGO	PEDAGOGO *		ASSISTENTE SOCIAL		PSICÓLOGO		ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		MONITOR *		EDUCADOR SOCIAL **		ESTAGIÁRIO NM		ESTAGIÁRIO NS		Total RH necessário- a completar/ substituir por serviço
22 CRAS	EXISTENTE	A COMPLETAR	EXISTENTE	A COMPLETAR/ SUBSTITUIR	EXISTENTE	A COMPLETAR/ SUBSTITUIR	EXISTENTE	A COMPLETAR/ SUBSTITUIR	EXISTENTE	A COMPLETAR	EXISTENTE	A COMPLETAR	EXISTENTE	A COMPLETAR	EXISTENTE	A COMPLETAR	
CENTRO	0	2	3	3	0	2	0	1	0	0	0	1	1	2	1 + 5 cad	6	17
ILHAS	0	2	1	3	1	2	0	1	0	0	0	1	2	2	4 cad + 1	6	17
FARRAPOS	0	2	0	3	1	2	0	1	0	0	0	3	1	2	4	7	20
GLÓRIA	0	2	1	3	0	2	0	1	0	0	0	3	2	2	4	7	20
CRUZEIRO	0	2	1	3	1	2	0	1	0	0	0	1	2	2	4 cad + 1	6	17
CRISTAL	0	2	0	3	2	2	1	1	0	0	0	1	2	2	2	6	17
CENTRO SUL	0	2	1	3	0	2	0	1	0	0	0	3	2	2	4 + 6 cad	7	20
SUL	0	2	2	3	2	2	0	1	0	0	0	1	1	2	2	6	17
HÍPICA	0	2	1	3	0	2	0	1	0	0	0	1	2	2	4 cad + 5	6	17
RESTINGA	0	2	0	3	2	2	0	1	0	0	0	3	1	2	7 + 5 cad	7	20
5ª UNIDADE	0	2	2	3	0	2	0	1	0	0	0	1	1	2	2 cad + 1	6	17
EXTREMO SUL	0	2	1	3	0	2	0	1	0	0	0	1	2	2	4 cad + 1	6	17
LOMBA	0	2	0	3	0	2	1	1	0	0	0	3	2	2	6 cad + 1	7	20
PARTENON	0	2	1	3	2	2	0	1	0	0	0	1	2	2	5	6	17

LESTE I	0	2	0	3	1	2	0	1	0	0	0	3	2	2	5 cad +2	7	20
LESTE II	0	2	0	3	1	2	0	1	0	0	0	1	1	2	4 cad + 1	6	17
NORTE	0	2	0	3	1	2	0	1	0	0	0	3	3	2	4 cad+ 3	7	20
NOROESTE	1	2	1	3	0	2	2	1	0	0	0	3	1	2	3 cad+ 3	7	20
SANTA ROSA	0	2	0	3	1	2	0	1	0	0	0	1	2	2	5 cad + 2	6	17
EIXO BALTAZAR	0	2	1	3	1	2	0	1	0	0	0	3	1	2	6 cad +1	7	20
NORDESTE	0	2	2	3	0	2	0	1	0	0	0	1	2	2	3 cad	6	17
TIMBAÚVA	0	2	2	3	0	2	0	1	0	0	0	1	2	2	4 cad + 1	6	17
PSB	2	3	3	3	0	2	1+2t	1	0	0	0	0	2	2	1	3	14
Total RH existente e necessário (a completar/substituir) por cargo:	3	47	23	69	16	46	7	23	0	0	0	40	39	46	127	144	415

Algumas colunas aparecem como “a completar /substituir” - em razão de constar o número de novos profissionais que faltam para completar o quadro, bem como o nº de profissionais que devem ser substituídos considerando o tipo de vínculo atual. Ex: assistentes administrativos hoje são terceirizados, devendo ser substituídos por outros que compoñham o quadro próprio da Fundação, não podendo ser somados aos existentes hoje.

4.2 REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PSEMC

A gestão da rede de proteção social especial de média complexidade está sob a responsabilidade da Coordenação de Proteção Social Especial de Média Complexidade, a qual coordena os serviços, projetos e programas que são executados nos CREAS, Centro Pop, Centro Dia do Idoso e o serviço de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, de natureza conveniada, bem como, planejar e executar a totalidade das ações sob sua competência.

A equipe é formada por 01 Coordenadora, 05 técnicas de nível superior, 02 assistentes administrativos e 02 estagiárias de nível superior que referenciam os projetos, serviços e programas em execução, representam a instituição em fóruns e representações e atuam como retaguarda para a execução das ações da rede de proteção social especial de média complexidade no município.

4.2.1 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS

O CREAS é um serviço público de Assistência Social que tem por objetivo desenvolver ações de proteção às famílias e indivíduos que se encontram em situação de ameaça ou violação de direitos.

O CREAS desenvolve o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e o Serviço de Abordagem Social. A cidade de Porto Alegre conta com 09 CREAS localizados em 09 regiões da Assistência Social, os quais referenciam os 22 CRAS distribuídos nas 17 regiões do Orçamento Participativo.

O CREAS tem equipe mínima de referência formada por um Coordenador de nível superior do Quadro da FASC, 02 assistentes sociais, 01 psicólogo, 01 advogado, 01 profissional de nível superior (pedagogo, educador físico, sociólogo, ou outra especialidade a ser definida), 04 educadores de nível médio, 01 assistente administrativo, 01 estagiário de nível médio e 02 estagiários de nível superior. A equipe da região Centro é ampliada com 7 educadores sociais e 2 técnicos, tendo em vista demanda da situação de rua e previsão de abertura de mais um CREAS nessa região. Cada CREAS tem uma ou mais equipes complementares do Serviço Ação Rua (formada por 03 profissionais de nível superior e 04 educadores de nível médio, que compõe o

Serviço Ação Rua - Serviço conveniado que executa a abordagem social e acompanhamento familiar a crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil e suas famílias).

4.2.2 CENTRO DIA DO IDOSO - CDI

O serviço tem por objetivo oferecer atendimento especializado às pessoas idosas com 60 anos ou mais, em situação de risco pessoal e social, com direitos violados.

O município conta com 02 equipamentos, 01 localizado na região Norte com capacidade de atendimento de 25 idosos ao dia, e outro, localizado na região Sul Centro Sul com capacidade de atendimento de 30 idosos/dia. As atividades são realizadas em turno integral de segunda a sexta-feira das 08 às 17 horas. São oferecidas duas refeições diárias aos idosos, intercaladas com 2 lanches, proporcionando uma dieta balanceada, com vistas ao atendimento nutricional necessário a esta população, orientada e supervisionada pela nutricionista da FASC.

As atividades que compõem o trabalho institucional são de assistência social, cultural, recreativa, social, lúdica e na área de educação física, promovendo a qualidade de vida. A equipe técnica tem como atribuição também proporcionar atendimento psicossocial individual, grupal e familiar.

4.2.3 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – CENTRO POP

A modalidade Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP - constitui-se em um serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, de natureza pública e estatal, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Tem por objetivo prestar atendimento e acompanhamento social, com enfoque no coletivo, a jovens adultos, adultos, idosos e famílias em situação de rua em Porto Alegre, através da oferta de espaços de convivência. São ofertadas, ainda, ações que visam a realização de higiene pessoal, lavagem de roupas, oferta de lanche e guarda-volumes (enquanto permanecerem em atendimento no Serviço).

O Centro Pop I tem capacidade de atendimento de 60 pessoas/dia e conta com equipe formada por 01 Coordenador, 04 técnicos sociais (Assistente Social, Psicólogo, Educador Físico e

Químico), 06 educadores sociais, 1 técnico de enfermagem e 1 assistente administrativo. O Centro Pop II, com capacidade de atendimento de 160 pessoas/dia conta com equipe formada por 01 Coordenador, 05 assistentes Sociais, 01 psicólogo, 10 educadores sociais e 01 assistente administrativo.

4.2.4 CASA DE CONVIVÊNCIA ILÊ MULHER

É um serviço realizado mediante a modalidade de convênio que visa atender a população adulta em situação de rua através da oferta de ações de convivência (oficinas, grupos, assembleias, etc.), higiene (banho) e alimentação durante o período diurno. Dispõe de uma capacidade de atendimento correspondente a 150 metas/dia e fica localizada na região central da Cidade. O convênio iniciará redução dos atendimentos, quando da abertura do Centro Pop II, até seu fechamento, previsto para março de 2014.

4.2.4.1 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

AÇÃO: Gestão - Planejar, monitorar e executar ações de Média Complexidade

Objetivo geral:

Garantir a gestão dos processos de trabalho, possibilitando ações integradas entre os Serviços de Média Complexidade e demais níveis de proteção, que respondam às diretrizes da política de Assistência Social na construção de ações municipais.

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014:

- Realização de seminários de planejamento no início do ano e de avaliação no final do ano
- Acompanhamento sistemático do planejamento e da execução das ações através de reuniões semanais de equipe da Proteção de Média Complexidade
- Prestar assessoria e acompanhamento técnico e metodológico às equipes dos Serviços de Média Complexidade, através de reuniões sistemáticas com coordenadores e às equipes in loco, nos espaços de reuniões instituídas nas regiões e, diretamente, nos equipamentos, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas do SUAS
- Análise das ações e indicadores em conjunto com a equipe - Portal de Gestão

- Gestão com participação dos equipamentos da PSEMC, através de reuniões temáticas semanais: 1º reunião mensal Administrativa, 2ª PAEFI, 3ª Enfrentamento à Situação da Rua, 4ª Medidas Socioeducativas
- Elaborar caderno de serviços e orientações da PSEMC

2015-2017:

- Realização de seminários de planejamento ao início do ano e de avaliação ao final do ano
- Dar continuidade ao monitoramento sistemático do planejamento e da execução das ações através de reuniões semanais de equipe da Proteção de Média Complexidade
- Prestar assessoria e acompanhamento técnico e metodológico às equipes dos Serviços de Média Complexidade, através de reuniões sistemáticas com coordenadores e às equipes in loco, nos espaços de reuniões instituídas nas regiões e, diretamente, nos equipamentos, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas do SUAS
- Dar continuidade à análise das ações e indicadores em conjunto com equipe - Portal de Gestão
- Manter espaço de gestão compartilhada dos equipamentos da PSEMC, através de reuniões temáticas semanais: 1º Administrativa, 2ª PAEFI, 3ª Enfrentamento à Situação da Rua, 4ª Medidas Socioeducativas
- Reeditar versão atualizada do caderno de serviços e orientações da PSEMC

Metas:

- Manutenção dos espaços de planejamento, avaliação e gestão compartilhados
- Qualificar o acompanhamento dos processos de trabalho técnico-metodológico nas equipes

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017:

- Gestão ágil e coletiva dos processos de trabalho, favorecendo os resultados para as equipes dos serviços
- Alcance das metas anuais de acompanhamento dos serviços de Média Complexidade
- Unificação e qualificação das ações de acompanhamento das famílias/indivíduos, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas do SUAS
- Contribuir para ações de Vigilância nos territórios, mapeando e planejando ações a partir das situações de violação de direitos identificadas, trabalhando para a prevenção de agravamento ou reincidência
- Melhoria da qualidade de vida das famílias em situação de violação de direitos residentes no território de abrangência dos Serviços de Média Complexidade.

Recursos materiais disponíveis e necessários:

Necessária ampliação do espaço físico da sala, de modo a comportar a equipe e possibilitar pequenas reuniões com as equipes dos serviços de média e adequação do material permanente. Manter locação de veículo.

Recursos humanos: disponíveis e necessários:

Tabela Anexa

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Número de seminários de planejamento e avaliação realizados
- Manutenção dos espaços de gestão coletiva previstos (nº de reuniões mensais)
- Atualização sistemática das informações no Portal de Gestão
- Indicadores relacionados aos atendimentos às famílias/indivíduos

AÇÃO: Gestão - Construir Articulações Internas

Objetivo geral:

Garantir a gestão dos processos de trabalho, possibilitando ações integradas entre os Serviços de Média Complexidade e demais níveis de proteção, que respondam às diretrizes da política de Assistência Social na construção de ações municipais.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Reunião semanal entre Direção Técnica e Proteções
- Reunião semanal da Coordenação da PSEMC com DT
- Reunião quinzenal da Coordenação da PSEMC com CRH (formação e gestão de pessoas)
- GT Proteção Social Especial - Alta e Média Complexidades
- GT PAIF - PAEFI
- GT Sistemas informatizados
- GT Processos
- GT Idosos
- GT PCD
- GT Povos Tradicionais
- Projeto de assessoria jurídica à PSEMC
- Participação no Comitê Gestor de Convênios

- Participação em reuniões da Coordenação de Monitoramento e Avaliação
- Consultorias MDS – Presenciais

Metas:

Manter os grupos de trabalho indicados, avançando técnica, política e metodologicamente em relação a cada um dos temas relacionados

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017:

Ações articuladas entre os níveis de proteção em todas as áreas planejadas

Indicadores de monitoramento e avaliação:

Nº de grupos de trabalho institucionais, sistematicidade, duração e resultados implementados

AÇÃO: Gestão - Benefício Eventual para famílias e indivíduos

Objetivo geral:

Potencializar ações de acompanhamento às famílias beneficiadas.

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014 a 2017:

- Participar do comitê gestor mensal e construir fluxos de gestão
- Monitorar inclusão e acompanhamento de famílias/indivíduos nos territórios, através das reuniões de referência e contrarreferência regionais
- Acompanhar questões relacionadas ao benefício nas reuniões com os Serviços de Média Complexidade

Metas:

- Participar de 100% das reuniões do comitê gestor
- Monitorar 100% das inclusões e acompanhamentos de famílias/indivíduos através das ações do Comitê de Gestão do Benefício Eventual

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017

Redução das situações de risco, violação de direitos e acolhimento institucional vivenciado pelas famílias/indivíduos

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Número de aditamentos dos contratos de Benefício Eventual
- Número de famílias contrarreferenciadas para a Proteção Básica
- Número de famílias em experiência familiar após acolhimento institucional

AÇÃO: Gestão - Benefício assistencial TRI - PAEFI e MSE

Objetivo geral:

Gerenciar o fluxo administrativo de modo a qualificar o acompanhamento na Política de Assistência Social e o acesso dos usuários à garantia de direitos

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014 a 2017:

Avaliação, levantamento da demanda, solicitação de compra e distribuição de cartões TRI aos Serviços de Média Complexidade

Metas:

Cartões MSE

2013 = 3490 cartões de duas unidades (viagens) = Média de 387 cartões por CREAS

- Propomos o aumento do número de cartões em 10% ao ano com o objetivo de atender a qualificação do acompanhamento familiar e a organização de oficinas/grupos para adolescentes em cumprimento de medidas e suas famílias

2014 = 4190 cartões = 3490 + 10% (350) + 350 quando da implantação do 10º CREAS = Média de 419 cartões por CREAS

2015 = 4540 cartões = 4190 + 10% (350, sobre a quantidade de 2013) = Média de 454 cartões por CREAS

2016 = 4890 cartões = 4540 + 10% (350, sobre a quantidade de 2013) = Média de 489 cartões por CREAS

2017 = 5240 cartões = 4890 + 10% (350, sobre a quantidade de 2013) = Média de 524 cartões por CREAS (23 pessoas/dia)

Cartões PAEFI

2013 = 4100 cartões de duas unidades (viagens) = Média de 341 cartões por Serviço e Projeto facilitadores

- Propomos o aumento do número de cartões em 10% ao ano tendo em vista a complexidade dos atendimentos e variação da demanda, com o objetivo de atender a qualificação do acompanhamento familiar e a realização de grupos com as famílias/indivíduos
- Salientamos também a implantação de novos serviços (Centro Pop II e III, 10º CREAS, Centro Dia para PCD e destinação de TRI também para os CDIs)

2014 = 4100 + 10% (410) + 300 Centro Pop II + 200 para 10º CREAS + 300 Centro Pop III = 5310 cartões

2015 = 5310 + 10% (530, sobre a quantidade de 2014) = 5840

2016 = 5840 + 10% (584, sobre a quantidade de 2015) = 6424

2017 = 6424 + 10% (642, sobre a quantidade de 2016) = 7066

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017

Dar condição de acesso aos usuários aos Serviços de Média Complexidade e outros serviços do sistema de garantia de direitos, com redução das situações de risco e violação de direitos vivenciadas pelas famílias

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Redução no número de evasões nos acompanhamentos
- Nº mensal de atendimentos
- Nº de cartões não utilizados e/ou demanda reprimida por serviço/mês

AÇÃO: Gestão - Definir fluxos de Disque 100

Objetivo geral:

Articulação intersetorial visando trabalhar a corresponsabilidade nos casos

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014 a 2017:

Construção de fluxos internos e externos (com Delegacia do Idoso, MP, Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, CRVV, SMS, Delegacia da Mulher e delegacias regionais, entre outros)

Metas

Qualificar a triagem e destinar corretamente as demandas para os órgãos responsáveis

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017

- Redução no número de casos encaminhados equivocadamente para a Política de Assistência Social
- Qualificação do atendimento dos casos da Política de Assistência Social

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- N° de casos Disque 100 recebidos
- N° de casos pertinentes à Assistência Social identificados
- N° de casos efetivamente atendidos

AÇÃO: Gestão - Convênio PAEFI/SOME

Objetivo geral:

Qualificar o atendimento aos usuários nos Serviços de Média Complexidade

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014 a 2017:

- Reuniões com coordenação SOME para alinhamento do acompanhamento funcional e metodologia durante o convênio e preparação para seu encerramento (quando do reordenamento)
- Participação na reunião geral de PAEFI/SOME (encontros temáticos)
- Acompanhamento técnico-metodológico das atribuições dos Advogados (projeto em parceria com Assessoria Jurídica)

Metas:

- Participar em 100% das reuniões gerais com a conveniada
- Revisão das atribuições dos advogados

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017

- Maior integração dos profissionais vinculados à SOME junto aos CREAS
- Maior apropriação quanto às especificidades do trabalho de educador social e advogado em Serviços de Média Complexidade

Indicadores de monitoramento e avaliação:

Nº de desligamentos/trocas de profissionais

AÇÃO: Gestão - Acompanhamento intersetorial de casos com persistente violação de direitos acompanhadas na Média Complexidade

Objetivo geral:

Corresponsabilização e construção de planos de ação intersetoriais para famílias e indivíduos com persistente violação de direitos em acompanhamento em Serviços de Média Complexidade

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014 a 2017

- Constituição de grupo de trabalho municipal, com representação das diferentes políticas
- Identificação de casos e definição de metodologia de trabalho

Metas:

Construção e monitoramento de planos de acompanhamento intersetoriais dos casos com persistente violação de direitos

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017

- Maior eficácia do acompanhamento e superação dos casos com persistentes violações de direitos
- Incidir na construção de fluxos para políticas afirmativas

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Número de planos de acompanhamento elaborados e monitorados intersetorialmente
- Nº de proposições relacionadas à qualificação de políticas públicas

AÇÃO: Gestão - Formação Continuada

Objetivo Geral:

Manter processos de formação continuada direcionados ao conjunto dos trabalhadores da Média Complexidade, enfocando temas pertinentes ao nível de proteção, buscando integração com os demais níveis e qualificação da relação intersetorial

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014:

- Seminário de Práticas e produção de publicação
- Encontro de Integração Média Complexidade (Final de ano)
- Formação em Processos Grupais - Capacitação inicial em grupos e Supervisão de processos grupais
- Encontros com representantes do MDS – Temáticos – Semestral
- Formação em processos circulares e restaurativos
- Atualização em tecnologias da informação
- Capacitação em escrita técnica, relatórios sociais e pareceres
- Formação da Rede socioassistencial sobre trabalho infantil
- Ciclos Temáticos PAEFI - Formação continuada, através de encontros quinzenais, definição temática com as equipes anualmente, incluindo temas como violências, abuso e exploração sexual, trabalho infantil, relações de gênero, entre outros
- Ciclos Temáticos MSE – Formação continuada através de encontros sistemáticos, definição temática com as equipes anualmente, incluindo temas como justiça restaurativa, unidades executoras, entre outros
- Ciclos Temáticos Enfrentamento à Situação de Rua - Formação continuada através de encontros sistemáticos, definição temática com as equipes anualmente, incluindo temas como Abordagem Social, Serviços Especializados, Acompanhamento, Intergeracionalidade, entre outros
- PCD – Ciclo interno para serviços da FASC e capacitação das entidades conveniadas de atendimento a PCD
- Formação para profissionais ingressantes na Média Complexidade

2015:

- Seminário de Práticas e produção de publicação

- Encontros de Integração Média Complexidade (Final de ano)
- Encontros com representantes do MDS – Temáticos - Semestral
- Formação em processos circulares e restaurativos
- Atualização em tecnologias da informação
- Capacitação em escrita técnica, relatórios sociais, pareceres
- Ciclos Temáticos PAEFI - Formação continuada, através de encontros quinzenais, definição temática com as equipes anualmente, incluindo temas como violências, abuso e exploração sexual, trabalho infantil, relações de gênero, entre outros
- Ciclos Temáticos MSE – Formação continuada através de encontros sistemáticos, definição temática com as equipes anualmente, incluindo temas como justiça restaurativa, unidades executoras, entre outros
- Ciclos Temáticos Enfrentamento à Situação de Rua - Formação continuada através de encontros sistemáticos, definição temática com as equipes anualmente, incluindo temas como Abordagem Social, Serviços Especializados, Acompanhamento, Intergeracionalidade, entre outros
- PCD – Ciclo interno para serviços da FASC e capacitação das entidades conveniadas de atendimento a PCD
- Formação sobre processos de protagonismo
- Formação para profissionais ingressantes na Média Complexidade

2016:

- Seminário de Práticas e produção de publicação
- Encontro de Integração Média Complexidade (Final de ano)
- Formação em Processos Grupais - Capacitação inicial em grupos e Supervisão de processos grupais
- Encontros com representantes do MDS – Temáticos – Semestral
- Formação em processos circulares e restaurativos
- Atualização em tecnologias da informação
- Capacitação em escrita técnica, relatórios sociais, pareceres
- Ciclos Temáticos PAEFI - Formação continuada, através de encontros quinzenais, definição temática com as equipes anualmente, incluindo temas como violências, abuso e exploração sexual, trabalho infantil, relações de gênero, entre outros

- Ciclos Temáticos MSE – Formação continuada através de encontros sistemáticos, definição temática com as equipes anualmente, incluindo temas como justiça restaurativa, unidades executoras, entre outros
- Ciclos Temáticos Enfrentamento à Situação de Rua - Formação continuada através de encontros sistemáticos, definição temática com as equipes anualmente, incluindo temas como Abordagem Social, Serviços Especializados, Acompanhamento, Intergeracionalidade, entre outros
- PCD – Ciclo interno para serviços da FASC e capacitação das entidades conveniadas de atendimento a PCD
- Formação sobre processos de protagonismo
- Formação para profissionais ingressantes na Média Complexidade

2017:

- Seminário de Práticas e produção de publicação
- Encontros de Integração Média Complexidade (Final de ano)
- Encontros com representantes do MDS – Temáticos - Semestral
- Formação em processos circulares e restaurativos
- Atualização em tecnologias da informação
- Capacitação em escrita técnica, relatórios sociais, pareceres
- Ciclos Temáticos PAEFI - Formação continuada, através de encontros quinzenais, definição temática com as equipes anualmente, incluindo temas como violências, abuso e exploração sexual, trabalho infantil, relações de gênero, entre outros
- Ciclos Temáticos MSE – Formação continuada através de encontros sistemáticos, definição temática com as equipes anualmente, incluindo temas como justiça restaurativa, unidades executoras, entre outros
- Ciclos Temáticos Enfrentamento à Situação de Rua - Formação continuada através de encontros sistemáticos, definição temática com as equipes anualmente, incluindo temas como Abordagem Social, Serviços Especializados, Acompanhamento, Intergeracionalidade, entre outros
- PCD – Ciclo interno para serviços da FASC e capacitação das entidades conveniadas de atendimento a PCD
- Formação sobre processos de protagonismo
- Formação para profissionais ingressantes na Média Complexidade

Metas:

Manter processo permanente de formação das equipes

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017

Qualificação do processo de trabalho, fortalecimento do trabalho em equipe e especialização das ações de Média Complexidade

Recursos financeiros: disponíveis e necessários:

Prever recurso para contratação de recursos humanos para capacitação, locação de espaço físico (com equipamentos), produção de material gráfico e produção bibliográfica e coffee break.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Nº de trabalhadores que participaram de processos de formação continuada
- Nº/ou carga horária de cursos e formações oferecidos

AÇÃO: Gestão - Formação sobre processos de protagonismo

Objetivo Geral:

Proporcionar atividades de reflexão e construção de práticas protagonistas por famílias/indivíduos atendidos em Serviços de Média Complexidade

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Elaborar projeto geral em conjunto com CREAS e demais Serviços de Média Complexidade – constituir grupo de trabalho
- Constituir projetos específicos, de acordo com os diferentes públicos atendidos pelos Serviços de Média Complexidade

Metas:

Constituir projetos voltados ao protagonismo dos usuários em 100% dos Serviços de Média Complexidade

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017:

- Maior protagonismo dos usuários na busca de seus direitos
- Maior participação dos usuários nas diversas ações desenvolvidas nos serviços
- Qualificação do acompanhamento
- Redução das situações de risco e violação de direitos

Recursos financeiros disponíveis e necessários:

Prever recurso para contratação de recursos humanos para capacitação, locação de espaço físico (com equipamentos), produção de material gráfico e produção bibliográfica e coffee break.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Nº de projetos desenvolvidos pelos Serviços de Média Complexidade
- Nº de famílias/indivíduos participantes

AÇÃO: Gestão – Implantação de Núcleos Regionais de práticas de comunicação não violenta em serviços da PSEMC

Objetivo Geral:

Instituir e manter práticas e princípios de comunicação e não violentas como forma de mediação de conflitos em Serviços da Média Complexidade

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014/2017:

- Elaborar projeto em conjunto com CREAS e demais Serviços de Média Complexidade – constituir grupo de trabalho
- Abertura de edital para seleção de entidade executora do projeto, após apreciação do CMAS
- Constituir dois Núcleos Regionais, abrangendo as regiões Sul (CREAS Restinga/Extremo Sul, Sul/Centro Sul, Partenon, Lomba do Pinheiro, Glória/Cruzeiro/Cristal) e Norte (CREAS Centro/Ilhas/Humaitá/Navegantes, Norte/Noroeste, Eixo Baltazar/Nordeste, Leste)
- Cada Núcleo será responsável por aprofundamento teórico e metodológico, atuando como equipes de apoio, em conjunto com as equipes dos Serviços de Média Complexidade de suas regiões de abrangência, para a realização de práticas tais como: círculos de paz, círculos restaurativos, círculos de diálogo, círculos comunitários, mediação de conflitos (familiares e comunitários). Deverão ser desenvolvidas ações interinstitucionais, intersetoriais e de formação de agentes comunitários multiplicadores das metodologias desenvolvidas (tanto entre trabalhadores da rede quanto entre usuários)

- Utilizar os processos de formação continuada existentes (já contemplados em outra ação) para o compartilhamento das experiências restaurativas desenvolvidas pelas equipes

Metas:

Instituir dois Núcleos Regionais que atuarão como equipes de apoio em práticas restaurativas junto aos Serviços de Média Complexidade

Resultados e impactos esperados:

- Qualificação do acompanhamento às famílias/indivíduos
- Experimentação de novos modos de comunicação entre os participantes
- Utilização do diálogo como recurso para trabalhar as relações conflituosas
- Fortalecimento dos vínculos familiares

Recursos materiais disponíveis e necessários:

- Material através de entidade – convênio ou contrato
- Utilização de verba de reprogramação de saldos a ser aprovada pelo CMAS

Recursos humanos disponíveis e necessários:

- Contratação de equipe através de entidade – convênio ou contrato
- Utilização de verba de reprogramação de saldos a ser aprovada pelo CMAS

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Instituição dos Núcleos Regionais
- Nº de círculos restaurativos/círculos de diálogo realizados por CREAS
- Nº de famílias/indivíduos participantes de círculos restaurativos/círculos de diálogo
- Nº de famílias/indivíduos participantes de círculos restaurativos/círculos de diálogo que foram contrarreferenciadas para a PSB

AÇÃO: Gestão - Manutenção administrativa e financeira de equipamentos de Média Complexidade

Objetivo geral:

Garantir o funcionamento dos equipamentos com qualidade, acessibilidade, materiais de consumo, permanentes e veículos adequados às necessidades de cada unidade

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014 a 2017:

- Gerenciamento das questões administrativas e financeiras para a manutenção dos equipamentos de Média Complexidade:
- Utilização do Pronto-pagamento
- Material Permanente - Aquisição de equipamentos
- Material de Consumo - Expediente
- Material de Consumo - Pedagógicos
- Material de Consumo – Alimentação
- Contratação de empresa – Serviços administrativos
- Contratação de empresa – Serviços gerais (Limpeza e cozinha)
- Contratação de empresa – Veículo e motorista
- Contratação de empresa – Vigilância e portaria
- Contratação de empresa – Veículo (van e/ou ônibus) para passeios organizados pelos Serviços
- Água
- Luz
- Telefone
- Pontos de rede
- Manutenção equipamentos eletrônicos
- Manutenção dos espaços físicos

Metas:

- Garantir pontualidade na oferta dos materiais permanentes e de consumo necessários para a execução dos Serviços
- Garantir os serviços terceirizados contratados
- Garantir qualidade e manutenção da infra-estrutura das instalações

Resultados e impactos esperados:

- Execução plena e qualificada dos Serviços de Média Complexidade
- Serviços com equipamentos de qualidade, com acessibilidade, materiais de consumo, permanentes e veículos adequados às necessidades de cada unidade

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Prazos cumpridos para as compras
- Equipes terceirizadas completas
- Números de atrasos nas entregas

AÇÃO: Gestão - Implantação do 10º CREAS na Região Ilhas/Humaitá/Navegantes

Objetivo geral:

Ampliar a abrangência das ações de CREAS através da implantação do 10º CREAS abrangendo as regiões Ilhas/Humaitá e Navegantes

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014:

- Espaço físico: Aluguel
- Aquisição de materiais permanentes e de consumo
- Contratação de empresas para serviços gerais, vigilância e veículo
- Contratação de Recursos Humanos
- Recursos Humanos: dependente da realização de concurso público
- Organização do processo de trabalho, capacitação da equipe e composição de parcerias intersecretarias

2015:

Manutenção de espaço físico

2016:

Manutenção de espaço físico

2017:

Adequação do CREAS ao espaço físico próprio

Metas:

- Implantação em 2014 (quando do Reordenamento Institucional)
- PAEFI = 80 famílias/indivíduos em acompanhamento/mês

- Serviço de Abordagem Social = realização de mapeamento, abordagens sistemáticas e solicitadas de acordo com a demanda dos territórios
- Medidas Socioeducativas = acompanhar 100% dos casos dos territórios

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017

Ampliação e qualificação da cobertura e territorialização de CREAS

Recursos humanos disponíveis e necessários:

Tabela anexa

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Implantação do serviço
- Nº de famílias/indivíduos atendidos

AÇÃO: PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

Objetivo Geral:

Acompanhamento especializado e orientação de famílias e indivíduos em situação de direitos violados

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014/2017:

- Prestar assessoria e acompanhamento técnico e metodológico às equipes dos Serviços de Média Complexidade, através de reuniões sistemáticas com coordenadores e às equipes in loco, nos espaços de reuniões instituídas nas regiões e, diretamente, nos equipamentos, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas do SUAS
- Estabelecer metas de 20 acompanhamentos em PAEFI por técnico, de modo a qualificar o acompanhamento, avançar metodologicamente e constituir ações especializadas
- Manutenção de equipe contratada até realização de concurso público
- Consolidar a implantação do Prontuário SUAS e do Plano de Acompanhamento
- Discutir a priorização dos casos a partir da conjunção de riscos sociais de média complexidade

Metas:

Acompanhamento a 80 famílias/indivíduos mês por CREAS/PAEFI (80x9) + 60 famílias por equipe Ação Rua (60x13) = 1520 famílias/indivíduos/mês. Quando da implantação do 10º CREAS incluir + 80 famílias/indivíduos

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017

- Qualificação do acompanhamento a famílias e indivíduos, de acordo com as orientações nacionais
- Redução das situações de risco social nos territórios

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Nº de famílias/indivíduos acompanhados
- Duração em meses dos acompanhamentos
- Nº de desligamentos por contrarreferenciamento para a Proteção Básica

AÇÃO: PAEFI - Acompanhamento de famílias com crianças e adolescentes em Serviço de Acolhimento Institucional - PACTO DE GESTÃO

Objetivo geral:

Acompanhamento especializado e orientação de famílias e indivíduos com situação de direitos violados

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014/2017:

- Identificação do número de famílias com crianças em Serviços de Acolhimento Institucional municipais e crianças de Porto Alegre em Serviços de Acolhimento Estaduais
- Identificação dos casos de famílias com filhos em acolhimento institucional já acompanhados pelos CREAS
- Aprofundamento da metodologia de acompanhamento em casos de acolhimento, dividindo responsabilidades entre Média e Alta Complexidades, com articulação nas reuniões de referência e contrarreferência em cada território
- Acompanhamento através de atendimentos individuais, grupais, visitas domiciliares e articulações intersetoriais

Metas:

Acompanhamento no PAEFI de 60% das famílias com crianças em acolhimento institucional ao final de 4 anos: 20% em 2014, 30% em 2015, 45% e, 2016, 60% em 2017.

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017

- Revinculação familiar através do fortalecimento dos vínculos e da função protetiva
- Aumento no número de retornos familiares
- Redução da duração do acolhimento institucional
- Redução no número de destituições familiares
- Redução no número de evasões nos acolhimentos

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Nº de famílias com filhos em situação de acolhimento institucional em acompanhamento PAEFI
- Nº de crianças/adolescentes em retorno familiar
- Redução da duração do acolhimento institucional
- Redução no número de destituições familiares

AÇÃO: PAEFI - Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual

Objetivo geral:

Acompanhamento especializado e orientação de famílias e indivíduos em situação de direitos violados, articulando ações intersetoriais

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014/2017:

- Participação no EVESCA
- Construção e operacionalização de fluxos de integração da Rede de Proteção para ações de enfrentamento Abuso e Exploração Sexual (CRAI, DECA, Saúde Mental, MP, CT, CRVV, entre outros)
- Gerenciamento de casos de violência sexual acompanhados em Serviços de Média Complexidade

- Prestar assessoria e acompanhamento técnico e metodológico às equipes dos Serviços de Média Complexidade, através de reuniões sistemáticas com coordenadores e às equipes in loco, nos espaços de reuniões instituídas nas regiões e, diretamente, nos equipamentos, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas do SUAS

Metas:

- Qualificação do acompanhamento às famílias com situação de violência sexual identificada nos territórios com demandas de Média Complexidade
- Garantir acesso a serviços da rede para acolhimento de forma integrada

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017

- Aumento inicial da identificação de casos de violência sexual nos territórios (aumento da visibilidade do fenômeno)
- Qualificação do acompanhamento a situações de violência sexual

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Nº de famílias com situações de violência sexual em acompanhamento PAEFI
- Nº de famílias com situações de violência sexual em acompanhamento PAEFI desligadas ou contrarreferenciadas para a Proteção Básica por superação da violação de direitos

AÇÃO: PAEFI - Enfrentamento à violência doméstica

Objetivo geral:

Acompanhamento especializado e orientação de famílias e indivíduos em situação de direitos violados, articulando ações intersetoriais

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014/2017:

- Prestar assessoria e acompanhamento técnico e metodológico às equipes dos Serviços de Média Complexidade, através de reuniões sistemáticas com coordenadores e às equipes in loco, nos espaços de reuniões instituídas nas regiões e, diretamente, nos equipamentos, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas do SUAS

- Articulação intersetorial visando trabalhar a corresponsabilidade nos casos (Juizado da Violência Doméstica e Familiar, Delegacia da Mulher, DECA, CRAM, ONG's, CRVV e setores ligado à temática)
- Divulgar Patrulha Maria da Penha - Projeto Piloto nos Territórios da Paz, em articulação com a Brigada Militar (Restinga e Lomba do Pinheiro) com vistas a ampliar a experiência para a Cidade

Metas:

- Qualificação do acompanhamento às famílias com situação de violência doméstica identificadas nos territórios com demandas de Média Complexidade
- Garantir acesso a serviços da rede para acolhimento de forma integrada

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017

- Aumento da identificação de casos de violência doméstica (aumento da visibilidade do fenômeno)
- Qualificação do acompanhamento a situações de violência doméstica

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Nº de famílias com situações de violência doméstica em acompanhamento PAEFI
- Nº de famílias com situações de violência doméstica em acompanhamento PAEFI desligadas ou contrarreferenciadas para a Proteção Básica por superação da violação de direitos

AÇÃO: PAEFI - Enfrentamento ao uso abusivo de Substâncias Psicoativas – PACTO DE GESTÃO

Objetivo geral:

Acompanhamento especializado e orientação de famílias e indivíduos em situação de direitos violados, articulando ações intersetoriais

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014/2017:

- Acompanhamento pelo PAEFI das famílias/indivíduos com violação de direitos em decorrência do uso de SPA
- Prestar assessoria e acompanhamento técnico e metodológico às equipes dos Serviços de Média Complexidade, através de reuniões sistemáticas com coordenadores e às equipes in loco, nos espaços de reuniões instituídas nas regiões e, diretamente, nos equipamentos, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas do SUAS
- Construção e operacionalização de fluxos de integração especialmente com a Saúde

Metas:

- Realizar em 100% dos CREAS acompanhamento às famílias com uso abusivo de substâncias psicoativas
- Qualificação do acompanhamento às famílias/indivíduos com uso abusivo de substâncias psicoativas identificadas nos territórios com demandas de Média Complexidade
- Garantir acesso a serviços da rede para acolhimento de forma integrada

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017

Qualificação do acompanhamento a situações de famílias/indivíduos com uso abusivo de substâncias psicoativas com demandas de Média Complexidade

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Nº de famílias/indivíduos com uso abusivo de substâncias psicoativas atendidas em Serviços de Média Complexidade
- Nº de famílias/indivíduos com uso abusivo de substâncias psicoativas desligadas ou contrarreferenciadas de Serviços da Média Complexidade para a Proteção Básica por superação da violação de direitos

AÇÃO: PAEFI - Ações Especializadas para Idosos

Objetivo geral:

Acompanhamento especializado e orientação de famílias e indivíduos em situação de direitos violados, articulando ações intersetoriais

Ações e estratégias correspondentes para sua implementação:

2014/2017:

- Participação no COMUI de referencia na equipe.
- Articulação intersetorial visando trabalhar a corresponsabilidade nos casos (Delegacia do Idoso, PJDDH, CRVV, Saúde).
- Acompanhamento pelo PAEFI de famílias/indivíduos com idosos em situação de violação de direitos.

Metas:

Qualificação do acompanhamento às famílias/indivíduos com idosos em situação de violação de direitos

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017

Superação das situações de violação de direitos de idosos

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Nº de famílias/indivíduos com idosos em situação de violação de direitos atendidas em Serviços de Média Complexidade
- Nº de famílias/indivíduos com idosos em situação de violação de direitos, desligadas ou contrarreferenciadas de Serviços da Média Complexidade para a Proteção Básica por superação da violação de direitos

AÇÃO: PAEFI - Ações especializadas para PCD

Objetivo geral:

Acompanhamento especializado e orientação de famílias e indivíduos em situação de direitos violados, articulando ações intersetoriais

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014/2017:

- Ampliação da capacidade de atendimento nos serviços conveniados pela FASC para pessoas com deficiência

- Discussão de projetos de assistência social voltados para jovens, adultos e idosos com deficiência, a serem executados nos diversos serviços de Média Complexidade, assim como em outras organizações não governamentais
- Articulação intersetorial visando trabalhar a corresponsabilidade nos casos (SMACIS, PJDDH, CRVV, COMDEPA – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Delegacias, entre outros)

Metas:

- Ampliação da capacidade de atendimento nos serviços conveniados pela FASC para pessoas com deficiência: 2013/n=1960 pessoas atendidas/metlas; 2014/n=2010 metas; 2015/n=2060 metas; 2016/n=2110 metas; 2017/n=2160 metas
- Priorizar acompanhamento às famílias com PCD ou indivíduos com deficiência em situação de violação de direitos em Serviços de Média Complexidade e rede conveniada

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017

Ampliação e qualificação do acompanhamento às famílias com PCD ou indivíduos com deficiência em situação de violação de direitos em Serviços de Média Complexidade e rede conveniada

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Nº de famílias com PCD ou indivíduos com deficiência em situação de violação de direitos, atendidas em Serviços de Média Complexidade
- Nº de famílias com PCD ou indivíduos com deficiência em situação de violação de direitos, desligadas ou contrarreferenciadas para a Proteção Básica por superação da violação de direitos
- Demanda reprimida identificada junto aos serviços da rede

AÇÃO: PAEFI - Enfrentamento ao Trabalho Infantil - Estabelecer sistema de Gestão do PETI na FASC

Objetivo geral:

Acompanhamento especializado e orientação de famílias e indivíduos em situação de direitos violados, articulando ações intersetoriais; erradicação do trabalho infantil; inserção das crianças e adolescentes em espaços de proteção e garantia de direitos.

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014/2017:

- Identificação e cadastramento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil através da rede socioassistencial e/ou Serviço de Abordagem Social/Ação Rua - PACTO DE GESTÃO
- Cadastramento no CadÚnico
- Inclusão em SCFV
- Inserção em acompanhamento familiar (PAEFI)
- Formação continuada da rede socioassistencial sobre trabalho infantil e articulação de fluxos de trabalho
- Coordenação da COMPETI
- Participação em fóruns pertinentes (Fórum Estadual, CEPETI)
- Projeto Piloto Criança e Adolescente Cidadãos - Ilhas (Ministério Público, SMS, SMED, CT e comunidade)

Metas

- Identificar e cadastrar 70% do total de casos de trabalho infantil apontado pelo IBGE (total identificado IBGE n=4784). Meta para atingir 70% do IBGE é n=3348. Reduzimos desta meta os já cadastrados no CADÚNICO (n=1922). Meta restante é identificar **1448 casos** em 4 anos, assim distribuídos: (**Pacto de Gestão**)

2014 = 362 casos

2015 = 362 casos

2016 = 362 casos

2017 = 362 casos

- Inserir 100 % dos casos acompanhados pela Média Complexidade em SCFV
- Inserir casos com demanda de acompanhamento PAEFI de acordo com a capacidade de atendimento
- Integração de ações voltadas para o trabalho infantil com outras secretarias municipais, especialmente Saúde e Educação
- Integração de ações voltadas para o trabalho infantil com outros órgãos e instancias municipais, metropolitanas e estaduais

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017

- Inserir casos com demanda de acompanhamento PAEFI de acordo com a capacidade de atendimento
- Integração de ações voltadas para o trabalho infantil com outras secretarias municipais, especialmente Saúde e Educação
- Integração de ações voltadas para o trabalho infantil com outros órgãos e instâncias municipais, metropolitanas e estaduais

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Nº de famílias/indivíduos com situação de trabalho infantil identificadas
- Nº de famílias/indivíduos com situação de trabalho infantil cadastradas no CadÚnico
- Nº de famílias/indivíduos com situação de trabalho infantil acompanhadas em PAEFI
- Nº de famílias/indivíduos com situação de trabalho infantil acompanhadas em PAEFI inseridas em SCFV
- Nº de famílias/indivíduos com situação de trabalho infantil acompanhadas em PAEFI desligadas ou contrarreferenciadas para a Proteção Básica por superação da violação de direitos

AÇÃO: Serviço de Abordagem Social - Implantar 100% dos serviços para população de rua - PACTO DE GESTÃO

Objetivo Geral:

Manter em funcionamento os Serviços de Abordagem Social, territorializados para população em situação de rua (crianças, adolescentes e adultos), que já abrangem 100% do município, ampliando o número de equipes de abordagem adulta na região central da Cidade.

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014/2017:

- Realização de abordagem, atendimento e acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de rua sobrevivência e/ou moradia de forma territorializada, através de Serviços de Abordagem Social instalados em cada um dos 9 CREAS já implantados e 13 equipes de Abordagem Social Serviço/Ação Rua, vinculadas aos CREAS
- Implantação de Equipe de Abordagem Social (adultos) no Centro POP 2 – Voluntários
- Implantação de equipe de abordagem social (adultos) quando da instalação do 10º CREAS

- Realização de novos censos da população em situação de rua (crianças, adolescentes e famílias) nos anos de 2014 e 2016
- Realização de campanhas educativas com o objetivo de sensibilização da comunidade para a situação de rua e esclarecimento do trabalho desenvolvido pelas instituições nos anos de 2014 e 2016
- Aprimorar o mapeamento das situações de rua identificadas nos territórios
- Desenvolver projetos territoriais para o enfrentamento da situação de rua
- Fortalecer o Cadastramento Único para pessoas em situação de rua

Metas

- Abordagem adultos: 2014 = 50 abordagens ao mês x 11 equipes x 12 meses) = 6.600 abordagens (2014-2017)/ano
- Desenvolvimento de atividades grupais no espaço da rua em pelas equipes do Centro POP e de 100% dos CREAS
- Metas abordagem crianças e adolescentes: abordar 100% das situações de rua do território
- Inserir casos de situação de rua em acompanhamento PAEFI de acordo com a demanda do território

Resultados e impactos esperados:

2014 a 2017

- Qualificação do acompanhamento desenvolvido no espaço da rua e/ou espaços alternativos
- Ampliação das ações de abordagem e qualificação do acompanhamento na região com maior número de casos (Centro)
- A redução gradual da meta de abordagem é calculada com a previsão da redução das situações de rua a partir do acompanhamento das equipes
- Desenvolver ações para integrar o Serviço de Abordagem Social de forma intergeracional (crianças, adolescentes e adultos)
- Representação Municipal na Granpal - Fórum Metropolitano sobre Situação de Rua, articulando ações intermunicipais visando qualificar o acompanhamento
- Constituir espaços de troca entre as equipes Ação Rua e abordagem social de adultos, para discussão conceitual e construção metodológica sobre a situação de rua
- Aprimorar ações voltadas para jovens dos 18 aos 24 anos
- Aprimorar o Serviço da Central Telefônica qualificando e ampliando a equipe

- Qualificar e integrar os registros dos usuários em situação de rua em um sistema informatizado

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Nº de famílias/indivíduos em situação de rua abordadas
- Nº de famílias/indivíduos em situação de rua em acompanhamento
- Nº de famílias/indivíduos em situação de rua cadastradas no CadÚnico
- Nº de famílias/indivíduos em situação de rua contrarreferenciadas para a Alta Complexidade
- Nº de famílias/indivíduos em situação de rua desligadas ou contrarreferenciadas para a Proteção Básica por superação da violação de direitos

AÇÃO: Serviço de Abordagem Social - Situação de Rua de Crianças e Adolescentes – Ação Rua

Objetivo geral:

Desenvolver ações de abordagem de crianças, adolescentes em situação de rua e/ou trabalho infantil e acompanhamento de suas famílias

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014/2017:

- Gerenciamento de casos de rua moradia - Crianças e Adolescentes
- Participação Fórum Inter-rua ampliado
- Retomar discussão do Projeto Centro Pop Adolescente
- Discutir Acolhimento Inicial territorializado

Metas:

Acompanhar 60 famílias em cada uma das 13 equipes de ação rua (esta meta também é PAEFI)

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Número de crianças/adolescentes e de famílias acompanhadas
- Número de crianças e adolescentes em situação de rua sobrevivência
- Número de crianças e adolescentes em situação de rua moradia

AÇÃO: Serviço de Abordagem Social – Adultos

Objetivo Geral:

Desenvolver ações de abordagem e acompanhamento de famílias/indivíduos em situação de rua moradia

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014/2017:

- Ampliar e qualificar as equipes metodologicamente, estabelecendo maior prioridade na execução do Serviço
- Ampliar a abordagem e o acompanhamento pela equipe de CREAS
- Constituir maior número de ações criativas nos espaços da rua
- Gerenciamento de casos de rua – Adultos
- Identificar e cadastrar pessoas em situação de rua - Ações afirmativas de cadastramento através de Busca Ativa no espaço da rua a todos usuários em situação de rua. Cadastramento nos Centros POP pela equipe de referência do CRAS Centro
- Representação da PSEMC no Comitê Intersetorial de Monitoramento do Plano de Enfrentamento à Situação de Rua
- Planejar, coordenar e participar da reunião Rede Integrada - Adultos
- Acompanhamento do Projeto de Facilitadores Sociais com avaliações periódicas e possibilidade de ampliação.

Metas:

- Cadastrar 70% (n=942) das pessoas em situação de rua identificadas na pesquisa contratada pela FASC em 2011 (n=1347) (Pacto Aprimoramento Gestão Suas):
- 2014 = 235 pessoas; 2015 = 235 pessoas; 2016 = 235 pessoas; 2017 = 235 pessoas.
- Diminuição do número de pessoas em situação de rua

Resultados e impactos esperados:

Ampliação do acesso de pessoas em situação de rua aos benefícios da política de assistência social

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Nº de pessoas em situação de rua cadastradas no CAD Único
- Nº de pessoas em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família

- Nº de indivíduos e famílias em situação de rua em acompanhamento
- Nº de pessoas adultas em situação de rua

AÇÃO: Medidas Socioeducativas - Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviços a Comunidade - PSC

Objetivo geral:

Realizar acompanhamento social qualificado a adolescentes e suas famílias durante o cumprimento da medida socioeducativa e articulação intersetorial

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014/2017:

- Execução dos acompanhamentos pelos CREAS
- Inserção em SCFV – Projovem e atividades socioeducativas (especialmente esportes e cultura)
- Acompanhamento técnico metodológicos dos CREAS pela PSEMC
- Gerenciamento de casos das MSEs
- Reunião de Fluxos - FASE
- Reunião de Fluxos - III Vara
- Estabelecer fluxos de informação do representante da FASC no Conselho Municipal de Justiça e Segurança – CONJUS com a PSEMC
- Produção de material impresso (formulários padronizados)

Metas:

- Acompanhar 100% dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas
- Incluir em acompanhamento PAEFI as famílias que necessitarem desse Serviço de acordo com as possibilidades de cada território

Resultados e impactos esperados:

- Aumento da adesão ao cumprimento da medida
- Redução do reingresso
- Superação de situações de risco

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- N° de adolescentes em cumprimento de medidas
- N° de adolescentes que concluem o cumprimento da medida
- N° de reingressos

AÇÃO: Medidas Socioeducativas - Cursos profissionalizantes territorializados em articulação com PRONATEC

Objetivo geral:

Proporcionar aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa a oportunidade de realização de cursos visando a formação e/ou qualificação para o mercado de trabalho, em articulação com PRONATEC

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014/2017:

- Elaboração de projeto aos moldes do projeto PEMSE no Futuro, realizado em 2012/13, com viabilização de vagas em articulação com PRONATEC
- Prever acompanhamento técnico da inserção e permanência dos adolescentes nos cursos

Metas:

Inserir 20% dos jovens do Serviço de Medidas em cursos ao longo de cada ano

Resultados e impactos esperados:

- Aumento da adesão ao cumprimento da medida
- Redução de reingressos
- Superação de situações de risco
- Adesão dos jovens aos cursos até sua conclusão
- Aproximação dos jovens ao mercado de trabalho

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- N° de adolescentes em cumprimento de medidas
- N° de adolescentes inseridos nos cursos
- N° de adolescentes que concluem os cursos
- N° de adolescentes inseridos no mercado de trabalho
- N° de reingressos

AÇÃO: Medidas Socioeducativas - Oficinas para adolescentes e familiares

Objetivo Geral:

Qualificar o acompanhamento social a adolescentes e suas famílias durante o cumprimento da medida socioeducativa através de oficinas e dispositivos grupais

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014/2017:

Elaboração de projeto técnico em conjunto com as equipe dos CREAS, contemplando a aquisição de materiais e lanches

Metas:

Realização de oficinas para adolescentes e para familiares em 100% dos CREAS

Resultados e impactos esperados:

- Aumento da adesão ao cumprimento da medida
- Redução de reingressos
- Superação de situações de risco

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Nº de oficinas realizadas nos CREAS
- Nº de adolescentes em cumprimento de medida
- Nº de adolescentes encaminhados para oficinas
- Nº de adolescentes com participação efetiva nas oficinas
- Nº de familiares com participação nas oficinas

AÇÃO: Medidas Socioeducativas – Qualificação e ampliação do convênio com unidades de execução

Objetivo geral:

Qualificar os convênios através da ampliação de vagas e de repasse de recursos para aprimorar o acompanhamento oferecido pelas Unidades de Execução das MSE de PSC.

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014/2017:

- Elaboração de projeto
- Prestar assessoria e acompanhamento técnico e metodológico às equipes dos CREAS, através de reuniões sistemáticas com coordenadores e equipes in loco, nos espaços de reuniões instituídas nas regiões e, diretamente, nos equipamentos, de acordo com as diretrizes e orientações técnicas do SUAS
- Prestar assessoria e acompanhamento técnico e metodológico às Unidades Executoras pelos CREAS, através de reuniões sistemáticas
- Sensibilizar outros espaços para ampliação do número de vagas em novas unidades de execução (entidades governamentais e não governamentais)
- A qualificação das Unidades executora dar-se-á, também, através de processos de formação continuada já descritos em ação específica
- Estimular as unidades executoras e outras organização a elaborarem projetos que possam concorrer em editais do Funcrância

Metas:

- Abertura de 300 novas vagas para PSC (temos 500 e há demanda reprimida para mais 300)
- Qualificar a execução das Medidas

Resultados e impactos esperados:

- Qualificação do acompanhamento
- Diminuição de reingressos
- Desenvolvimento de novos projetos de vida dos adolescentes

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- N° de Unidades de Execução
- Proporção de vagas e demanda
- N° de evasões de PSC
- N° de projetos de UEs contemplados em editais Funcrância

AÇÃO: Medidas Socioeducativas - Conselho Gestor MSE

Objetivo Geral:

Garantir o funcionamento e fortalecimento do Conselho Gestor das MSE, que tem a função de articular ações intersetoriais visando a inclusão de adolescentes em serviços da Rede de Proteção

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014/2017:

- Manutenção de encontros mensais, com representação efetiva das instâncias participantes
- Instituir grupo de representantes municipais dentro do Conselho Gestor, que faça a gestão junto com a FASC
- Ampliar a oferta de espaços e serviços socioeducativos junto a diferentes instâncias governamentais e não governamentais que promovam a inclusão dos adolescentes
- Articulação com órgãos de segurança visando reduzir o alto índice de violência, homicídios e desaparecimentos envolvendo adolescentes com MSE e em situação de rua

Metas:

- Garantir a realização de reuniões sistemáticas
- Constituir encaminhamentos específicos por cada secretaria municipal participante

Resultados e impactos esperados:

- Maior articulação intersetorial
- Ampliação da oferta de espaços e serviços socioeducativos junto a diferentes instâncias governamentais e não governamentais
- Qualificação da execução e do acompanhamento das medidas
- Redução de reingressos

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Nº de reuniões realizadas
- Nº de participantes/instituições com participação efetiva no Conselho Gestor
- Ações conjuntas elaboradas e concretizadas pelo Conselho Gestor

AÇÃO: Medidas Socioeducativas – Núcleo de Justiça Restaurativa na FASC

Objetivo Geral:

Instituir e manter Núcleo de Justiça Restaurativa na FASC, inspirado pelo projeto Justiça no Século XXI, de modo a constituir metodologias de comunicação e práticas não violentas (círculos restaurativos/círculos de diálogo) que contribuam com a superação dos danos derivados da ocorrência de atos infracionais.

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014/2017:

- Participação de representantes de CREAS e PSEMC no núcleo de estudos do projeto Justiça no Século XXI
- Participar da Comissão Municipal de Processos Restaurativos
- Elaborar projeto de Núcleo de Justiça Restaurativa na FASC em conjunto com CREAS e demais Serviços de Média Complexidade
- Sensibilizar profissionais das diferentes áreas através de formação (já prevista em ação específica) e discussões nos espaços de reunião e assessoria da Proteção, uma vez que a execução dos procedimentos circulares implica adesão voluntária à concepção do Projeto
- Realizar os círculos restaurativos/círculos de diálogo em conjunto com os Núcleos de Justiça Restaurativa já existentes (FASE, JIJ, JIN, Justiça Restaurativa Comunitária)
- Utilizar o sistema informatizado vinculado ao projeto Justiça no Século XXI como recurso de registro das ações desenvolvidas pelo Núcleo da FASC, de acordo com as possibilidades das equipes
- Utilizar os processos de formação continuada, existentes para o compartilhamento das experiências restaurativas desenvolvidas pelas equipes

Metas:

- Realizar círculos restaurativos/círculos de diálogo em 100% dos CREAS
- Utilizar o sistema informatizado para o registro dos círculos restaurativos/círculos de diálogos realizados

Resultados e impactos esperados:

- Qualificação do acompanhamento
- Diminuição de reingresso de atos infracionais

- Desenvolvimento de novos projetos de vida dos adolescentes
- Utilização do diálogo como recurso para trabalhar as relações conflituosas
- Fortalecimento dos vínculos familiares

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Nº de círculos restaurativos/círculos de diálogo realizados por CREAS
- Nº de círculos restaurativos/círculos de diálogo registrados no sistema informatizado
- Percentual de adolescentes participantes de círculos restaurativos/círculos de diálogo que concluíram a medida
- Percentual de adolescentes participantes de círculos restaurativos/círculos de diálogo que reingressaram

AÇÃO: Centro POP

Objetivo geral:

Atendimento especializado à população adulta em situação de rua.

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014/2017:

- Centro Pop I – Centro (Érico Veríssimo)
- Centro Pop II – Centro (Voluntários da Pátria)
- Casa convivência
- Acolhimento
- Atendimento psicossocial (visita domiciliar, atendimento individual, grupal)
- Oficinas e atividades culturais, passeios
- Atividades físicas e recreativas
- Assembléias, rodas de conversa, atividades grupais
- Oferta de alimentação, vestuário e higiene pessoal
- Atividades voltadas para o mundo do trabalho e inclusão produtiva
- Ações integradas com outras políticas públicas (saúde, educação, habitação, cultura, entre outras)

Metas:

- Centro Pop I - Érico Veríssimo - 60 atendimentos/dia
- Centro Pop II – Voluntários - 160 atendimentos/dia

Resultados e impactos esperados:

- Ampliação e qualificação do atendimento às pessoas em situação de rua adultas oferecendo espaços de convivência, proteção e construção de cidadania
- Maior e mais efetivo acesso à população em situação de rua como forma de garantir seu acompanhamento e garantia de direito

Indicadores

- Nº de indivíduos e famílias em acompanhamento
- Nº de indivíduos em situação de rua no CAD Único

AÇÃO: Centro Dia do Idoso

Objetivo geral

Atendimento especializado a idosos em situação de violação de direitos

Ações e estratégias para implementação da ação:

2014/2017:

- CDI - Nascer do Sol - Zona Norte
- CDI - Portal da Felicidade - Zona Sul
- Acolhimento
- Atendimento psicossocial com o idoso e com a família (visita domiciliar, atendimento individual, grupal)
- Oficinas culturais
- Atividades físicas e recreativas
- Assembléias, rodas de conversa
- Oferta de alimentação
- Transporte (busca e retorno do idoso que necessitar)

Metas

- CDI - Nascer do Sol - Zona Norte - 25 atendimentos/dia
- CDI - Portal da Felicidade - Zona Sul - 30 atendimentos/dia

Resultados e impactos esperados

Ampliação e qualificação do atendimento aos idosos em situação de violação de direitos oferecendo espaços de convivência e proteção

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Número de idosos acompanhados

4.2.6 QUADRO II - RECURSOS HUMANOS PSEMC/CREAS

GRUPO	TA	TA	TE	TE	TE	TE	TE	TE	TE	TE	TE	TE	TS	TS	TS	TS	AT	AT	AT	AT	AT	AT										
PADRÃO	NS	NS	NS	NS	NS	NS	NS	NS	NS	NS	NS	NS	NS	NS	NS	NS	06	06	06	06	06	06										
CARGO	ADVOGADO **		TÉCNICO QUÍMICA *		PEDAGOGO *		SOCIÓLOGO *		EDUCADOR FÍSICO		TERAPEUTA OCUPACIONAL		ASSISTENTE SOCIAL		PSICÓLOGO		ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		MONITOR *		EDUCADOR SOCIAL **		ESTAGIÁRIO NM		ESTAGIÁRIO NS		TÉCNICO SOCIAL		EDUCADOR SOCIAL		Total RH necessário – acompletar/substituir por serviço	
	Existente	A completar /substituir	Existente	A completar	Existente	A completar	Existente	A completar	Existente	A completar	Existente	A completar	Existente	A completar/ substituir	Existente	A completar/ substituir	Existente	A completar /substituir	Existente	A completar	Existente	A completar/ substituir	Existente	A completar	Existente	A completar	Existente	A completar	Existente	A completar		
PSEMC	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	1	3	2	1	2	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	6
CREAS 10 (a implantar)	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3	0	2	0	0	0	8	0	1	0	2	0	0	0	0	0	20
CREAS CENTRO	1	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	3	0	2	1	1	1	3	0	8	4	1	0	2	0	10	0	14	0	7	
CREAS EIXO BALTAZAR	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	2	1	1	2	0	0	4	4	1	0	2	0	3	0	4	0	8	
CREAS GLORIA	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0	1	2	1	1	0	0	4	4	1	0	2	0	6	0	8	0	8	
CREAS LESTE	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	2	2	2	2	0	0	4	4	1	0	2	0	6	0	8	0	9	
CREAS LOMBA	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1	2	1	1	0	0	4	4	1	0	2	0	3	0	4	0	9	
CREAS NORTE	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	1	2	1	2	0	0	4	4	1	0	2	0	3	0	4	0	9	
CREAS PARTENON	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	2	2	1	1	1	0	0	4	4	1	0	2	0	3	0	4	0	9	
CREAS RESTINGA	1	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	2	2	1	1	1	0	0	4	4	1	0	2	0	3	0	4	0	9	
CREAS SUL CENTRO SUL	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	3	0	2	1	0	0	4	4	1	0	2	0	3	0	4	0	9	

CENTRO POP I	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	1	1	1	0	7	0	0	1	1	0	3	0	0	0	0	0	5
CENTRO POP II ****	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5	2	1	2	0	1	0	0	10	8	1	0	7	0	0	0	0	0	14
CENTRO DIA IDOSO I	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	1	1	1	3	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	5
CENTRO DIA IDOSO II *****	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	3	3	0	1	0	1	0	0	0	0	9
Total RH existente e necessário (a completar/substituir) por cargo:	9	10	2	0	8	0	1	0	2	0	1	4	30	19	21	21	16	17	13	0	53	56	11	5	30	4	40	0	54	0	136

Observações:

*Há profissionais dos Cargos Técnico em Química, Pedagogo, Sociólogo e Monitor, cargos esses não previstos no reordenamento. Quando do efetivo ingresso de novos profissionais nos CREAS, estas vagas deverão ser consideradas.

** Os cargos de Advogado e Educador Social estão preenchidos em 2013 através do convênio com a SOME. Deverão ser substituídos por profissionais que sejam do quadro

*** Os cargos do Ação Rua são preenchidos através de convênio com diversas entidades. Necessário manter os convênios, pois os cargos não estão previstos no reordenamento.

**** O Centro POP II Conta com a seguinte equipe contratada: 4 Assistentes Sociais, 1 Psicólogo, 10 educadores sociais

***** O CDI II conta com a seguinte equipe contratada: 1 Assistente Social, 1 Psicólogo, 1 Educador Físico, 03 educadores sociais, 1 assistente administrativo

A discutir: distribuição das vagas de educador social entre CREAS Centro e 10º CREAS.

Algumas colunas aparecem como “a completar /substituir” - em razão de constar o número de novos profissionais que faltam para completar o quadro, bem como o nº de profissionais que devem ser substituídos considerando o tipo de vínculo atual. Ex: educadores sociais hoje são conveniados, devendo ser substituídos por educadores do quadro próprio da Fundação, não podendo ser somados aos existentes hoje.

4.3 REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – PSEAC

A Coordenação de Proteção Social Especial de Alta Complexidade é responsável por coordenar a rede de acolhimento institucional e serviços para crianças e adolescentes e para população adulta e idosa, no intuito de garantir a proteção integral às famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, em situação de ameaça, necessitando serem retirados de seu núcleo familiar e comunitário, tais como o acolhimento para criança e adolescente, adultos, albergue, família acolhedora, família substituta e instituição de longa permanência.

A equipe é formada por 01 coordenadora, 07 profissionais de nível superior, 02 de nível médio, 01 assistente administrativa e 01 estagiária de nível superior, a quem referenciam os projetos, serviços e programas em execução, representam a instituição em fóruns e representações e atuam como retaguarda para a execução das ações da rede de proteção social especial de alta complexidade no município.

A rede de Alta Complexidade é formada por serviços destinados às crianças e adolescentes, adultos, idosos e pessoas com deficiência. Sendo que estes dois últimos segmentos são atendidos, exclusivamente, pela rede conveniada.

4.3.1 Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Criança e Adolescente:

A rede de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes de Porto Alegre, gestados pela FASC, teve início em 1994. Desde sua criação até os dias atuais esta rede está em permanente expansão, seja através da implantação de serviços próprios, ou por conveniamentos com organizações não-governamentais. Nos últimos sete anos este crescimento se deu de forma ainda mais intensa. Em 2006 teve início o reordenamento da rede através da abertura de novas vagas através da implantação de (05) cinco casas lares.

Em 2008, a partir do Projeto Figueira², foram implantados 08 Abrigos Residenciais Municipais (ARMs) e 2 Abrigos Institucionais para adolescentes do sexo masculino, totalizando a abertura de 92 vagas na rede própria. Esta implantação, sem dúvida, significou um avanço importante para a rede, pois, permitiu que fossem encerrados os serviços que ainda funcionavam em uma lógica de serviços de médio porte. Além disto, trouxe uma proposta de atendimento mais qualificada, para pequenos grupos de crianças e adolescentes em unidades residenciais. Cada

² Projeto realizado, em 2007, por um Grupo de Trabalho composto pelas equipes técnicas dos abrigos da rede própria, com representação da monitoria e de outros setores da FASC e foi discutido e aprovado pelo CMAS e CMDCA.

ARM foi planejado para atender até 15 metas. No ano de 2010 foram abertas 124 metas, em 2011, 152 metas e em 2012, 24 metas. No corrente ano, até agosto, já foram criadas 42 metas e aditadas, de forma temporária, 25 metas.

Atualmente, a rede de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes é composta por 66 serviços, sendo 12 abrigos próprios, 09 abrigos conveniados e 45 casas lares, todas executadas por entidades não governamentais, totalizando 783 metas. Abaixo estão descritas as ações planejadas para o período:

4.3.1.1 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES:

AÇÃO: Reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes

Objetivo geral:

Qualificar a rede de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes

Meta

Reordenar 100% dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em conformidade com a pactuação da CIT e resoluções do CNAS – Pacto de Gestão

AÇÃO: Ampliação da Rede de Acolhimento Institucional

A demanda crescente por acolhimento que se enfrenta nos últimos anos, faz com que os abrigos municipais se mantenham com sobrelotação, apesar dos projetos técnicos indicarem a quantidade de acolhidos dentro dos parâmetros estipulados, tendo em vista que o município acolhe as demandas do Poder Judiciário. Sendo assim, aponta-se a necessidade de ampliação da rede, tendo em vista que atualmente dispomos de 783 metas de atendimento e 1026 crianças e adolescentes acolhidas.

Objetivo geral:

Garantir o atendimento personalizado e em pequenos grupos, através de unidades de atendimento para no máximo 20 crianças e/ou adolescentes, procurando sempre que possível, localizar os espaços de acolhimento referenciando-os por região da assistência social do município.

Ações e estratégias para a implementação da ação:

- revisão dos projetos técnicos existentes adequando as normativas relativas aos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes;
- implantação de novas modalidades de atendimento;
- construção do projeto de Apadrinhamento Afetivo buscando novas alternativas de acompanhamento às crianças e adolescentes acolhidos;

Metas:

Período	Modalidade	Unidades	Total/vagas
2014	Abrigo Institucional	2	40
	Apadrinhamento Afetivo	1	200
2015	Abrigo Institucional	2	40
2016	Abrigo Institucional	2	40
	Acolhimento Familiar	1	20
2017	Abrigo Institucional	1	20

Resultados e impactos esperados:

- Qualificação do atendimento através da ampliação de vagas buscando atender a crescente demanda por acolhimento;
- Buscar a diminuição da demanda por acolhimento através da maior interlocução com as equipes dos territórios, garantindo o atendimento de todas as famílias que apresentem esta situação;

Recursos materiais:

Aquisição de materiais permanentes para implantação dos abrigos institucionais, materiais de alojamento, vestuário, pedagógicos, educativos, esportivos, higiene e limpeza e gêneros alimentícios.

Indicador de monitoramento e avaliação

- Número de acolhimentos
- Número de contrarreferenciamentos na rede / desligamentos

AÇÃO: Manutenção e Qualificação da Rede de Acolhimento Institucional

Objetivo geral:

Garantir o atendimento personalizado e em pequenos grupos, através de unidades de atendimento para, no máximo, 20 crianças e/ou adolescentes, procurando sempre que possível, localizar os espaços de acolhimento referenciando-os por região da assistência social do município.

Ações e estratégias para a implementação da ação:

- Revisão dos projetos técnicos existentes adequando as normativas relativas aos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes e reordenamento da rede própria existente, para núcleos de dois (02) serviços cada, possibilitando melhor acompanhamento da coordenação e da equipe técnica dos espaços;
- Ampliação do quadro de recursos humanos (técnicos sociais) para os serviços existentes, propiciando qualificação no acompanhamento e desligamento das crianças e adolescentes acolhidos, de acordo com o reordenamento da FASC
- Formação permanente para os trabalhadores dos serviços de acolhimento institucional
- Participação no Comitê Gestor das regiões da Assistência Social, fortalecendo o acompanhamento dos casos com a integração das equipes das Proteções (Básica, Média e Alta) a fim de garantir o atendimento de todas as famílias que tenham crianças e/ou adolescentes acolhidos;
- Articulação com a Coordenação de Monitoramento e Avaliação buscando a interface entre a PSEAC e os supervisores da Alta Complexidade;
- Interlocução constante com o Juizado da Infância e Juventude, buscando a qualificação dos encaminhamentos das situações de acolhimento, bem com dos desligamentos;
- Colaboração com o Juizado da Infância e Juventude na realização das Audiências Concentradas, conforme prevê o ECA, tentando agilizar o desligamento das crianças e adolescentes acolhidos;
- Qualificação do Núcleo de Acolhimento³ através da revisão do Projeto Técnico e ampliação da equipe.

³ Serviço dentro da PSEAC que monitora as vagas da rede de serviços e recebe as demandas para acolhimento institucional.

Metas

Período	Modalidade	Unidades	Total/vagas
2014	Abrigo Institucional	22	404
	Casa Lar	46	400
2015	Abrigo Institucional	22	404
	Casa Lar	46	400
2016	Abrigo Institucional	22	404
	Casa Lar	46	400
2017	Abrigo Institucional	22	404
	Casa Lar	46	400

Resultados e impactos esperados

- Qualificar o atendimento em pequenos grupos, propiciando um trabalho individualizado;
- Garantir o atendimento conforme prevê o SUAS e as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes;
- Acompanhamento de todas as famílias que estão acolhidas através da interlocução com a rede socioassistencial.

Recursos materiais

Aquisição de materiais de alojamento, vestuário, pedagógico, esportivo, higiene e limpeza e gêneros alimentícios.

Indicador de monitoramento e avaliação:

- Número de acolhimentos
- Número de contrarreferenciamentos para a rede / desligamentos

4.3.2 Rede de Proteção Social Especial Alta Complexidade – Indivíduos Adultos em Situação de Rua

O serviço de acolhimento institucional - abrigo para indivíduos é uma modalidade de atendimento de proteção integral, em caráter transitório, para adultos, homens e mulheres, em situação de rua. O serviço se constitui em um local de referência, para o suprimento das necessidades básicas, tais como: moradia, alimentação, higiene e vestuário.

Atualmente, a FASC conta com 04 abrigos, sendo 2 próprios (Abrigo Marlene e Bom Jesus) e 2 conveniados com as entidades da sociedade civil (Abrigo Lar Emanuel feminino e Casa Viva com Esperança).

O serviço de acolhimento institucional albergue se caracteriza por oferecer, pelo período de 12 horas, atendimento à população adulta em situação de rua, tais como: alimentação, higiene, vestuário, convivência, pernoite e endereço institucional. A FASC conta com 3 Albergues, 1 próprio (Albergue Municipal) e 2 conveniados com as Entidades da Sociedade Civil (Irmandade Monsenhor Felipe Diel e Instituto Espírita Dias da Cruz).

Para os próximos 4 anos estão previstos a implantação de mais um abrigo para indivíduos e a revisão dos valores do repasse para os convênios, além da revisão, se faz necessária a equiparação e isonomia desses valores.

Rede de serviços de acolhimento institucional municipal

Nome	Unidade	Público	Metas/ vagas	Espécie-
Abrigo Municipal Marlene	01	Masculino feminino	60	Próprio
Abrigo Municipal Bom Jesus	01	Masculino/ Feminino	60	Próprio
Abrigo Lar Emanuel	01	Feminino	50	Conveniado
Abrigo Viva com esperança	01	Masculino	15	Conveniado
Albergue Municipal	01	Masculino/ feminino	120	Próprio
Albergue Felipe Diel	01	Masculino/ feminino	145	Conveniado
Albergue Dias da Cruz	01	Masculino/ feminino	90	Conveniado

4.3.2.1 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES:

AÇÃO: Ampliação de metas nos Albergues pelo período de 4 meses, de 1º de junho a 30 setembro.

Objetivo geral:

Ampliar o número de vagas para o acolhimento institucional nos albergues, devido às intempéries que ocorrem no período do inverno quando aumenta a incidência de doenças respiratórias, agravando o estado de saúde da população em situação de rua.

Ações e estratégias para a implementação da ação:

- Discussão com a rede integrada da Proteção Social Especial (ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, CREAS E CENTRO POP);
- Elaboração do projeto;
- Apresentação e aprovação do Projeto no CMAS;
- Continuidade do processo de formação permanente para as equipes técnicas dos serviços;
- Articulação com a Coordenação de Monitoramento e Avaliação buscando a interface entre a PSEAC e os supervisores da Alta Complexidade;
- Fortalecimento da rede integrada dos serviços próprios e conveniados da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade;
- Interlocução e articulação com as políticas de saúde, habitação, educação entre outros;
- Discussão com a rede conveniada, por meio do GT Vínculo SUAS, para readequação dos serviços e equiparação dos valores dos convênios.
- Organização das vagas dos abrigos, através do núcleo de acolhimento, na destinação das mesmas para o Albergue Municipal;
- reuniões de avaliação durante a realização da operação inverno com os serviços envolvidos.

Metas:

2014 - 100	2015 - 100	2016 - 100	2017 - 100
------------	------------	------------	------------

Resultados e impactos esperados:

- Qualidade do acolhimento institucional para população adulta em situação de rua;
- Ampliação da oferta de vagas para população;
- Qualidade da interlocução entre os serviços da rede de proteção;

- Atendimento das demandas reivindicadas pela população usuária;
- Proteção para evitar o agravamento da saúde da população em situação de rua no período do inverno.

Recursos materiais:

- Aquisição de materiais de alojamento, vestuário, higiene e limpeza e gêneros alimentícios.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Número de pessoas acolhidas;
- Número de pessoas contrarreferenciadas para a rede de serviços;

AÇÃO: Manutenção, Qualificação e Ampliação do Serviço de Acolhimento Institucional População Adulta-Modalidade Abrigo para Indivíduos.

Objetivo geral:

Garantir o acolhimento institucional para adultos em situação de rua na cidade de Porto Alegre, homens e mulheres.

Ações e estratégias para a implementação da ação:

- Execução do atendimento, conforme previsão do Plano Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua⁴ em (2011);
- Participação do Comitê de Enfrentamento à Situação de Rua⁵ (2011);
- Reforma física dos prédios dos Abrigos Municipais, Marlene e Bom Jesus, a fim de adequação dos quartos, salas de atendimento, áreas administrativas, áreas de convívio e banheiros;
- Continuidade do processo de formação permanente para as equipes técnicas dos serviços;
- Revisão da metodologia aplicada aos acompanhamentos à população em acolhimento institucional, com vistas à qualificação;

⁴ Ferramenta de gestão que compreende uma série de ações públicas de diversas políticas sociais, voltadas para o atendimento das pessoas em situação de rua, (FASC -2011).

⁵ Comitê intersetorial criado pelo **decreto 17.111, de 20 de junho de 2011, com o objetivo de coordenar o processo de discussão, proposição e implementação da Política de Assistência Social no Município de Porto Alegre, no que se refere às pessoas em situação de rua. Com a participação de várias secretarias de política social, da sociedade civil e da população usuária (Porto Alegre, junho de 2011)**

- Participação no Comitê Gestor das regiões, das reuniões de regionalização e de referência e contrarreferência da assistência social, a fim de fortalecer a integração das equipes e discussões de casos;
- Articulação com a Coordenação de Monitoramento e Avaliação buscando a interface entre a PSEAC e os supervisores da Alta Complexidade;
- Fortalecimento da rede integrada dos serviços próprios e conveniados da Proteção Social Especial de média e Alta Complexidade;
- Interlocução e articulação com as políticas de saúde, habitação, educação entre outros;
- Qualificação do Núcleo de Acolhimento⁶ através da revisão do projeto técnico e ampliação da equipe;
- Discussão com a rede conveniada, por meio do GT Vínculo SUAS, para readequação dos serviços e equiparação dos valores dos convênios.

Metas

Período	Modalidade	Unidades	Total/vagas
2014	Implantação de mais um abrigo	01	60
	Recuperação do espaço físico do Abrigo Municipal Marlene-	01	60
2015	Recuperação do espaço físico do Abrigo Bom Jesus	01	60
2016	Manutenção dos serviços		
2017	Manutenção dos serviços		

Resultados e impactos esperados:

- Qualidade do acolhimento institucional para população adulta em situação de rua;
- Ampliação da oferta de vagas para população;
- Qualidade da interlocução entre os serviços da rede de proteção;
- Diminuição do tempo de espera para o acolhimento institucional;
- Melhorias das condições estruturais dos espaços físicos dos abrigos, favorecendo espaços mais salubres de acolhimento, convivência e trabalho, para usuários e trabalhadores;
- Atendimento das demandas reivindicadas pela população usuária.

⁶ Serviço dentro da PSEAC que monitora as vagas da rede de serviços e recebe as demandas para acolhimento institucional.

Recursos materiais:

Aquisição de materiais de alojamento, vestuário, pedagógico, esportivo, higiene e limpeza e gêneros alimentícios.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Número de pessoas em acolhimento institucional;
- Número pessoas contrarreferenciadas para CREAS e CRAS;
- Número de solicitação de acolhimento institucional.

4.3.3 Rede de Proteção Social Especial Alta Complexidade - Família

O serviço de Acolhimento Institucional, modalidade Abrigo para Famílias em situação de vulnerabilidade e risco social implantado em Porto Alegre, em fevereiro de 2012 se caracteriza por garantir um espaço que privilegia o atendimento social de forma singular, que respeita a realidade, limitações e potencialidades. O serviço visa qualificar o atendimento, oferecendo local de referência em unidade institucional semelhante a uma residência, com atendimento social, além do suprimento de suas necessidades básicas como, moradia provisória, alimentação, repouso, higiene e vestuário.

A rede também é composta por um serviço conveniado que, implantado desde 2008, acolhe esta demanda.

Rede de Serviços de Acolhimento Institucional Modalidade Abrigo para Famílias:

Serviço	Unidade	Público	Metas	Espécie
Abrigo para Mulheres e filhos	01	Mulheres e filhos	30	Convênio
Abrigo para famílias	01	Famílias extensas	20	Próprio

4.3.3.1 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES:

AÇÃO: Manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional-Modalidade Abrigo para família.

Objetivo geral:

Manutenção dos serviços de acolhimento institucional para famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

Metas:

Manutenção dos serviços.

Resultados e impactos esperados:

- Organização das famílias nos cuidados das atividades da vida diária, com a saúde e com seus filhos;
- Inclusão nos programas sociais de: trabalho e geração de renda, de benefícios eventuais, aluguel social, Minha Casa-Minha Vida;
- Inclusão das crianças e adolescente na rede escolar;

Recursos materiais:

Aquisição de matérias de alojamento, escolares, de consumo, cozinha, vestuário e permanentes.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Número de famílias acolhidas;
- Número de famílias incluídas em programas sociais.

4.3.4 Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Repúblicas

As Repúblicas têm como objetivo oferecer proteção, apoio e moradia transitória subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 anos, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de manter uma moradia de maneira individualizada. Espaço físico que comporta 02 unidades que garantem o acolhimento de 24 pessoas, sendo uma para jovens adultos (18 até 29 anos) e outra para adultos de (30 a 59 anos), para homens e mulheres.

Rede de serviços de Acolhimento Institucional Modalidade República:

Serviço	Unidade	Público	Metas	Espécie
República- 1	01	Masculino/ feminino de 18 a 29 anos.	12	Convênio
República- 2	01	Masculino/ feminino de 29 a 59 anos.	12	Convênio

4.3.4.1 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

AÇÃO: Implantação e manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional-Modalidade República para Jovens e Adultos.

Objetivo geral:

Implantar mais duas Repúblicas para o atendimento de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade e risco social, com os vínculos familiares rompidos ou fragilizados, oriundos dos serviços de acolhimento institucional para criança e adolescentes; e para adultos em processo de saída das ruas e do acolhimento institucional.

Metas

Período	Modalidade	Unidades	Total/ vagas
2014	Implantação República para Adultos.	01	12
	Manutenção	03	36
2015	Implantação República para jovens -adultos.	01	12
	Manutenção	04	48
2016	Manutenção.	04	48
2017	Manutenção.	04	48

Resultados e impactos esperados:

- A saída das ruas e diminuição da alternância entre a rua e abrigo;
- Servir de retaguarda para jovens egressos dos abrigos para crianças e adolescentes;
- Atendimento das demandas da população adulta em situação de rua, através das Conferências Municipais de Assistência Social;
- Qualidade do atendimento em pequenos grupos;

Recursos materiais:

Aquisição de materiais de alojamento, permanentes e de cozinha.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Número de pessoas em acolhimento;
- Número de jovens egresso do Serviço de acolhimento de criança e adolescente;
- Superação da situação de rua.

4.3.5 Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Pessoa com Deficiência –PCD

A Fundação de Assistência Social e Cidadania mantém convênios com Instituições Não Governamentais em Porto Alegre, que desenvolvem o programa de Abrigagem (neuro-lesionados) em caráter permanente possibilitando às pessoas com deficiência a garantia dos seus direitos básicos, conforme Política Nacional da Assistência Social, para a integração de pessoas com deficiência.

4.3.5.1 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES:

AÇÃO: Acolhimento à pessoa com deficiência

Objetivos gerais:

- Qualificar o atendimento de acolhimento (neuro-lesionados), à pessoa com deficiência, prestado pelas entidades conveniadas com a FASC.
- Garantir o direito à convivência familiar, através da priorização do trabalho de revinculação com a família, e sempre que possível e, quando isto não for possível oferecer alternativas.
- Viabilizar, através da concessão de recursos financeiros, suporte para manutenção dos serviços conveniados.

Ações e estratégias para a implementação da ação:

- Contribuir no acompanhamento às entidades conveniadas, por meio de Supervisão Técnica do PCD;
- Propiciar sempre a convivência, por meio do contato com o contexto social local e da utilização dos serviços disponíveis na rede, evitando o isolamento social e o atendimento das demandas de saúde, lazer, educação, assistência social, entre outros;
- A interdisciplinaridade da equipe técnica;
- Articulação entre as Proteções Básica e Especial e com a Coordenação de Monitoramento e Avaliação;
- Articulação intersetorial com as outras políticas sociais, tais como, habitação, educação, saúde, entre outros;
- Articulação e interlocução regionalizada no acompanhamento dos casos;

- Discussão com a rede conveniada por meio do GT Vínculo SUAS, sobre o reordenamento da mesma, na lógica de readequação dos serviços conveniados, obedecendo as diretrizes do SUAS e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009);
- Construção de Projeto Técnico.
- Participação junto aos Conselhos e Fóruns de referência, como o COMDEPA e Fórum de PCD.

Metas:

- Ampliação de 20 metas em 2014
- Elaboração de Projeto Residencial Inclusivo para PCD
- Implantação de Residencial Inclusivo para PCD em 2015

Resultados e impactos esperados:

- Qualificação do atendimento através da ampliação de vagas buscando atender a crescente demanda por acolhimento;
- Buscar a diminuição da demanda por acolhimento através da maior interlocução com as equipes dos territórios, garantindo o acompanhamento de todas as famílias que apresentem esta situação;
- Fortalecer o papel do Técnico de Referência de PCD da PSEAC como profissional norteador do trabalho técnico da alta complexidade a este público;
- Acompanhar as vagas conveniadas disponíveis na rede de Acolhimento Institucional para PCD, centralizando o ingresso de idosos novos por meio do Núcleo de Acolhimento.

Recursos materiais:

Na rede de Acolhimento Institucional para PCD os recursos de materiais são adquiridos pelas entidades conveniadas, com o intuito de qualificar o atendimento e acolhimento.

Recursos financeiros:

São repasses do Fundo Nacional e Fundo Municipal que mantêm estas metas.

4.3.6 Rede de Proteção Social Especial Alta Complexidade - Idoso

Acolhimento para idosos com 60 ou mais de ambos os sexos, independentes com autonomia para as atividades da vida diária, embora exista demanda para acolhimento de idosos com diversos graus de dependência.

4.3.6.1 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

AÇÃO: Manutenção e Qualificação do Serviço de Acolhimento para Idosos em Instituições de Longa Permanência - ILPIs

Objetivo geral:

Oferecer acolhida em espaço de moradia garantindo a proteção integral a idosos com vínculos familiares e ou comunitários rompidos ou fragilizados em situação de vulnerabilidade e risco social.

Ações e estratégias para a implementação da ação:

- Garantir o direito à convivência familiar, através da priorização do trabalho de revinculação com a família e, quando isto não for possível, oferecer alternativas de acolhimento.
- Propiciar a convivência comunitária, por meio do contato com o contexto social local e da utilização dos serviços disponíveis na rede, evitando o isolamento social e o atendimento das demandas de saúde, lazer, educação, assistência social, entre outros;
- A interdisciplinaridade da equipe técnica;
- Articulação entre as Proteções Básica e Especial e também com a Coordenação de Monitoramento e Avaliação;
- Articulação intersetorial com as outras políticas sociais, tais como, habitação, educação, geração de renda, saúde, entre outros;
- Propor um GT com as Proteções Sociais Básica, Especiais de Média e de Alta Complexidade, em conjunto com a SMS, a Secretaria Adjunta do Idoso para discussão de situações de idosos dependentes que necessitam de acolhimento institucional de longa permanência em caráter de Clínica Geriátrica;
- Articulação e interlocução regionalizada no acompanhamento dos casos;

- Discussão com a rede conveniada por meio do GT Vínculo SUAS, sobre o reordenamento da mesma, na lógica de readequação dos serviços conveniados, obedecendo as diretrizes do SUAS e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009);
- Qualificação e interlocução do Núcleo de Acolhimento⁷
- Construção de Projeto Técnico.
- Contribuir no acompanhamento às entidades conveniadas, por meio da Técnico de Referência do Idoso da PSEAC;
- Participação junto à Secretaria adjunta do idoso, promovendo discussões e propondo alinhamento das ações;
- Participação junto aos Conselhos e Fóruns de referência, como o COMUI e Fórum do Idoso.

Resultados e impactos esperados:

- Qualificação do atendimento através da ampliação de vagas buscando atender a crescente demanda por acolhimento;
- Diminuição da demanda por acolhimento através da maior interlocução com as equipes dos territórios, garantindo o atendimento de todas as famílias que apresentem esta situação;
- Fortalecer o papel do Técnico de Referência do Idoso da PSEAC como profissional norteador do trabalho técnico da alta complexidade a este público;
- Acompanhar as vagas conveniadas disponíveis nas ILPI's centralizando o ingresso de idosos novos por meio do Núcleo de Acolhimento.

Recursos materiais:

Nas ILPI's os recursos materiais são adquiridos pelas entidades conveniadas, com o intuito de qualificar o atendimento e o acolhimento dos idosos.

Metas:

Entidade	Metas
Amparo Santa Cruz	47
Lar da Amizade	15
SPAAN – Sociedade Portoalegrense de Auxílio aos Necessitados	188
Sociedade Humanitária Padre Cacique	148
Total	398

⁷ Serviço dentro da PSEAC que monitora as vagas da rede de serviços e recebe as demandas para acolhimento institucional.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Número de vagas existentes
- Número de acolhidos
- Número de demanda reprimida (por que não foram acolhidos: falta de vaga, desistência, óbito, não se enquadra no perfil);

AÇÃO: Implantação da Casa Lar do Idoso

Objetivo geral:

Oferecer acolhida em espaço de moradia garantindo proteção integral a idosos com vínculos familiares e/ou comunitários rompidos ou fragilizados e em situação de rua.

Ações e estratégias para a implementação da ação:

Acompanhar a implantação.

Metas:

Até 12 pessoas com 60 anos ou mais de ambos os sexos, em situação de rua, oriundos do município de Porto Alegre.

Resultados e impactos esperados:

- Melhora do protagonismo, das capacidades para a realização de atividades da vida diária, das condições de independência e de autocuidado;
- Promoção da convivência familiar e social;
- Fortalecimento e reconstrução dos vínculos relacionais.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Número de idosos em Porto Alegre segundo o IBGE
- Número de solicitações de acolhimento para idosos em casa lar;
- Número de idosos atendidos em acolhimento

4.3.7 Quadro III - Recursos Humanos PSEAC

[illegible]

NAR 7 e 8	0	0	2	0	0	1	1	1	0	0	3	0	0	5	1	1	0	0	0	25	0	1	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42	17	51
NAR 9 e 10	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	8	0	1	0	0	0	18	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	26	14	46
NAR11 e 12 - a implantar	0	0	0	2	0	1	0	2	0	0	0	0	0	8	0	0	0	0	0	18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24	55
CASAS ESPECIAIS	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	8	0	1	0	0	0	18	0	1	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	32	14	45
CASA LAR IDOSO 1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	14	
CASA LAR IDOSO 2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	10		
REP 1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	4	0	6	
REP 2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	
REP 3	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	8	
REP 4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	
PSEAC	0	0	2	3	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	
APADRINHAMENTO AFETIVO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	3	
ACOLHIMENTO FAMILIAR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	3	
Total RH existente e necessário (a completar/substituir) por serviço	2	1	11	15	2	8	8	13	2	0	13	0	0	64	6	6	0	0	0	166	1	13	7	33	5	2	2	2	2	1	2	0	20	212	111	456

Obs: * Quadro de RH que entrará em extinção a partir do concurso público para técnico de enfermagem.

** Quadro de RH que entrará em extinção a partir do concurso público para educador social.

Algumas colunas aparecem como “a completar /substituir” - em razão de constar o número de novos profissionais que faltam para completar o quadro, bem como o nº de profissionais que devem ser substituídos considerando o tipo de vínculo atual. Ex: educadores sociais hoje são conveniados, devendo ser substituídos por educadores do quadro próprio da Fundação, não podendo ser somados aos existentes hoje.

4.4 COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE BENEFÍCIOS E CADASTRO ÚNICO - CGBCAD:

Esta coordenação tem como atribuição a gestão dos Benefícios Assistenciais, objetivando a garantia de direitos e a melhoria da qualidade de vida dos usuários. A Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, também, está sob responsabilidade desta Coordenação, pois o Cadastro Único é uma relevante ferramenta para Planejamento e diagnóstico dos territórios, visando a equidade no acesso aos benefícios.

Os Benefícios Assistenciais, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), são prestados de forma articulada às demais garantias e, entre eles, os benefícios eventuais que integram organicamente as garantias do Sistema e configuram-se como direitos sociais instituídos legalmente. Apresentam caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. São assegurados pelo artigo 22 da Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, alterada pela Lei Nº 12.435, de 06 de julho de 2011, e integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

4.4.1 ÁREA DE BENEFÍCIOS

Objetivo geral:

Coordenar, implementar, acompanhar e controlar os Benefícios Assistenciais na cidade de Porto Alegre.

Tipo de benefícios:

- Auxílio natalidade

O auxílio natalidade constitui benefício no valor de um salário mínimo, por nascituro, pago em parcela única.

- Auxílio funeral

O auxílio funeral constitui benefício na forma de prestação de serviços (custeio de despesas de funerária, de despedida e de sepultamento) conforme Lei Municipal de Porto Alegre N.º 8413, de 20 de dezembro de 1999, regulamentada pelo Decreto Nº 12.657, de 24 de janeiro de 2000.

- Auxílio transporte

Passagens municipais / cartão assistencial

Benefício na forma de cartão assistencial.

Passagens intermunicipais e interestaduais

Benefício na forma de passagem intermunicipal e passagem interestadual.

- Vale foto

Benefício na forma de vale foto.

- Auxílio alimentação

Cestas básicas

Benefício na forma de gêneros alimentícios.

Cestas básicas para populações tradicionais

Benefício na forma de gêneros alimentícios para comunidades de populações tradicionais, adequados às suas especificidades culturais conforme previsto na Lei Orgânica.

- Benefício eventual – família e indivíduo em situação de risco social

Benefício, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mês, repassados à família ou indivíduos.

4.4.1.1 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

AÇÃO: Concessão dos benefícios eventuais, observando a disponibilidade orçamentário-financeira e as normas e critérios de acesso especificados em projeto específico de cada benefício.

Ações e estratégias para a implementação da ação:

Realizar, em conjunto com a ASSEPLA, a previsão orçamentária para os Benefícios Eventuais, tantos para os existentes quanto para aqueles que deverão ser implantados.

Resultados e impactos esperados:

Efetivação dos benefícios no âmbito dos serviços.

Indicador de monitoramento e avaliação

Número de benefícios concedidos.

Meta:

294.684 benefícios ao ano

Período de execução:

Do ano de 2014 até 2017, atingindo a meta anualmente.

AÇÃO: Criação de normas, procedimentos e padrões para a gestão dos benefícios assistenciais da FASC

Ações e estratégias para a implementação da ação:

- Criação de documentos padrões para requerimentos de benefícios, em conformidade com projetos técnicos e critérios de concessão de cada benefício.
- Acompanhar a distribuição de benefícios na cidade, em conformidade com metas pactuadas por Região.

Resultado e impacto esperado:

Agilizar a distribuição dos benefícios no âmbito da FASC de forma transparente.

Indicador de monitoramento e avaliação

Cumprimento dos prazos na concessão dos benefícios para população.

Meta:

Instituir fluxos que garantam transparência e agilidade na distribuição dos benefícios

Período de execução:

2014 -2017

AÇÃO: Desenvolvimento e implantação de Banco de Dados para informação, análise e distribuição dos benefícios de transferência de renda e eventuais

Ações e estratégias para a implementação da ação:

Organização de bancos de dados de cada benefício, contendo informações sobre beneficiários, cumprimento de metas e orçamento distribuídos nas Regiões da Assistência Social.

Resultado e impacto esperado:

Agilizar e qualificar os processos e fluxos na distribuição dos benefícios.

Indicador de monitoramento a avaliação

Implantação e funcionamento do sistema informatizado

Meta:

Formação de banco de dados sobre os benefícios concedidos

Período de execução:

2014

AÇÃO: Mapeamento, recebimento, encaminhamento e acompanhamento das demandas de benefícios oriundas da Rede de Serviços Sócio-assistenciais da cidade.

Ações e estratégias para a implementação da ação:

- Repassar, às Coordenações das Proteções Sociais, os relatórios contendo informações sobre demandas dos serviços e identificação de perfis de acesso e distribuição dos benefícios.
- Disponibilizar relatórios para Direção Técnica para subsidiar avaliação sobre Benefícios na cidade.

Resultado esperado:

Identificação das necessidades e demandas de benefícios da população.

Indicador de monitoramento e avaliação

Emissão de relatórios com periodicidade semestral.

Meta:

Mensurar as necessidades e demandas de benefícios da população

Período de Execução:

2014 -2017

AÇÃO: Acompanhamento Benefício Eventual – família e indivíduo em situação de risco social.

Ações e estratégias para a implementação da ação:

- Previsão orçamentária para o benefício, de acordo com saldo existente das Bolsas NASF.
- DECRETO Nº 18.360, DE 26 DE JULHO DE 2013, que Institui o Benefício Eventual para Família e Indivíduos em Acompanhamento na Proteção Social Especial de Média Complexidade na Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e revoga o Decreto nº 11.997, de 3 de junho de 1998, e o Decreto nº 14.566, de 1º de junho de 2004.

Resultados e impactos esperados:

- Transferir recurso financeiro às famílias e/ou indivíduos selecionados para o recebimento do benefício.
- Melhoria das situações de risco social.
- Ferramenta na integração benefício/serviço.
- Agilidade no acompanhamento.

Indicador de monitoramento e avaliação:

Concessão mensal de 360 benefícios às famílias e/ou indivíduos selecionados.

Meta:

360 benefícios/mês

2014: 4320 benefícios 2015: 4320 benefícios 2016:4320 benefícios 2017: 4320 benefícios

Período de execução:

2014 -2017

4.4.2 ÁREA DO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

Objetivos gerais:

- Gerenciar e monitorar o cadastramento das famílias com perfil Bolsa Família;
- Gerenciar e monitorar o cadastramento das famílias das populações tradicionais e em situação de rua;
- Monitorar a atualização e qualidade dos cadastros;
- Gerenciar as condicionalidades;
- Monitorar a redução dos descumprimentos de condicionalidades;
- Gerenciar e monitorar o Acompanhamento Familiar das famílias mais vulneráveis, prioritariamente as que estão em situação de descumprimento de condicionalidades.

Ações e estratégias para a implementação da ação:

- Suporte ao atendimento nos CRAS;

- Disponibilização das relações de famílias beneficiárias em descumprimento de condicionalidades;
- Desbloqueio de benefícios;
- Reversão de cancelamentos;
- Acompanhamento nos sistemas de situações cadastrais e de benefícios que necessitam de resolução;
- Atividades conjuntas com as coordenações das proteções e dos serviços;
- Interfaces com as esferas municipal, estadual e federal, especialmente, através da Coordenação do Comitê Gestor Municipal do programa Bolsa Família.

4.4.2.1 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

AÇÃO: Revisão Cadastral

Ações e estratégias para a implementação da ação:

- discussão e planejamento da Revisão Cadastral na CGBCAD, no Comitê Gestor, com as Proteções e Serviços;
- esclarecimentos pertinentes às Proteções e serviços;
- inserção/ revisão cadastral;
- monitoramento continuado do percentual de situações inseridas/revisadas e de eventuais dificuldades, assim como indicação de estratégias para o enfrentamento das mesmas;
- elaboração de relatório relativo à totalização das situações inseridas/revisadas.

Resultado e impacto esperado:

Manter o índice de atualização/revisão cadastral em 100%.

Indicador de monitoramento:

Número de cadastros revisados

Meta

100%

Período de Execução:

2014: 100%

2015: 100%

2016: 100%

2017: 100%

AÇÃO: Inserção e revisão cadastral de Públicos específicos: quilombolas, indígenas e outros.

Ações e estratégias para a implementação da ação:

- discussão e planejamento da Revisão Cadastral na CGBCAD, no Comitê Gestor, com as Proteções e Serviços;
- esclarecimentos pertinentes às Proteções e serviços;
- inserção/ revisão cadastral;
- monitoramento continuado do percentual de situações inseridas/revisadas e de eventuais dificuldades, assim como indicação de estratégias para o enfrentamento das mesmas;
- elaboração de relatório relativo à totalização das situações inseridas/revisadas.

Resultado e impacto esperados:

Inserção do total de famílias das populações tradicionais no cadastro único e manutenção da atualização.

Indicador de monitoramento e avaliação:

Número de famílias e pessoas pertencentes às comunidades quilombolas, indígenas, e outras, inseridas no Cadastro Único e com cadastros atualizados.

Meta:

100%

2014: 100%

2015: 100%

2016: 100%

2017: 100%

Período de execução:

2014 – 2017

AÇÃO: Cadastramento da População em Situação de Rua – Pacto de Gestão

Ações e estratégias correspondentes para implementação da ação:

- Planejamento da Ação em conjunto com as Proteções Sociais e serviços que atendem a população em situação de Rua.;
- Inserção/ revisão cadastral;
- Monitoramento continuado do percentual de situações inseridas/revisadas e de eventuais dificuldades, assim como indicação de estratégias para o enfrentamento das mesmas;
- Elaboração de relatório relativo à totalização das situações inseridas/revisadas.

Resultado e impacto esperado:

Identificar e cadastrar no CadÚnico no mínimo 100% das pessoas em situação de rua .

Indicador de monitoramento e avaliação:

Número de pessoas em situação de rua inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais.

Meta:

2014: 70% 2015: 80% 2016:90% 2017:100%

Período de execução:

2014 – 2017

AÇÃO: Cadastramento das famílias com beneficiários do BPC – Pacto de gestão

Ações e estratégias correspondentes para implementação da ação:

- Planejamento da Ação em conjunto com Proteções e serviços que atendem as famílias com beneficiários do BPC.;
- Inserção e revisão cadastral;
- Monitoramento continuado do percentual de situações inseridas/revisadas e de eventuais dificuldades, assim como indicação de estratégias para o enfrentamento das mesmas;
- Elaboração de relatório relativo à totalização das situações inseridas/revisadas.

Resultado e impacto esperado:

- Inclusão no Cadastro Único das famílias com beneficiários do BPC.

Indicador de monitoramento e avaliação:

Número de famílias com beneficiários do BPC incluídas no CadÚnico.

Meta:

50% = 1617

Período de execução:

De 2014 até 2017.

AÇÃO: Revisão cadastral para os casos de Averiguação/Auditoria

Ações e estratégias correspondentes para implementação da ação:

- discussão e planejamento da Revisão Cadastral na CGBCAD, no Comitê Gestor, com as Proteções e Serviços;
- esclarecimentos pertinentes às Proteções e serviços;
- inserção e revisão cadastral;
- monitoramento continuado do percentual de situações inseridas/revisadas e de eventuais dificuldades, assim como indicação de estratégias para o enfrentamento das mesmas;
- elaboração de relatório relativo à totalização das situações inseridas/revisadas.

Resultado e impacto esperado:

Revisar 100% dos cadastros em averiguação.

Indicador de monitoramento e avaliação:

Número de Cadastros revisados.

Meta:

100%

Período de execução:

2014 -2017

AÇÃO: Aprimoramento da execução do CadÚnico

Ações e estratégias correspondentes para implementação da ação:

- Profissionalização dos Recursos Humanos – substituição de estagiários por servidores do quadro conforme previsto no reordenamento institucional.
- Formação contínua das equipes técnicas e dos estagiários de suporte – Oficinas CadÚnico/Programa Bolsa Família e reuniões periódicas, dentre outras iniciativas.
- Elaboração de material gráfico – manual de orientações
- Redução do endereçamento impreciso - adoção do Código do Logradouro – CDL e seu registro no Campo 1.17 – Complemento Adicional, Formulário Principal de Cadastramento do CadÚnico, F1, página 3; definição do Código Territorial Local, Campo 1.19 – Unidade territorial local, mesmo Formulário e página; utilização da relação de bairros oficiais;
- Estabelecimento de servidor de referência para as senhas (CadÚnico, SIBEC, SICON) em cada serviço.

Resultados esperados:

- Qualificação dos cadastros digitados.
- Qualificação dos trabalhadores envolvidos na gestão do cadastro.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Redução do número de cadastros inconsistentes.
- Número de formações realizadas no período.
- Número de profissionais concursados chamados no período

Metas:

Formações no período 2014 - 2017 : 08

2014 - 02	2015 - 02	2016 - 02	2017 - 02
-----------	-----------	-----------	-----------

AÇÃO: Ampliação das famílias inseridas no Cadastro Único, identificando aquelas em situação de extrema pobreza.

Ações e estratégias correspondentes para implementação da ação:

- Identificar, a partir dos dados disponibilizados pela área de Vigilância Socioassistencial, as regiões prioritárias para Busca Ativa e inclusão deste público no Cadastro Único.
- Articulação com os CRAS.

Resultado e impacto esperado:

Ampliar o número de famílias no Cadastro Único

Indicador de monitoramento e avaliação:

Número de famílias inseridas

Meta:

100% das famílias em extrema pobreza segundo IBGE.

Período de execução:

De 2014 até 2017.

AÇÃO: Inserção das famílias em descumprimento de condicionalidades no Acompanhamento Familiar da Rede de Serviços das Proteções Sociais, com o devido registro no SICON – Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família – SIGPBF-MDS.

Ações e estratégias correspondentes para implementação da ação:

- Capacitar a rede de serviços socioassistenciais para utilização dos Sistemas de Gestão do Programa Bolsa família - SICON.
- Monitorar o registro no SICON do Acompanhamento Familiar realizado às famílias do PBF, em especial àquelas em descumprimento de condicionalidade.

Resultados e impactos esperados:

Ampliar o número de famílias em descumprimento de condicionalidades acompanhadas.

Indicador de monitoramento e avaliação:

Número de famílias inseridas no SICON.

Meta:

100% das famílias em fase de suspensão.

Período de execução:

De 2014 até 2017.

AÇÃO: Realização de ações informativas às famílias, regularmente, com utilização de material impresso enviado através das escolas, além de publicação em mídia escrita, atividades e oficinas nas redes comunitárias e de serviços.

Ações e estratégias correspondentes para implementação da ação:

- Confecção de material gráfico para famílias beneficiárias do PBF com recursos do IGD- PBF e distribuição através da rede de serviços da Assistência Social, Saúde e Educação.
- Publicação em mídia escrita de convocações e esclarecimentos às famílias beneficiárias do PBF, nas situações pertinentes ao gerenciamento do Programa no município.

Resultado e impacto esperado:

Publicizar as ações do PBF junto à rede de serviços e à população em geral.

Indicador de Monitoramento e Avaliação:

- Número de ações informativas.
- Quantidade de materiais gráficos impressos e distribuídos.

Meta:

Atingir com informativos 100% das famílias beneficiárias do PBF.

Período de execução:

Ações anuais, de 2014 até 2017.

4.4.3 Quadro IV - Recursos Humanos CGBCAD

CARGO		COORDENADOR		SERVIDOR NÍVEL SUPERIOR C/ FG		SERVIDOR NÍVEL SUPERIOR S/ FG		ESTAGIÁRIO NÍVEL SUPERIOR		ESTAGIÁRIO NÍVEL MÉDIO		SERVIDOR ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	
		EXISTENTE	NECESSÁRIO	EXISTENTE	NECESSÁRIO	EXISTENTE	NECESSÁRIO	EXISTENTE	NECESSÁRIO	EXISTENTE	NECESSÁRIO	EXISTENTE	NECESSÁRIO
CGBCAD		1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AGEBEN		-	-	1	1	2	2	-	2	-	-	1	1
ACAD		-	-	-	1	1	1	121	121	27	27	1	1
ADMINISTRATIVO		-	-	-	-	1	1	1	3	-	-	-	-

4.5 COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO - COMGI:

É competência da COMGI coordenar, organizar e supervisionar a área de Monitoramento e Avaliação dos Serviços próprios e conveniados da rede socioassistencial dos dois níveis de complexidade. De acordo com o Decreto n. 18.198, de 01 de fevereiro de 2013, a COMGI é formada pela Área de Gestão da Informação – AGI e Área de Monitoramento e Avaliação - AMAS.

Tendo em vista, as orientações previstas na NOB de 2012, que institui a criação da Vigilância Socioassistencial como área da gestão, as atribuições previstas para a AGI serão incorporadas pela Área de Vigilância Socioassistencial na instituição.

4.5.1 ÁREA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Segundo a PNAS-SUAS, a responsabilidade pela formulação e implantação de um sistema de monitoramento e avaliação e de um sistema de informações em assistência social são providências urgentes e ferramentas essenciais a serem desencadeadas para a consolidação da Política Nacional de Assistência Social e para a implementação do SUAS. Essas ações devem traduzir-se na elaboração e implementação de planos de monitoramento e avaliação e na criação de um sistema oficial de informações que possibilitem a mensuração da eficiência e da eficácia das ações previstas nos Planos de Assistência Social; a transparência; o acompanhamento; a avaliação do sistema e a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos de modo a contribuir com a formulação da política pelas três esferas de governo (PNAS, 2004, p.48).

A necessidade de implantação de sistemáticas de monitoramento e avaliação e de sistemas de informações para a área significa tratar, também, de instrumentos de planejamento institucional, componente estrutural do sistema descentralizado e participativo, no que respeita os recursos e sua alocação, assim como aos serviços prestados aos usuários.

Diante desse contexto, cabe a FASC desenvolver um sistema de monitoramento e controle capaz de avaliar o impacto da Política de Assistência Social no município de Porto Alegre, através da construção de mecanismos e estratégias que permitam monitorar a rede socioassistencial através do acompanhamento e avaliação da efetividade e eficácia da rede de serviços, bem como identificar os segmentos mais vulneráveis da população, de modo a dimensionar as ações que deverão ser intensificadas pelo gestor municipal. O processo de monitoramento, portanto, é uma responsabilidade institucional que se materializa no conjunto das coordenações e assessorias tanto

nas ações administrativas, legais, orçamentárias quanto técnicas, conforme previsto no Plano Plurianual de Assistência Social 2010-2014.

A supervisão e a assessoria constituem-se como algumas das estratégias para a efetivação do monitoramento. A assessoria pode ser definida como uma ação a ser desenvolvida por um profissional ou um grupo de profissionais com conhecimentos específicos em determinada área, que tomam a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. Não interfere diretamente na ação, embora possa ser permanente e apresente recomendações.

Objetivo geral:

Monitorar e avaliar os serviços, projetos, programas e benefícios executados pela rede de serviços próprios e conveniados da Fundação de Assistência Social de Porto Alegre através do acompanhamento técnico, administrativo e político.

4.5.1.1 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

AÇÃO: Capacitação das equipes quanto aos princípios e diretrizes da PNAS e SUAS e demais legislações pertinentes.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Capacitações semanais através de reuniões de toda Equipe sobre a Política Nacional de Assistência Social e suas diretrizes;
- Seminários semestrais para discussão da PNAS, bem como para organização da equipe em relação aos seus procedimentos e fluxos rotineiros de trabalho.

Metas :

Todas as equipes dos Serviços da Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade necessitam ter o conhecimento da PNAS e do SUAS, apropriado ao exercício de suas funções.

Resultados e impactos esperados:

O exercício da PNAS e do SUAS pelas equipes precisa resultar num serviço de melhor qualidade para a população.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

O grau de satisfação da equipe e dos usuários do sistema quanto ao atendimento e ao acompanhamento nele realizado.

Período de execução:

2014-2017

AÇÃO: Contribuição teórica e metodológica para a operacionalização das ações desenvolvidas pela rede de serviços socioassistenciais (própria e conveniada), considerando os diferentes saberes.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Capacitações semanais através de reuniões de toda Equipe sobre a Política Nacional de Assistência Social e suas diretrizes;
- Seminários semestrais para discussão da PNAS, bem como para organização da equipe em relação aos seus procedimentos e fluxos rotineiros de trabalho;
- Participação nas reuniões semanais das Equipes Técnicas dos Serviços, bem como nos Fóruns de Referência e Contrarreferência, Comitê Gestor, Regionalização e outros.

Metas:

Todas as equipes dos Serviços da Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade e da Rede Conveniada devem ter o conhecimento da PNAS e do SUAS apropriado ao exercício de suas funções.

Resultados e impactos esperados:

O exercício da PNAS e do SUAS pelas equipes dos serviços próprios e conveniados deve resultar num serviço de melhor qualidade para a população.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

O grau de satisfação das equipes dos serviços próprios, conveniados e dos usuários do sistema, quanto ao atendimento e ao acompanhamento nele realizado.

Período de execução:

2014-2017

AÇÃO: Qualificação do processo de articulação em rede através dos serviços, programas, projetos e benefícios que constituem a política de Assistência Social.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Participação nas reuniões semanais das Equipes Técnicas dos Serviços, bem como nos Fóruns de Referência e Contrarreferência, Comitê Gestor, Regionalização, Reunião de Dirigentes e outros;
- Acompanhar e avaliar através do processo de Monitoramento e Avaliação e das visitas aos serviços próprios e conveniados, a articulação da rede socioassistencial no território, suas necessidades e potencialidades.

Metas:

- Qualificar a articulação e os fluxos entre os serviços, programas, projetos e benefícios dos serviços próprios;
- Qualificar a articulação e os fluxos entre os serviços próprios e conveniados e sua relação com os usuários.

Resultados e impactos esperados:

Que o acesso dos usuários aos serviços, programas, projetos e benefícios seja mais eficiente, qualificando assim o seu atendimento e o seu acompanhamento.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- O grau de satisfação das equipes dos serviços próprios e conveniados quanto ao acesso, ao atendimento e ao acompanhamento prestados aos usuários;
- O grau de satisfação dos usuários do sistema, quanto ao acesso, ao atendimento e ao acompanhamento que lhe são prestados.

Período de execução:

2014-2017

AÇÃO: Elaboração dos relatórios e demais instrumentos para o monitoramento e avaliação, juntamente com a Área de Vigilância Socioassistencial.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Avaliação permanente dos instrumentos utilizados, com alterações realizadas quando se faz necessário e de acordo com as orientações do MDS;

- Redigir relatórios a partir dos dados coletados pelo Monitoramento sobre o funcionamento dos serviços, programas, projetos e benefícios.

Metas:

- Coletar e registrar os dados do Monitoramento e Avaliação da forma mais correta, partindo das definições e conceitos estabelecidos pelo MDS, pela PSB, PSEMC e PSEAC;
- Elaborar os relatórios necessários com base nos dados coletados.

Resultados e impactos esperados:

- Os relatórios redigidos, com base nos dados coletados, devem servir de subsídio para a produção de novas informações sobre os territórios da cidade;
- Estas informações devem servir para a elaboração de novas políticas que atendam as necessidades dos usuários ou para a reformulação das já existentes.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Os relatórios devem ser de fácil compreensão tanto para os usuários da PNAS como para seus analistas;
- As ações propostas com base nestes relatórios devem ser avaliadas constantemente através de manifestação oral e/ou escrita pelos usuários no seu cotidiano, por meio de pesquisa, enquetes, folhetos, disponíveis e de fácil acesso aos mesmos, nos equipamentos presentes em suas comunidades.

Período de execução:

2014-2017

AÇÃO: Qualificação da aplicação do recurso nas entidades conveniadas, através de orientações aos dirigentes e equipes técnicas.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Participação no Fórum dos Dirigentes, na Regionalização e outros;
- Apropriação dos termos dos Convênios firmados;
- Construção conjunta do Plano de Aplicação com as entidades;
- Monitoramento do Plano de Aplicação junto às entidades;
- Qualificar o conhecimento dos dirigentes e equipes técnicas quanto à PNAS e ao SUAS.

Metas:

- Melhoria dos serviços prestados aos usuários;
- Melhor aplicação dos recursos públicos.

Resultados e impactos esperados:

- Melhor aplicação dos recursos destinados aos serviços, programas e projetos;
- Maior transparência na aplicação dos recursos públicos.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Acesso e fácil compreensão por parte dos técnicos e usuários ao Plano de Aplicação das entidades através da disponibilização regular dos mesmos, com divulgação constante de seus dados de forma clara pela CMA;
- Maior efetividade dos resultados dos serviços, programas e projetos junto aos usuários, avaliada por meio de pesquisa, enquetes, folhetos, disponíveis e de fácil acesso aos mesmos nos equipamentos presentes em suas comunidades.

Período de execução:

2014-2017

AÇÃO: Monitoramento e gerenciamento das ações desenvolvidas pelos serviços, projetos, programas, por meio de um processo sistemático de coleta e análise de informações, obtidas através do sistema informatizado de banco de dados, gerenciado pela AVS.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Participação no Fórum dos Dirigentes, na Regionalização e outros;
- Apropriação dos termos dos Convênios firmados;
- Construção conjunta do Plano de Aplicação com as entidades;
- Monitoramento do Plano de Aplicação junto às entidades;
- Qualificar o conhecimento dos dirigentes e equipes técnicas quanto à PNAS e ao SUAS.

Metas:

- Melhoria dos serviços prestados aos usuários;
- Melhor aplicação dos recursos públicos.

Resultados e impactos esperados:

- Melhor aplicação dos recursos destinados aos serviços, programas e projetos;
- Maior transparência na aplicação dos recursos públicos.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Acesso e fácil compreensão por parte dos técnicos e usuários ao Plano de Aplicação das entidades;
- Maior efetividade dos resultados dos serviços, programas e projetos junto aos usuários.

Período de execução:

2014-2017

AÇÃO: Plano Municipal de Assistência Social.

Objetivo geral:

Contribuir para a construção do Plano das Ações da Política Municipal de Assistência Social para o período de 04 anos.

Ações e estratégias para implementação da ação:

Contribuir no processo de planejamento com as Coordenações de proteção social básica, de especial de média e de alta complexidade, através do processo de Monitoramento e Avaliação das regiões.

Metas:

Coleta qualificada dos dados dentro dos períodos temporais estabelecidos.

Resultados e impactos esperados:

Construção de ações para o Plano Municipal de acordo com as reais necessidades das regiões e da cidade.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Redução gradativa dos graus de vulnerabilidade, risco social e violação de direitos nas regiões e na cidade como um todo;

- Criação e implementação de equipamentos que se façam necessários, bem como aprimoramento ou criação de novos serviços, projetos, programas e/ou benefícios.

Período de execução:

- 2014 – 2015
- 2016 - 2017

AÇÃO: Contribuição para a elaboração do Relatório Bianual de Avaliação do Conselho Municipal de Assistência Social.

Objetivo geral:

Colaborar com o processo de avaliação da rede socioassistencial própria e conveniada quanto à continuidade dos serviços ofertados pela Política de Assistência Social no município.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Coleta qualificada dos dados regionais;
- Elaborar os pareceres de avaliação dos serviços, das 17 regiões territórios da Assistência Social.

Metas:

Elaboração dos relatórios de avaliação bianuais das regiões da cidade.

Resultados e impactos esperados:

- Uma maior qualificação do Relatório Bianual de Avaliação para o Conselho Municipal de Assistência Social;
- Uma avaliação mais qualificada dos serviços, programas e projetos desenvolvidos pela rede própria e conveniada;
- Possibilitar uma melhor avaliação dos convênios e das entidades que os executam com vistas a renovação ou não dos mesmos ou para indicar as devidas adequações que se fizerem necessárias.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Coleta mensal dos dados do Monitoramento e Avaliação dentro do prazo estabelecido;
- Elaboração dos relatórios regionais dos equipamentos próprios e conveniados.

Período de execução:

- 2014
- 2017

AÇÃO: Elaboração e qualificação dos instrumentos e dos bancos de dados dos registros mensais de atendimento da rede socioassistencial.

Objetivo geral:

Colaborar com a construção, organização, sistematização e atualização das informações produzidas pelos serviços da rede socioassistencial.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Participar na elaboração, atualização e qualificação do preenchimento dos instrumentos e dos registros das informações produzidas pelos serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade;
- Contribuir para a elaboração, atualização e qualificação do preenchimento dos bancos de dados dos registros de monitoramento;
- Monitorar o preenchimento e a qualidade dos dados produzidos através do acompanhamento dos supervisores, articuladores, proteções e técnicos dos serviços;
- Sistematizar as informações produzidas pelos serviços através da colocação dos mesmos no Banco de Dados da AVS.

Metas:

Estabelecer e cumprir prazos para coleta e entrega dos dados coletados mensalmente.

Resultados e impactos esperados:

- Aprimoramento da coleta dos dados das regiões;
- Cumprimento dos prazos para a entrega dos dados coletados.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

Coleta e entrega dos dados no prazo estabelecido.

Período de execução:

- 2014 - 2015
- 2016 – 2017

AÇÃO: Censo SUAS.

Objetivo geral:

Orientar Articuladores e Supervisores das duas Proteções Sociais quanto ao preenchimento dos dados pelos serviços da rede socioassistencial municipal dos dois níveis de complexidade.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Coordenar o processo de preenchimento dos questionários junto aos Articuladores e Supervisores;
- Orientar Articuladores e Supervisores quanto à metodologia e teoria das informações, de modo a qualificar o preenchimento dos dados;
- Colaborar no monitoramento do preenchimento dos questionários nos sistemas de informação do MDS;
- Contribuir para o preenchimento das informações coletadas quanto a sua qualidade.

Metas:

Preenchimento dos dados de forma correta e dentro dos prazos estabelecidos pelo MDS.

Resultados e impactos esperados:

Contribuir para o preenchimento dos dados de forma a qualificar as políticas propostas pelo MDS para a rede socioassistencial.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Qualificação dos serviços, programas e projetos construídos e propostos pelo MDS e pela FASC;
- Contribuir para a construção de novos serviços, programas e projetos a partir dos dados coletados e/ou qualificação dos já existentes.

Período de execução:

- 2014 - 2015
- 2016 - 2017

AÇÃO: Reordenamento dos SCFV

Objetivo geral:

Estabelecer novos parâmetros de funcionamento para os SCFV de acordo com a proposta do MDS.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Discussão com as entidades da rede socioassistencial através de seus Fóruns representativos do novo modelo proposto pelo MDS;
- Construção dos fluxos e ferramentas junto à Proteção Social Básica;
- Apresentação dos fluxos e ferramentas para as Coordenações dos CRAS;
- Apresentação dos fluxos e ferramentas para as Coordenações dos CREAS;
- Atualização e busca do NIS das crianças e adolescentes presentes nas entidades conveniadas;
- Apresentação dos fluxos e ferramentas para os dirigentes das entidades conveniadas;
- Apresentação dos fluxos e ferramentas para as entidades conveniadas e equipamentos próprios através do Fórum das Regionalizações;
- Estabelecer plano de ação para inclusão das crianças, adolescentes e idosos ainda não inscritos no CADÚNICO;
- Vinculação das crianças, adolescentes e idosos aos SCFV no SISC;
- Registro trimestral da frequência desses usuários no SISC.

Metas estabelecidas:

- Atingir 50% de inclusão do público prioritário descrito pelo MDS nos SCFV;
- Estabelecer plano de ação para inclusão das crianças, adolescentes e idosos ainda não inscritos no CADÚNICO;
- Vinculação de todas as crianças, adolescentes e idosos aos SCFV no SISC;
- Buscar que todas as crianças, adolescentes e idosos atinjam a frequência exigida pelo MDS.

Resultados e impactos esperados:

- Estabelecer padrões de funcionamento igualitário, quanto à inclusão de crianças, adolescentes, jovens e idosos nos SCFV, em todas entidades conveniadas e serviços próprios de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo MDS;
- Que no processo de Monitoramento e Avaliação os registros mostrem que as crianças, adolescentes e idosos atingiram a frequência exigida pelo MDS;

- Que os recursos financeiros repassados pelo MDS sejam plenamente aplicados;
- Consolidação dos fluxos construídos na rede socioassistencial quanto ao ingresso, permanência e desligamento nos SCFV;
- Constatação do acompanhamento das famílias das crianças, adolescentes e idosos nos SCFV pelas equipes das duas Proteções Sociais, através do processo de Monitoramento e Avaliação.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Assinatura do novo convênio com todas entidades conveniadas;
- Padrões igualitários de inclusão do público prioritário nos SCFV certificados pelo processo de Monitoramento e Avaliação.

Período de execução:

- 2014 – 2015
- 2016 - 2017

AÇÃO: Participação no GT com PSEAC para elaboração de projeto do Núcleo de Acolhimento Institucional.

Objetivo geral:

Estabelecer fluxos e funcionamento para o Núcleo de Acolhimento.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Construção de Fórum de discussão e elaboração do proposto entre a COMGI e a PSEAC;
- Apresentação da proposta para a Direção Técnica;
- Apresentação da proposta depois de aprovada para todos os equipamentos da rede socioassistencial.

Metas:

Funcionamento padronizado de todos os serviços quanto aos encaminhamentos a serem feitos ao Núcleo.

Resultado e impacto esperados:

Agilização dos casos encaminhados para Acolhimento, evitando que o usuário seja encaminhado a vários serviços antes de chegar ao mesmo.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Economia de tempo e esforços para o usuário e para as equipes envolvidas no processo;
- Maior satisfação das equipes e dos usuários no atendimento e acompanhamento.

Período de execução:

- 2014 – 2017

AÇÃO: Capacitações dos Articuladores e Supervisores.

Objetivo geral:

Qualificação da Equipe de Monitoramento e Avaliação.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Contatos com instituições e profissionais com experiência na área de formação para estabelecer o planejamento;
- Planejamento de espaços de capacitação para todos os membros da equipe em conjunto com a Coordenação de Recursos Humanos.

Meta:

Efetuar uma atividade de capacitação semestralmente.

Resultados e impactos esperados:

Maior qualificação dos membros da equipe quanto ao avanço da PNAS e seu desdobramento na prática cotidiana junto aos equipamentos próprios e conveniados.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Maior qualificação na execução dos serviços;
- Melhoria na coleta de dados tanto quantitativos como qualitativos;
- Maior satisfação na execução do trabalho por parte dos membros da equipe e também por parte dos usuários.

Período de execução:

- 2014 – 2015
- 2016 - 2017

AÇÃO: Legitimação dos Fóruns em que participam Articuladores e Supervisores.

Objetivo geral:

Qualificar e fortalecer a aplicação das diretrizes e princípios da PNAS na rede socioassistencial.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Estabelecer as coordenações de cada Fórum e suas funções;
- Estabelecer o objetivo de cada Fórum;
- Estabelecer os fluxos entre os vários Fóruns e os envolvidos nos mesmos;
- Avaliar o fluxo do processo construído sempre que necessário.

Metas:

- Uma melhor organização e funcionamento da rede socioassistencial nas regiões;
- Uma maior padronização da organização e do funcionamento da rede socioassistencial.

Resultados e impactos esperados:

- Unificação da concepção da rede socioassistencial sobre as diretrizes e princípios da PNAS;
- Unificação na execução dos vários serviços, projetos e programas norteados pela PNAS na rede socioassistencial.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Fortalecimento da ação dos Articuladores e Supervisores junto a rede socioassistencial;
- Maior qualificação dos trabalhadores da AS nas regiões;
- Fortalecimento dos fluxos entre os vários serviços, projetos e programas desenvolvidos em cada região.

Período de execução:

- 2014 – 2015
- 2016 – 2017

4.5.2 Quadro V - Recursos Humanos COMGI

O	TE	TS	TS	AT						
PADRÃO	NS	NS	NS	6						
CARGO	PEDAGOGO *	ASSISTENTE SOCIAL	PSICÓLOGO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVA		ESTAGIÁRIO NS		TÉCNICO SOCIAL		
	EXISTENTE	EXISTENTE	EXISTENTE	EXISTENTE	A COMPLETAR/SUBSTITUIR	EXISTENTE	A COMPLETAR	EXISTENTE	A COMPLETAR	Total RH necessário- a completar/substituir por área
Supervisão	2	8	5	0	0	0	0	1	6	6
Articulação Regional	2	1	1	0	0	0	0	5	1	1
COMGI - Coordenação	1	1	0	1	1	1	0	1	0	1
Total RH existente e necessário (a completar/substituir) por cargo:	5	10	6	1	1	1	0	7	7	8

4.6 ÁREA DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Tendo em vista as orientações previstas na Norma Operacional Básica – NOB de dezembro de 2012, em seu:

Art. 90. A União, os Estados, o DF e os Municípios devem instituir a área da Vigilância Socioassistencial diretamente vinculada aos órgãos gestores da PAS, dispondo de recursos de incentivo à gestão para sua estruturação e manutenção.

Diante das novas orientações, a FASC, que havia criado a Coordenação de Monitoramento e Gestão da Informação – COMGI, com atribuições que concorrem com aquelas previstas como ações da Vigilância Socioassistencial, se reordenou em março de 2013, criando a Área de Vigilância Socioassistencial – AVS, vinculada à Assessoria de Planejamento – ASSEPLA.

De acordo com as orientações da NOB, a análise da base de dados do Cadastro Único, que figura como atribuição da CBGCAD e, as ações de planejamento, que constam nas atribuições da ASSEPLA, devem ser incorporadas às ações da AVS conforme referido Projeto de reordenamento. Diante disso, foi criado um Grupo de Trabalho com representação das áreas envolvidas (ASSEPLA, AVS, COMGI, CGBCAD) para reorganizar as atribuições e inserir novo texto, como adendo ao projeto de reordenamento, que se encontra em fase de aprovação, visando instituir formalmente a Área de Vigilância Socioassistencial na FASC, adequando e compatibilizando suas atribuições com as demais áreas. Embora a AVS não esteja formalmente instituída, a equipe está lotada na Assessoria de Planejamento e vem desempenhando suas ações a partir das orientações da Norma Operacional Básica – NOB, 2012.

A equipe é formada por uma coordenadora de Nível Superior, 04 técnicos de Nível Superior (02 Assistentes Sociais, 01 Psicólogo, 01 Técnico em Educação) e 01 assistente administrativo. Abaixo as ações planejadas para o próximo exercício 2014-2017:

4.6.1 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES:

AÇÃO: Criação Formal da Área de Vigilância Socioassistencial na Instituição

Objetivo geral:

Formalizar a Área de Vigilância Socioassistencial como instância de gestão na FASC.

Ações e estratégias para implementação da ação:

Criação de Grupo de Trabalho pela Presidência, com representação da ASSEPLA, CGBCAD, COMGI e Direção Técnica para definir atribuições, competências e fluxos institucionais.

Metas:

Formalização da Área de Vigilância Socioassistencial.

Resultados e impactos esperados:

Formação de área de gestão, especializada na sistematização e análise de dados, com vistas ao planejamento e qualificação da política de assistência social.

Período de execução:

2014 – Criação do Grupo de Trabalho e formalização da área na instituição

Materiais necessários:

Os materiais abaixo descritos serão adquiridos para estruturação adequada da área na Fundação:

Aquisição de (07) computadores e (07) monitores, (01) datashow com tela de projeção retrátil, (01) softwares, (01) impressora multifuncional laser, (02) telefones sem-fio, mobiliários, notebook, equipamentos de informática, (01) ar condicionado split e (01) quadro mural branco.

AÇÃO: Diagnóstico Socioterritorial

Objetivo geral:

Construir o diagnóstico socioterritorial das 17 regiões da Assistência Social, identificando os territórios conforme a cobertura dos serviços, as vulnerabilidades e os riscos sociais.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Construção de Plano de Vigilância Socioterritorial junto às regiões – Projeto piloto das regiões Centro, Ilhas e Humaitá, Navegantes;
- Atualização dos dados quantitativos do Caderno “Leituras dos Territórios” com qualificação das informações de caráter qualitativo;
- Disseminação das informações que constam no Caderno “Leitura dos Territórios” junto à rede de serviços;

Metas:

Conhecer as regiões quanto as suas características demográficas, as suas vulnerabilidades e riscos e oferta de serviços.

Resultados e impactos esperados:

- Subsidiar a instituição com informações qualificadas sobre as regiões;
- Contribuir no processo de planejamento, plano de intervenção e ação nas diversas instâncias do Órgão Gestor;

Indicadores de monitoramento e avaliação

Número de Regiões do município com diagnósticos elaborados;

Período de execução

2014-2017

AÇÃO: Banco de dados do Cadastro Único

Objetivo geral:

Produzir e territorializar informações a partir dos dados provenientes do Cadastro Único pelo cadastramento da população com renda de até ½ salário mínimo, com vistas a subsidiar os planos de intervenção nos territórios.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Análise da estrutura do banco de dados do Cadastro Único;
- Produção de informações com base em demanda interna.
- Disseminação de informações territorializadas a partir da estrutura disponibilizada pelo MDS;
- Tornar públicas as informações produzidas através do site da FASC.
- Mobilizar a PROCempa para implementação de interface Web que tornem públicas as informações produzidas;
- Constituir sistema Intranet integrado com bases de dados municipais relativas à Assistência Social.

Metas:

Disponibilizar as informações do Cadastro Único para todas as instâncias da FASC

Resultados e impactos esperados:

Utilização das informações fornecidas como subsídio para o planejamento das ações nos territórios.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Número de acesso à página da web da Vigilância Socioassistencial
- Número de relatórios emitidos com informações sobre o Cadastro Único
- Quantificador de qualidade das informações produzidas;
- Quantificador de utilização das informações para planejamento das ações nos territórios.

Período de Execução

2014-2017

AÇÃO: Plano Municipal de Assistência Social

Objetivo geral:

Construir o Plano das Ações da Política Municipal de Assistência Social para o período de 04 anos

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Coordenação do processo de planejamento com as Coordenações de proteção social básica, especial de média e de alta complexidade, da CGBCAD, da COMGI, da CGRH e da ASSEPLA;
- Elaboração do Plano Municipal;

Meta:

Finalizar o Plano Municipal no prazo estipulado.

Resultados e impactos esperados:

Incidir sobre o processo de macro planejamento da instituição.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

Cumprimento das metas previstas no Plano Municipal em todas as instâncias da Fundação.

Período de Execução:

Período de 2013 com revisão anual das metas de gestão.

AÇÃO: Relatório Bianual de Avaliação do Conselho Municipal de Assistência Social

Objetivo geral:

Avaliar a rede socioassistencial própria e conveniada quanto à continuidade dos serviços ofertados pela Política de Assistência Social no município.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Coordenação do processo de elaboração dos pareceres de avaliação dos serviços das 17 regiões e territórios da Assistência Social, em conjunto com a COMGI;
- Elaboração do Relatório Bianual conforme os níveis de complexidade;
- Apresentação no Conselho Municipal de Assistência Social.

Resultados e impactos esperados:

Qualificar a execução da rede socioassistencial no município.

Metas:

Elaboração de relatórios regionais com informações quanti-qualitativas da rede socioassistencial própria e conveniada.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

Relatórios elaborados com informações oriundas dos dados dos territórios da rede socioassistencial.

Período de execução:

2014-2016 – bianual

AÇÃO: Elaboração e qualificação dos instrumentos e dos bancos de dados dos registros mensais de atendimento da rede socioassistencial

Objetivo geral:

Implementar o banco de dados das informações produzidas pela rede socioassistencial no sistema SQL Server com interface Intranet.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Elaborar, atualizar e qualificar o preenchimento dos instrumentos e dos registros das informações produzidas pelos serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidades;
- Atualizar e qualificar o preenchimento dos bancos de dados dos registros de monitoramento;
- Monitorar o preenchimento e a qualidade dos dados produzidos através do acompanhamento dos supervisores, dos articuladores, das proteções e das equipes técnicas dos serviços;
- Sistematizar e analisar informações produzidas pelos serviços;
- Mapear, organizar e disponibilizar informações produzidas por outros órgãos municipais, estaduais e federais que atuam no âmbito da produção de informações.

Metas:

- Otimizar a estrutura dos instrumentos físicos e eletrônicos;
- Estruturar instrumentos web de publicidade de informações: migração das informações em arquivos eletrônicos para o sistema SQL Server.

Resultados e impactos esperados:

Maior eficiência e velocidade no processamento, na disseminação e na utilização das informações por todas as instâncias da gestão e execução da FASC.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Quantificador de qualidade das estruturas implantadas.
- Funcionalidade e operatividade do Banco de Dados para cumprir os propósitos a que foi criado.

Período de execução:

2014 - 2017

AÇÃO: Cobertura da Rede de Serviços

Objetivo geral:

Elaborar, qualificar e atualizar as metas da rede socioassistencial própria e conveniada.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Sistematizar e manter atualizados os dados de cobertura da rede de serviços próprios e conveniados.
- Instituir fluxos entre CTAC, Gabinete e CMA de modo a manter as metas atualizadas.
- Criar sistema unificado de codificação das entidades para todas as áreas da Fundação.

Metas:

Manter atualizados os registros das metas dos serviços na instituição.

Resultados e impactos esperados:

Padronizar as informações relativas à capacidade dos serviços ofertados pela instituição.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

Produção de relatórios comuns utilizados pelas áreas envolvidas: CTAC, CMA, AVS.

Período de execução:

2014-2017

AÇÃO: Censo SUAS

Objetivo geral:

Mapear e identificar os serviços que compõem a rede socioassistencial municipal dos dois níveis de complexidade.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Coordenar o processo de preenchimento dos questionários junto aos serviços;
- Orientar e discutir com a equipe da COMGI quanto à metodologia e teoria das informações, de modo a qualificar o preenchimento dos dados;

- Monitorar o preenchimento dos questionários junto com a COMGI nos sistemas de informação do MDS;
- Analisar as informações preenchidas quanto à qualidade e posterior utilização nos diagnósticos territoriais.

Metas:

Preenchimento do Censo SUAS com qualidade das informações.

Resultados e impactos esperados:

- Contribuir para o preenchimento dos dados, de forma a qualificar as políticas propostas pelo MDS para a rede socioassistencial.
- Visibilidade do processo de gestão e execução da Política Pública de Assistência Social.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

Qualificação dos serviços, programas e projetos construídos pela FASC e MDS.

Período de execução:

2014-2017

AÇÃO: Elaboração e atualização do Indicador de Vulnerabilidades Territoriais

Objetivo geral:

Identificar as regiões da assistência social que agregam os maiores índices de vulnerabilidade para destinação dos recursos do orçamento municipal.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Elaboração de uma matriz dos índices de vulnerabilidades ou riscos sociais, base do Indicador Territorial, com atualização anual;
- Definição em nível estratégico dos índices e base de dados de cálculo que serão utilizados na composição do Indicador de Vulnerabilidades;
- Discussão nas regiões junto às reuniões do Orçamento Participativo para orientação quanto aos índices utilizados na matriz.

Meta:

Elaboração de Matriz das Vulnerabilidades Territoriais

Resultados e impactos esperados:

- Atribuição de grau numérico, regionalizado às vulnerabilidades sociais a partir de características regionais;
- Visão territorial das situações de risco e vulnerabilidades sociais;

Indicadores de monitoramento e avaliação:

Utilização do indicador para destinação dos recursos do Orçamento Público para as ações da Política da Assistência Social.

Período de execução:

2014-2017

AÇÃO: Realização de Processo de Avaliação da Percepção dos Usuários sobre os Serviços, com análise e publicização dos resultados

Objetivo geral:

Identificar a percepção dos usuários sobre os serviços socioassistenciais ofertados pela Fundação de Assistência Social e Cidadania.

Ações e estratégias para implementação das ações:

- Construção de instrumentos de avaliação dos serviços próprios e conveniados;
- Discussão com equipes dos serviços com orientações quanto ao processo de pesquisa;
- Disponibilização da estrutura necessária para aplicação dos instrumentos de avaliação.
- Sistematização e análise das avaliações dos usuários dos serviços;
- Sistematização e encaminhamento dos dados para as proteções;
- Divulgar os dados produzidos, institucionalmente, frente aos distintos demandantes;

Meta:

Implantar o processo de avaliação em 100% dos serviços próprios ofertados pela rede socioassistencial, democratizando a relação entre os serviços e a população usuária dos mesmos.

Resultados e impactos esperados:

- Avaliar a percepção dos usuários na totalidade dos serviços que compõem a rede socioassistencial;
- Planejar e realizar ações de qualificação dos serviços ofertados conforme as avaliações apresentadas.
- Desenvolver novas abordagens e sistemáticas de atendimento e acesso do público usuário dos serviços.
- Responder às demandas apontadas pelo Plano Municipal de Assistência Social que prevê a avaliação dos serviços pelos usuários da política.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Número de serviços avaliados;
- Número de usuários que participaram do processo de avaliação em comparação com o total de usuários atendidos em cada serviço.

Período de execução:

2014-2017

AÇÃO: Gestão dos sistemas informatizados da instituição

Objetivo geral:

Implantação de sistemas informatizados, nos processos de trabalho das equipes, para registros dos dados demandados pelo gestor e pelo MDS.

Ações e estratégias para implementação das ações:

- Implementar um Sistema de Gestão de Conteúdo, no sistema SQL Server, intranet, para projetos, trabalho em grupo, armazenamento e migração dos bancos de dados da FASC, hoje armazenados em sistemas de planilhas eletrônicas.
- Gestão dos sistemas de informação através do gerenciamento dos sistemas do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS tais como: CadSUAS, Registro Mensal de Atendimentos – RMA, Censo SUAS, IDV e CECAD e demais sistemas de informação internos (SIAS) e externos da gestão municipal (Relatório AVS).

- Proporcionar às equipes um meio eletrônico de registro de dados para subsidiar a alimentação das demandas destes pelos serviços próprios e conveniados e pelo MDS, substituindo a alimentação manual e aumentando a confiabilidade dos dados informados;
- Monitorar e administrar o Sistema Integrado de Assistência Social (SIAS) mais especificamente os módulos CGEPS, ADM e Rede de Proteção (REDEPRO); através do suporte técnico e capacitação aos usuários;
- Coordenar e acompanhar, como multiplicador da ferramenta, a implantação do sistema de informação no processo de trabalho das equipes;
- Motivar e qualificar as equipes para o uso dos sistemas de gestão informatizados da FASC;
- Sistematizar e levantar os dados informatizados por meio de planilhas e relatórios;
- Divulgar os dados produzidos, institucionalmente, frente aos distintos demandantes;
- Sistematizar e encaminhar os dados para as proteções para alimentação do Portal de Gestão (trimestral) para SMPEO;
- Subsídio aos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis do OBSERVAPOA, a fim de viabilizar os dados relativos aos jovens que cometeram atos infracionais e da população em situação de rua.

Metas:

Qualificar os sistemas de informação existentes e propor o desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas e bancos de dados para a Fundação.

Resultados e impactos esperados:

- Informatização da rede de serviços próprios e conveniados.
- Ampliação do controle do acesso e da qualidade dos serviços ofertados.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Sistemas informatizados implantados;
- Agilidade na publicização das informações;
- Qualidade das informações prestadas.

Período de execução:

- 2014-2017

4.6.3 Quadro VI - Recursos Humanos AVS

CARGO	SOCIÓLOGO *		ASSISTENTE SOCIAL		PSICÓLOGO		ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		ESTATÍSTICO		TECNÓLOGO DA INFORMAÇÃO		MATEMÁTICO		ESTAGIÁRIOS		QUADRO GERAL	QUADRO GERAL
	Existente	Necessário	Existente	Necessário	Existente	Necessário	Existente	Necessário	Existente	Necessário	Existente	Necessário	Existente	Necessário	Existente	Necessário	Total RH existente	Total RH necessário
Total RH existente/necessário por cargo:	0	1	3	0	1	0	1	1	0	1	0	1	1	0	1	0	7	4

4.7 COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - CGRH

A Coordenação é responsável pela gestão do processo de trabalho necessário ao funcionamento do SUAS, que abarca novos sistemas organizacionais, de educação permanente, desprecarização do trabalho, adequação dos perfis profissionais às necessidades do SUAS, sistemas de informação e planos de carreira, cargos e salários, entre outros aspectos, através das Áreas: Ingresso e estágios – AIES, Apoio Técnico administrativo- AATA, Educação Permanente e Gestão do Trabalho - AEPAT e de Pessoal – APE, visando qualificar o atendimento da Política de Assistência Social no Município.

4.7.1 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

AÇÃO: Desprecarização dos vínculos trabalhistas das equipes que atuam nos serviços socioassistenciais e na gestão do SUAS:

Objetivo geral:

Ampliar o quadro de servidores estatutários da Fundação qualificando a gestão e o atendimento da rede SUAS em Porto Alegre.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Reordenamento institucional da FASC: criação de cargos e ampliação do número de vagas.
- Gratificação para os servidores da FASC - GFASC - buscando valorizar os trabalhadores da assistência social, diminuindo a diferença salarial entre estes e os servidores da Administração Centralizada do município.

Metas:

Atingir percentual mínimo de 60% (519 servidores) dos trabalhadores do SUAS de nível superior e médio com vínculo estatutário ou empregado público. Sendo o quadro atual de 301 servidores estatutários (níveis médio e superior) e 154 empregados públicos (CLT), a meta será alcançada com a nomeação de 64 servidores.

Resultados e impactos esperados:

- Ampliação do número de servidores e conseqüente qualificação das relações entre as equipes de atendimento e gestão.

- Regularização da situação funcional do quadro de pessoal da Fundação.

Recursos materiais disponíveis e necessários:

- Ampliação do orçamento para nomeação dos novos servidores.
- Aquisição e manutenção de locais e equipamentos com a infra-estrutura necessária para o trabalho dos novos servidores.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

Número de servidores ingressantes associado à extinção dos convênios e terceirizações atuais.

Período de execução:

2013-2014

AÇÃO: Ampliação do quadro de recursos humanos da Fundação:

Objetivo geral:

Realizar concurso público para provimento das vagas criadas através do reordenamento institucional da FASC.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Realização de concurso público para provimento dos cargos;
- Aproveitamento de concurso público da Administração Centralizada (SMA) e de outros Departamentos (DMAE), assim como certames próprios para os cargos específicos da Fundação (Pedagogo, Educador Social, Assessor Jurídico, Analista de T.I. e Técnico em Informática).

Metas:

- Nomear técnicos com nível superior (assistente social, psicólogo, pedagogo, enfermeiro, médico do trabalho, analista de TI, assessor jurídico, engenheiro, entre outros), assistentes administrativos e educadores sociais.

Resultados e impactos esperados:

- Atingir o mínimo de 60% do quadro de trabalhadores da assistência social com servidores nomeados via concurso público, conforme estabelece a NOB/RH-SUAS.

Recursos materiais disponíveis e necessários:

- Ampliação do orçamento para nomeação dos novos servidores.
- Infra-estrutura adequada para o trabalho dos servidores nomeados.

Indicadores de monitoramento e avaliação (de acordo com o objetivo):

- Número de servidores ingressantes com nível superior;
- Numero de servidores ingressantes com nível médio;

Período de execução

2014-2017

AÇÃO: Contratação de Assessoria à Coordenação de Gestão de Recursos Humanos

Objetivo geral:

Contribuir no processo de estruturação da Coordenação de Gestão de Recursos Humanos para implantação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOBRH- SUAS.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Contratar empresa para assessoramento da área;
- Elaboração de diagnóstico da gestão do trabalho na Fundação;
- Elaboração de Plano Estratégico indicando a estrutura necessária para a implantação da área de gestão do trabalho na Fundação.

Metas :

Planejamento interno da Coordenação de Gestão de Recursos Humanos.

Resultados e impactos esperados:

Implantar a área de gestão do trabalho na Fundação através da estruturação dos princípios instituídos pela NOBRH/SUAS;

Indicadores de monitoramento e avaliação:

Quantidade de ações definidas no Planejamento Estratégico implantadas na área de gestão do trabalho.

Período de execução:

Em 2014 iniciar a assessoria, de 2014 a 2015 implantação da NOBRH.

AÇÃO: Implantação da Mesa de Negociação permanente do SUAS

Objetivo geral:

Estabelecer um fórum permanente de negociação entre gestores públicos, privados e trabalhadores do SUAS sobre os pontos pertinentes a Gestão do Trabalho.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Instituir fóruns de negociação permanente com os atores envolvidos no processo;
- Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação das decisões tomadas nos respectivos fóruns;
- Definir representações democráticas nos serviços próprios e conveniados para participação nos fóruns;
- Construir ferramentas para sistematização das demandas dos trabalhadores e avaliação das dificuldades e avanços dos espaços de negociação;
- Sistematizar e publicizar de forma periódica as negociações em curso na Mesa de Negociação.

Metas:

- Reduzir as situações de conflito entre os trabalhadores da rede socioassistencial;
- Implantar o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
- Realizar reuniões mensais com os trabalhadores;
- Formalizar representações para participação na mesa;

Resultados e impactos esperados:

Democratizar as relações de trabalho no âmbito da fundação.

Recursos materiais disponíveis e necessários:

Sala de reuniões.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Quantidade de reuniões realizadas com os atores envolvidos;
- Número de representações dos trabalhadores da rede participando da mesa de negociação;
- Quantidade de relatórios periódicos publicizando as discussões e negociações em andamento;

Período de execução:

2014 a 2017.

AÇÃO: Acompanhamento funcional

Objetivo geral:

Promover o acompanhamento funcional dos servidores que apresentarem dificuldades no trabalho, realizando os encaminhamentos necessários.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Ampliar os instrumentos de divulgação entre os coordenadores dos serviços sobre o acompanhamento funcional realizado pela equipe responsável pela Área de Desenvolvimento - ADES/CRH.
- Ampliar a capacidade de realização do acompanhamento funcional através da realização de entrevistas de ingresso dos servidores ingressantes, com adoção de entrevistas semestrais de acompanhamento dos mesmos.
- Instituir fóruns de discussão com os coordenadores dos serviços para monitoramento e avaliação dos servidores ingressantes.
- Construir ferramentas de monitoramento e avaliação entre o número de afastamentos por razões diversas dos servidores ingressantes e o processo de acompanhamento funcional.

Metas:

- Realizar entrevista de ingresso e acompanhamento de 100% dos servidores ingressantes;
- Acompanhar 100% dos servidores encaminhados ou que busquem atendimento individual no CRH.

Resultados e impactos esperados:

- Maior satisfação no trabalho;

- Diminuição de afastamentos devido à licença de saúde ou em decorrência de conflitos no trabalho;
- Aumento da qualidade dos serviços prestados.

Recursos materiais disponíveis e necessários:

- Recursos disponíveis: 1 Sala de atendimento, som ambiente e 2 cadeiras.
- Recursos necessários: Vedação acústica para preservação do sigilo do atendimento, lenços de papel e climatização do ambiente.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Número de servidores em acompanhamento;
- Número de reuniões com coordenadores dos serviços;
- Redução do número de afastamentos do trabalho por motivo de doença, pedidos de exoneração, transposição, cedências e demais afastamentos.

Período de execução:

De 2014 a 2017.

AÇÃO: Assessoria na área da saúde mental aos trabalhadores dos serviços

Objetivo geral:

Desenvolver e operacionalizar ações na área de saúde mental para as equipes de trabalho dos serviços das proteções básica, de média complexidade e de alta complexidade.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Diagnosticar as necessidades de atendimento na área de saúde mental das equipes dos serviços da rede socioassistencial.
- Instituir mecanismos de formação específica para a área de desenvolvimento de recursos humanos para apoio na área de saúde mental aos trabalhadores da fundação.
- Criar espaços de acompanhamento coletivo e/ou individual para os trabalhadores com questões relacionadas à área de saúde mental.
- Desenvolver ações preventivas buscando incidir sobre os fatores de risco aos trabalhadores;

Metas:

Atingir 100% das equipes de trabalho das proteções social básica, especial de média e alta complexidade.

Resultados e impactos esperados:

- Maior satisfação com o trabalho e melhora na prestação de serviço aos usuários.
- Reduzir os afastamentos do trabalho por motivos de saúde mental.

Recursos materiais disponíveis e necessários:

Recursos financeiros oriundos do MDS.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Número de trabalhadores participando de atividades de apoio e prevenção aos fatores geradores de risco a saúde mental;
- Número de trabalhadores afastados em decorrência de problemas relativos a saúde mental.
- Número de trabalhadores da área de desenvolvimento de RH participantes de formações especializadas na área de saúde mental;
- Número de atividades específicas desenvolvidas pela área de desenvolvimento no RH voltadas para a temática.

Período de execução:

De 2014 a 2017.

AÇÃO: Formação e capacitação dos trabalhadores

Objetivo geral:

Capacitar os gestores e trabalhadores da rede pública e privada a partir do princípio estruturante da educação permanente, com adoção de estratégias pedagógicas que possibilitem o desenvolvimento de competências e habilidades de gestão e de atendimento.

Ações e estratégias para implementação da ação:

- Formação continuada das Equipes dos Serviços da Proteção Social Básica, Especial de Média e Alta Complexidade.

- Encontro sobre as experiências de integração territorial do SUAS;
- Capacitação continuada para Gestores das áreas técnica e administrativa;

Metas:

Capacitar 100% dos trabalhadores da rede socioassistencial e gestores da FASC de forma sistemática e continuada.

Resultados e impactos esperados:

- Desenvolver habilidades, capacidade técnica e gerencial dos trabalhadores, bem como a qualificação dos serviços socioassistenciais.
- Capacitar toda a rede socioassistencial do Município.

Recursos materiais disponíveis e necessários:

Recursos oriundos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Município.

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Número de trabalhadores de nível superior dos serviços próprios capacitados;
- Número de trabalhadores da área administrativa dos serviços próprios capacitados;
- Número de trabalhadores da rede conveniada capacitados;
- Número de gestores dos serviços próprios e conveniados capacitados;
- Número de capacitações realizadas;

Período de execução

2014/2017

AÇÃO: Acompanhamento de Estágio Probatório

Objetivo geral:

Garantir o efetivo cumprimento do estágio-probatório na Fundação, nos prazos determinados, por parte dos servidores ingressantes, através da emissão dos boletins de avaliação.

Ações e estratégias para implementação da ação:

Proporcionar espaços de capacitação e ampliar o acesso de informações sobre os serviços e a estrutura institucional para o servidor-ingressante e demais servidores da Fundação.

Metas :

Proporcionar um controle de estágio-probatório ao servidor com o mínimo de atraso.

Resultados e impactos esperados:

Evitar que ocorra o mínimo de atraso e problemas na vida funcional do servidor-estagiário, uma vez que o estágio probatório pode ser motivador de relotação, por isso a importância do cumprimento dos prazos e do controle efetivo.

Recursos materiais disponíveis e necessários:

Recursos disponíveis: 1 sala de atendimento, 4 cadeiras 4 computadores, impressora.

Recursos necessários: Arquivos/protocolos, impressora copiadora

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Número de avaliações efetivadas no prazo determinado para cada servidor ingressante;
- Número de servidores ingressantes que participam de capacitações técnicas e administrativas;

Período de execução:

De 2014 a 2017, conforme o ingresso dos servidores tendo duração de três anos para cada servidor.

AÇÃO: Acompanhamento dos Estagiários

Objetivo geral:

Acompanhar os estagiários em seu estágio curricular obrigatório e não-obrigatório nos casos de nível superior e não obrigatório nos de nível médio, a fim de prepará-lo para o mercado de trabalho, contribuindo com sua formação acadêmica, ética e profissional fazendo parte do projeto pedagógico da escola/universidade.

Ações e estratégias para implementação da ação:

Formalizar a contratação através do Termo de Compromisso de Estágio conforme necessidade/demanda.

Metas:

Ingressar e acompanhar 388 estagiários, sendo 297 de nível superior e 91 de nível médio.

Resultados e impactos esperados:

Preparar o estagiário para o mercado de trabalho, através de experiência prática profissional.

Recursos materiais disponíveis e necessários:

Recursos disponíveis: 1 sala de atendimento, 4 cadeiras 4 computadores, impressora.

Recursos necessários: Arquivos/protocolos, impressora copiadora

Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Número de estagiários de nível superior contratados;
- Número de estagiários de nível médio contratados.

Período de execução:

De 2014 a 2017.

4.1.3 Quadro VII - Recursos Humanos CGRH

GRUPO	TA	TA	TE	TE	EM	TE	TS	TS	TS	TS	AT	AT				
PADRÃO	NS	NS	NS	NS	NS	NS	NS	NS	NS	NS	06	06	ESTAG			
CARGO	ADMINISTRADOR		PEDAGOGO		MÉDICO DO TRABALHO		ASSISTENTE SOCIAL		PSICÓLOGO		ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		ESTAGIÁRIO NM		ESTAGIÁRIO NS	
	Existente	Necessário	Existente	Necessário	Existente	Necessário	Existente	Necessário	Existente	Necessário	Existente	Necessário	Existente	Necessário	Existente	Necessário
AATA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	1	2	0	0
AEPAT	0	0	1	1	0	1	1	2	1	2	0	1	0	0	1	1
AIES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	2	2	2
APE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	9	1	2	0	0
CGRH	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total RH necessário por cargo:	0	1	1	1	0	1	1	2	1	2	10	17	2	6	3	3

4.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A FASC, como órgão gestor responsável pela política de Assistência Social no município de Porto Alegre, orientou a proposição das ações no Plano Municipal de Assistência Social 2014-2017, tendo por princípio a preocupação com a qualificação da gestão. Nesse sentido, a ênfase no desenvolvimento e fortalecimento de ações voltadas à gestão do trabalho e da vigilância socioassistencial, enquanto áreas estratégicas para consolidação da política.

Compreende-se que o Plano Municipal de Assistência Social é um importante instrumento de planejamento das ações a serem realizadas no próximo quadriênio 2014-2017 e representa um enorme desafio à gestão municipal. Nele, se encontram descritas a totalidade das ações, que serão desenvolvidas no âmbito da gestão e dos serviços que compõem a rede socioassistencial.

A gestão do trabalho buscará desenvolver ações voltadas à ampliação do quadro de recursos humanos, através da realização de concurso público, qualificação profissional e melhoria das condições de trabalho, de modo a alcançar os parâmetros mínimos propostos na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOBSUAS.

A vigilância socioassistencial deverá ser formalizada na estrutura organizacional da Fundação, embora já venha desenvolvendo suas atividades com equipe técnica e estrutura mínima para a gestão, desde março do corrente ano. Nesse sentido, vem respondendo às novas demandas impostas pela política no âmbito da identificação das vulnerabilidades e riscos, por meio de diagnósticos socioterritoriais e da coordenação centralizada dos processos de monitoramento e avaliação da política.

Com relação às ações voltadas ao atendimento da população cabe salientar que a rede de proteção social básica ampliará sua capacidade de atendimento no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV na faixa etária dos 0 aos 6 anos, dos 6 as 14 anos, dos 14 aos 17 anos e 11 meses e dos idosos. Na rede especial de média complexidade o município pretende implantar um novo CREAS e na rede de alta complexidade pretende implantar novas unidades de acolhimento para a população adulta, crianças e adolescentes.

Frente a esse conjunto de questões convém problematizar as Metas definidas pelo Pacto de Gestão 2014-2017, assumidas pelos municípios e sua efetiva capacidade física e financeira em responder a ampliação da cobertura de atendimento com qualidade e efetividade, sem a efetiva contrapartida do Estado e da União, na garantia do cofinanciamento e da assessoria técnica para viabilizar as responsabilidades assumidas.

De modo a ilustrar a relevância das metas pactuadas, apenas na rede de proteção social básica o município de Porto Alegre terá um incremento de 119.457 famílias, sendo que dessas, 30.102 deverão ser acompanhadas e 89.355 referenciadas. O número é significativo em termos de volume de atendimentos, pois o acompanhamento exige ações técnicas, administrativas e capacidade física de atendimento efetivo a população.

No ano de 2013, o município de Porto Alegre investiu recursos na ordem de R\$ 150.471.206,00 para o financiamento das ações e a União R\$ 12.664.475,00 o que representa 92,23% do financiamento das ações na política de Assistência Social. O governo do Estado do RS instituiu nesse ano o termo de aceite para o cofinanciamento através do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, destinando o valor de R\$ 30.805,43/ano, sendo que no quadriênio anterior não alocou nenhum recurso para o cofinanciamento.

Convém reiterar também a necessidade de discussão dos parâmetros de cofinanciamento do Estado e da União da rede de proteção social especial de alta complexidade para o acolhimento das crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e população adulta em situação de rua frente à complexidade das ações necessárias ao acolhimento institucional destes indivíduos. O município tem sofrido uma pressão permanente dos órgãos que compõem o sistema de garantia de direitos, especialmente, de proteção à criança, adolescente e idosos, para a ampliação de vagas para esses públicos específicos.

Diante das questões explicitadas faz-se necessário fortalecer os espaços de diálogo e negociação, no sentido de avaliar as metas pactuadas no Pacto de Gestão, de modo a instituir diretrizes estaduais e nacionais viáveis para a gestão municipal da política de Assistência Social, com qualidade para a população.

4.9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZAMBUJA, Maria Inês de. **Medicina Social**. Porto Alegre: Jornal Sul21, edição nov/2011.

Disponível em: <www.Sul21.com.br>. Acesso em: 18/09/2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

_____. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Brasília, novembro de 2005.

_____, Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, n. 8742. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, de 7 de dezembro de 1993.

_____, Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, n. 8.069. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, de 13 de julho de 1990.

_____, Presidência da República. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, Secretaria Nacional da Assistência Social. **Sistema Único de Assistência Social – SUAS**, Lei [n. 12.435](#). Brasília, 6 de julho de 2011.

_____, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Secretaria Nacional da Assistência Social. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI**, 1996. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>>. Acesso em: 02 out. 2013.

_____, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Programa Brasil Carinhoso**, 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/brasil-carinhoso>>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, Secretaria Nacional da Assistência Social. **Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/acessuas-trabalho-8-3.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____, Presidência da República, Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas (PEMSE)**. [.././.././../Documents and Settings/marciaj.PMPA/Meus documentos/Downloads/Lei n. 12.594, de 18 de Janeiro de 2012](#) Brasília: 18 de janeiro de 2012. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 14 out. 13.

_____, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, Secretaria Nacional da Assistência Social. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF**. Em Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, resolução nº 109. Publicada no Diário Oficial da União, 25 de nov. de 2009.

_____, Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Programa Mais Educação**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/educacenso/programa-mais-educacao>>. Acesso em: 22 out. 2013.

_____, Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Educacenso 2011**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/>>. Acesso em: 18 set. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Resoluções da VI Conferência Municipal da Assistência Social**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas>>. Acesso em 29 set. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos de 2000 e 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 out. 2013.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 set. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID10 - Classificação Internacional de Doenças**, edição de nov. 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013>>. Acesso em: 18 set. 2013.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Programa Família – Apoio e Proteção**. [s.n.], novembro, 2004.

_____. Câmara Municipal. Comissão Especial de Revisão, Sistematização e Compilação da Legislação Municipal. **Conselhos Municipais de Porto Alegre: Legislação Compilada**. Porto Alegre: Câmara Municipal, 2011. Disponível em: http://www.camarapoa.rs.gov.br/biblioteca/legislacao_municipal/Legislacao_Municipal.htm#CONSOLIDAÇÕES.

PROJETO GRANPAL - Projeto Integrado de Atenção a Crianças e Adolescentes em Situação de Risco Social dos municípios da grande Porto Alegre. Porto Alegre: **Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul**, 2004. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/infancia/pgn/id305.htm>>. Acesso em: 11 out. 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE. **História Ilustrada de Porto Alegre**. Porto Alegre: Já Editores, 1997, p.183.

4.10 ANEXOS

4.10.1 Planilhas Orçamentárias

4.10.1.1 Ações PPA - Proteção Social Básica - 2014-2017					
Nome:		2014	2015	2016	2017
PSB- Serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos de 6 a 18 anos	Meta				
	PMPA	42.294.442,15	44.197.692,03	46.186.588,18	48.264.984,65
	FNAS	1.326.000,00	1.326.000,00	1.326.000,00	1.326.000,00
	FNAS	912.000,00	912.000,00	912.000,00	912.000,00
	Total Geral	44.532.442,15	46.435.692,03	48.424.588,18	50.502.984,65
Nome:		2014	2015	2016	2017
PSB- Serviço de atendimento à família- SAFf	Meta	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00
	PMPA	4.685.512,73	4.896.360,81	5.116.967,04	14.698.840,58
	FNAS	-	-	-	-
	Total Geral	4.703.512,73	4.914.360,81	5.134.967,04	14.716.840,58
Nome:		2014	2015	2016	2017
Benefícios assistenciais	Meta	-	-	-	-
	PMPA	2.060.000,00	2.060.000,00	2.060.000,00	2.060.000,00
	FNAS	-	-	-	-
	Total Geral	2.060.000,00	2.060.000,00	2.060.000,00	2.060.000,00
Nome:		2014	2015	2016	2017
PSB- Cadastro único de programas sociais	Meta				
	PMPA	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
	FNAS	1.042.080,00	1.042.080,00	1.042.080,00	1.042.080,00
	Total Geral	1.047.080,00	1.047.080,00	1.047.080,00	1.047.080,00
Nome:		2014	2015	2016	2017
PSB- Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculo acima de 60 anos(grupos de convivência)	Meta				
	PMPA	226.089,46	236.263,49	246.895,35	258.005,65
	FNAS	224.612,00	224.612,00	224.612,00	224.612,00
	Total Geral	450.701,46	460.875,49	471.507,35	482.617,65
Nome:		2014	2015	2016	2017
PSB- Serviço de proteção e atendimento integral à família- PAIF	Meta				
	PMPA	5.307.235,82	5.546.061,40	5.795.633,19	6.056.437,61
	FNAS	1.994.400,00	1.994.400,00	1.994.400,00	1.994.400,00
	Total Geral	7.301.635,82	7.540.461,40	7.790.033,19	8.050.837,61

4.10.1.2 Ações PPA - Proteção Social Especial de Média Complexidade - 2014-2017

Nome:		2014	2015	2016	2017
PSEMC- Serviço de proteção social adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	Meta				
	PMPA	110.324,83	115.289,44	120.477,47	125.898,96
	FNAS	633.600,00	633.600,00	633.600,00	633.600,00
	Total Geral	743.924,83	748.889,44	754.077,47	759.498,96
Nome:		2014	2015	2016	2017
PSEMC- Serviços de abordagem social da criança e do adolescente	Meta				
	PMPA	4.402.005,58	4.600.095,82	4.807.100,14	5.023.419,64
	FNAS				
	Total Geral	4.402.005,58	4.600.095,82	4.807.100,14	5.023.419,64
Nome:		2014	2015	2016	2017
PSEMC- Clínicas de reabilitação e habilitação	Meta	2.010,00	2.060,00	2.110,00	2.160,00
	PMPA	2.063.852,25	2.447.750,56	2.862.019,80	3.308.616,90
	FNAS	1.376.651,00	1.376.651,00	1.376.651,00	1.376.651,00
	Total Geral	3.440.503,25	3.824.401,56	4.238.670,80	4.685.267,90
Nome:		2014	2015	2016	2017
PSEMC- Centro POP - serviço especializado para pessoas em situação de rua	Meta				
	PMPA	959.749,93	1.002.938,68	1.048.070,91	1.095.234,11
	FNAS	552.000,00	552.000,00	552.000,00	552.000,00
	Total Geral	1.511.749,93	1.554.938,68	1.600.070,91	1.647.234,11
Nome:		2014	2015	2016	2017
PSEMC- Serviço de abordagem social adulto	Meta				
	PMPA	20.450,00	20.920,00	21.412,00	21.925,00
	FNAS	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	Total Geral	30.450,00	30.920,00	31.412,00	31.925,00
Nome:		2014	2015	2016	2017
PSEMC- Serviço especializado para idosos	Meta				
	PMPA	463.504,00	485.212,63	507.947,00	531.758,29
	FNAS				
	Total Geral	463.504,00	485.212,63	507.947,00	531.758,29
Nome:		2014	2015	2016	2017
PSEMC- Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos- PAEFI	Meta				
	PMPA	738.329,76	929.349,59	971.170,32	1.014.872,99
	FNAS	1.512.000,00	1.512.000,00	1.512.000,00	1.512.000,00
	Total Geral	2.250.329,76	2.441.349,59	2.483.170,32	2.526.872,99

4.10.1.3 Ações PPA - Proteção Social Especial de Alta Complexidade - 2014-2017

Nome:		2014	2015	2016	2017
PSEAC- Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes	Meta				
	PMPA	21.618.065,63	23.525.353,60	25.516.941,53	27.152.668,70
	FNAS	208.000,00	208.000,00	208.000,00	208.000,00
	Total Geral	21.826.065,63	23.733.353,60	25.724.941,53	27.360.668,70
Nome:		2014	2015	2016	2017
PSEAC- Serviço de acolhimento institucional - população adulta	Meta				
	PMPA	5.162.070,76	5.394.363,93	5.637.110,33	5.890.780,29
	FNAS	1.440.000,00	1.440.000,00	1.440.000,00	1.440.000,00
	Total Geral	6.602.070,76	6.834.363,93	7.077.110,33	7.330.780,29
Nome:		2014	2015	2016	2017
PSEAC- Serviços de acolhimento institucional para jovens com deficiência	Meta				
	PMPA	553.277,78	578.175,28	604.193,17	631.381,86
	FNAS				
	Total Geral	553.277,78	578.175,28	604.193,17	631.381,86
Nome:		2014	2015	2016	2017
PSEAC- Serviço de acolhimento institucional para idosos- instituição de longa permanência	Meta				
	PMPA	395.650,31	561.116,92	740.674,33	935.255,65
	FNAS	262.486,00	262.486,00	262.486,00	262.486,00
	Total Geral	658.136,31	823.602,92	1.003.160,33	1.197.741,65

4.10.1.4 Ações PPA - Gestão - 2014-2017

Nome:		2014	2015	2016	2017
Administração geral- FASC	Meta	0,00	0,00	0,00	0,00
	PMPA	65.000.000,00	68.795.000,00	72.813.686,00	77.066.005,68
	PMPA	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
	Total Geral	65.100.000,00	68.895.000,00	72.913.686,00	77.166.005,68
Nome:		2014	2015	2016	2017
Coordenação de Monitoramento e Avaliação- CMA	Meta	0,00	0,00	0,00	0,00
	FNAS	90.210,00	90.210,00	90.210,00	90.210,00
	Total Geral	90.210,00	90.210,00	90.210,00	90.210,00
Nome:		2014	2015	2016	2017
Área de Vigilância Socioassistencial	Meta				
	FNAS	90.210,00	90.210,00	90.210,00	90.210,00
	Total Geral	90.210,00	90.210,00	90.210,00	90.210,00

4.10.2 Quadro Resumo Metas do Pacto de Gestão

METAS PACTO GESTÃO PSB – 2014-2017								
Prioridade	Meta	Dado geral	Meta POA	14	15	16	17	Unidade
Acompanhamento familiar PAIF	Atingir 10% de acompanhamento do PAIF das famílias cadastradas no Cadunico	99222 famílias SAGI, maio de 2013	9922	276	551	827	1102	Família
Acompanhamento pelo PAIF das famílias com membros BPC	Atingir 10% acompanhamento pelo PAIF das famílias BPC	25967 pessoas beneficiárias BPC, sendo 11.763 idosos e 14.214 pcds. SAGI, maio de 2013	1421 idosos 1176 pcds	355 idosos 294 pcds	710 idoso 588 pcds	1065 idoso 882 pcds	1421 idoso 1176 pcds	Indivíduos
Ampliação da cobertura da PSB nos municípios de grande porte e metropole	Referenciar 100% população constante no CadUnico com ½ SM	89355 famílias SAGI maio de 2013	89355 famílias	22339	44676	67016	89355	Famílias
Acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do PBF que apresentem outras vulnerabilidades sociais, para além da incidência de renda	Atingir taxa de 10% acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias	48.000 famílias CGBCAD, julho 2013	4800 famílias	1200	2400	3600	4800	Famílias
Acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias PBF em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades cujos motivos sejam assistência social	Atingir 50% de acompanhamento PAIF das famílias	658 famílias julho, 2013 CGBCAD	329 famílias	329	329	329	329	Famílias

Cadastramento das famílias com beneficiários do BPC	Atingir o percentual de 50% de cadastramento das famílias com presença de membros beneficiários do BPC	3234 indivíduos	1617 indivíduos	404	404	404	404	Indivíduos
Total famílias e indivíduos que deverão ser incluídos pelo Pacto de Gestão	2.597 indivíduos que deverão ser <u>acompanhados via BPC</u>	89.355 famílias que deverão ser <u>referenciadas</u> na PSB;	15.051 famílias que deverão ser <u>acompanhadas</u>	1617 indivíduos <u>cadastros</u>				
Reordenamento dos SCFV	Atingir percentual de 50% de inclusão no SCFV do público prioritário	0 a 6 anos – 60 crianças e 15 gestantes	60					Indivíduos
		6 a 15 anos - próprio e conveniado: $840 + 11076 = 11916$ $50\% = 5958$	5958					Indivíduos
		15 a 17 e 11 meses – Trabalho educativo conveniado = 2252 metas sendo $50\% = 1126$	1126					Indivíduos
		15 a 17 e 11 meses – Projovem – 2200 metas sendo $50\% = 1100$ metas	1100					Indivíduos
	Subtotal SCFV	0 a 17 anos	8244					Indivíduos
		Acima 60 anos - sendo 850 rede própria e 850 rede conveniada	5880	1470	2940	4410	5880	Indivíduos
	Total Geral ingresso SCFV 0 a 60 anos		14.124 indivíduos					

METAS PACTO GESTÃO PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 2014-2017

Prioridade	Meta	Dado geral	Meta POA	14	15	16	17	Unidade
Identificação e cadastramento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil	Atingir no mínimo 70% de cadastro até fim de 2016 nos municípios com alta incidência que aderiram ao cofinanciamento das ações estratégicas do PETI em 2013	IBGE 2013 = 4784 CadUnico= 1922 70% 4784=3348	1448 crianças e adolescentes	362	362	362	362	Indivíduos
	Atingir no mínimo 70% de cadastro até fim de 2017 nos municípios com alta incidência que aderiram ao cofinanciamento das ações estratégicas do PETI em 2013	-	-	-	-	-	-	-
	Atingir 50% de identificação e cadastro do trabalho infantil para os demais municípios	-	-	-	-	-	-	-
Cadastramento e atendimento da população em situação de rua	Identificar e cadastrar no CadUnico 70% das pessoas em situação de rua em acompanhamento pelo Serviço Especializado ofertado no Centropop .	-	-	70%	80%	90%	100%	Indivíduos
	Implantar 100% dos Serviços para população de rua (Serviço Especializado para PopRua, Serviço de Abordagem Social e Serviço de Acolhimento para pessoa em situação de rua)	-	-	6600 abordagens	6600	66000	6600	Indivíduos

Acompanhamento pelo PAEFI de famílias com crianças e adolescentes em serviço de acolhimento	Acompanhar 60% das famílias no PAEFI com criança e adolescente nos serviços de acolhimento	-	-	20%	30%	45%	60%	Indivíduos
Reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes	Reordenar 100% dos serviços de acolhimento para criança e adolescente em conformidade com as pactuações da CIT e Resoluções do CNAS	-	-	-	-	-	-	-
Acompanhamento pelo PAEFI das famílias com violação de direitos em decorrência do uso de SPA	Realizar em 100% dos CREAS o acompanhamento PAEFI das famílias com presença de violação de direitos em decorrência de uso de SPA	-	-	-	-	-	-	-
Implantar unidade de acolhimento (residência inclusiva) para pessoas com deficiência em situação de dependência com rompimento de vínculos familiares	Implantar 100% de unidades de acolhimento (residência inclusiva) conforme pactuado na CIT e deliberado pelo CNAS, para pessoas com deficiência em situação de dependência ou rompimento de vínculos familiares	-	-	-	-	-	-	-